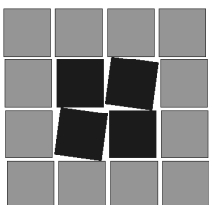


REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS



Instituições, Atores e Mediações

APOIO



Universidade Federal do Ceará
2009

Revista de Ciências Sociais
Volume 40 – Número 2 - 2009

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

ISSN.BL 0041-8862

Comissão Editorial

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Irllys Alencar Firmo Barreira e Maria Sulamita de Almeida Vieira

Conselho Editorial

Bela Feldman-Bianco (UNICAMP), Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS), César Barreira (UFC), Fernanda Sobral (UnB), François Laplantine (Universidade de Lyon 2), Daniel Soares Lins (UFC), Inaiá Maria Moreira de Carvalho (UFBA), Ismael de Andrade Pordeus Júnior (UFC), Jawdat Abu-El-Haj (UFC), José Machado Pais (ICS, Universidade de Lisboa),

Linda Maria de Pontes Gondim (UFC), Lucio Oliver Costilla (UNAM), Luiz Felipe Baeta Neves (UERJ), Manfredo Oliveira (UFC), Maria Helena Vilas Boas Concone (PUC-SP), Mirtes Miriam Amorim (UFC), Moacir Palmeira (UFRJ), Ruben George Oliven (UFRGS), Ralph Della Cava (ILAS), Ronald H. Chilcote (Universidade da Califórnia), Véronique Nahoum-Grappe (CNRS).

Edição

Projeto gráfico: Fernanda do Val
Editoração eletrônica: Val Macêdo
Revisão: Sulamita Vieira

Endereço para correspondência

Revista de Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais
Centro de Humanidades – Universidade Federal do Ceará
Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica)
60.020-181 Fortaleza, Ceará / BRASIL
Tel./Fax: (85) 33-66-74-21 / 33-66-74-16
E-mail: rcsociaisufc@bol.com.br

Publicação semestral

Solicita-se permuta / Exchange desired

Revista de Ciências Sociais. V. 1 – 1970 –

Órgão oficial do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará.

1 – Ciências Sociais

I – Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

CDU 3 (05)

SUMÁRIO

05 Nota Editorial

Dossiê: Instituições, atores e mediações

07 RECURSOS SOCIAIS, MEDIAÇÃO E ALIANÇAS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DO MARANHÃO (2008)

Igor Gastal Grill

32 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: A EXPERIÊNCIA DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO CEARÁ (CONSEA-CE)

Joana Tereza Vaz de Moura

47 O SEGREDO INSTITUCIONAL E A MANIPULAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM GOFFMAN

Jaime Luiz Cunha de Souza, Daniel Chaves de Brito e Wilson José Barp

62 ENSINO SUPERIOR PRIVADO: NOTAS SOBRE O TRABALHO DOS DOCENTES NAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE ENSINO SUPERIOR EM BRASÍLIA

Tânia Cristina Alves de Siqueira

Artigos

72 TERRAS LUSITANAS E GENTES DOS BRASIS: A NAÇÃO E O SEU RETRATO LITERÁRIO

Luís Cunha

87 VERTENTES TEÓRICAS SOBRE EMPREENDEDORISMO EM SHUMPETER, WEBER E McCLELLAND: NOVAS REFERÊNCIAS PARA A SOCIOLOGIA DO TRABALHO

Eduardo Girão

Resenhas

104 A AMÉRICA LATINA E A MODERNIDADE CONTEMPORÂNEA. UMA INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA, de José Maurício Domingues

Marcos Paulo Campos Cavalcanti de Mello

109 CINISMO E FALÊNCIA DA CRÍTICA, de Vladimir Safatle

David Moreno Montenegro

Seção informativa

115 DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA, UFC, ENTRE AGOSTO E DEZEMBRO DE 2009

CONTENTS

05 Editorial note

Dossier: Institutions, actors and mediations

07 SOCIAL RESOURCES, MEDIATION AND ALLIANCES IN MUNICIPAL ELECTIONS IN THE STATE OF MARANHÃO (2008)

Igor Gastal Grill

32 POLITICAL REPRESENTATION AND CIVIL SOCIETY ORGANIZATION: THE EXPERIENCE OF CONSEA-CE (COUNCIL FOR FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY IN THE STATE OF CEARÁ)

Joana Tereza Vaz de Moura

47 INSTITUTIONAL SECRECY AND INFORMATION MANIPULATION ACCORDING TO GOFFMAN

Jaime Luiz Cunha de Souza, Daniel Chaves de Brito e Wilson José Barp

62 PRIVATE HIGHER EDUCATION: NOTES ON THE WORK OF TEACHERS AT PRIVATE COLLEGES IN THE CITY OF BRASÍLIA

Tânia Cristina Alves de Siqueira

Articles

72 LANDS OF LUSITANIA AND PEOPLES OF BRAZIL: THE NATION AND ITS LITERARY PICTURE

Luís Cunha

87 THEORETICAL APPROACHES TO ENTREPRENEURSHIP IN SCHUMPETER, WEBER AND McCLELLAND: NEW REFERENCES FOR THE SOCIOLOGY OF WORK

Eduardo Girão

Reviews

104 LATIN AMERICA AND CONTEMPORARY MODERNITY. A SOCIOLOGICAL INTERPRETATION, by José Maurício Domingues

Marcos Paulo Campos Cavalcanti de Mello

109 CYNICISM AND THE BANKRUPTCY OF CRITICS, by Vladimir Safatle

David Moreno Montenegro

Information Section

115 DISSERTATIONS AND THESES DEFENDED IN THE POST-GRADUATION IN SOCIOLOGY PROGRAMME, UFC, BETWEEN AUGUST AND DECEMBER OF 2009

NOTA EDITORIAL

Instituições e mediações políticas dão conta de um conjunto vasto de experiências que caracterizam a sociedade brasileira e, sobretudo nas últimas décadas, refletem também aspectos históricos de processos de construção de democracia.

Reflexões baseadas na atuação da sociedade civil, referenciadas nos processos de escolha de representantes – seja no âmbito de Conselhos, agregando categorias sociais diversas, seja no âmbito do Parlamento –, e a análise das dinâmicas institucionais vigentes em áreas do ensino superior demonstram, dentre outros aspectos, pluralidade de interesses e diversidade de estratégias de participação e o aumento da complexidade das relações sociais, ao longo do tempo, na sociedade brasileira.

De uma perspectiva teórica, a abordagem das instituições é também inseparável da edificação de imagens e dinâmicas sociais que se efetivam no plano das ações cotidianas.

Neste dossiê, o artigo de Igor Grill, com base em pesquisa etnográfica, trata da construção de mediações e viabilidade de alianças em pleitos municipais maranhenses. Sob o estatuto relacional da sociedade civil e das instituições governamentais, o texto de Joana Tereza de Moura analisa a atuação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) no estado do Ceará e seus efeitos nas formas populares de organização. O artigo de Jaime de Souza, Daniel de Brito e Wilson Barp, cuja proposta é refletir sobre “segredo institucional”, baseia-se nas formulações de Goffman, apontando nuances na produção da informação e recursos utilizados na construção de imagens de atores sociais. Analisando o trabalho docente em instituições particulares de ensino superior, em Brasília, Tânia Siqueira nos fala da configuração de novas identidades profissionais nesse espaço, associadas à expansão do ensino superior privado no Brasil e a transformações em curso no “mundo do trabalho”.

Em síntese, o presente dossiê reúne o tema das mediações nos circuitos micro e macro sociais, concebendo, sob diferentes ângulos, a política em sua expressão institucional, orquestrada pela atividade de múltiplos atores.

A Comissão Editorial

RECURSOS SOCIAIS, MEDIAÇÃO E ALIANÇAS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DO MARANHÃO (2008)

O presente texto aborda o processo de recrutamento de “elites políticas locais”. O foco está centrado nas lógicas sociais e políticas que agem sobre a definição das candidaturas ao cargo de prefeito, nas eleições municipais de 2008 no Maranhão e sobre a concorrência travada entre elas.

O estudo identificou, em uma primeira dimensão, a extração social dos candidatos a prefeito, lançando mão das seguintes informações disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE): patrimônio, grau de escolarização e distribuição de perfis por tamanho de colégios eleitorais dos municípios. Além disso, buscou-se mapear, a partir da mesma base de dados, o pertencimento partidário dos candidatos de 2008; as migrações de um partido a outro nas três últimas eleições e os perfis dos candidatos por siglas. Em uma segunda dimensão, foram caracterizadas as disputas eleitorais em quatro cidades, a saber: São Luís, Caxias, Pinheiro e Lago da Pedra. As análises de entrevistas em

IGOR GASTAL GRILL*

RESUMO

Por meio do artigo é apresentada a análise sobre os padrões de recrutamento de “elites locais” no Maranhão. Foram utilizadas as informações da base de dados do Tribunal Superior Eleitoral concernentes aos candidatos a prefeito e aos políticos vitoriosos nas eleições de 2008. Soma-se a isso a realização de estudos mais detalhados sobre cenários municipais de concorrência eleitoral (São Luís, Caxias, Pinheiro e Lago da Pedra), enfocando 4 casos de prefeitos e relacionando os dados de perfis (origens sociais e carreiras políticas) aos trunfos mobilizados nas campanhas. Foram examinadas entrevistas em profundidade com candidatos e membros das suas equipes, materiais de divulgação das candidaturas (programas de televisão, santinhos, jingles, etc.) e observação de eventos de mobilização eleitoral.

Palavras-chave: eleições municipais, mediação política, facções.

ABSTRACT

Through this article an analysis about the standard of recruitment of “local elites” in Maranhão is done. Information from the database of the Supreme Electoral Court concerning the winning candidates for the post of Mayor in 2008 were used. Added to that the carrying out of more detailed studies about municipal scenarios of electoral competition (São Luís, Caxias, Pinheiro and Lago da Pedra), focusing on the cases of four mayors and relating their profile data (social origins and political careers) to the tactics used in the campaigns. In depth interviews with candidates and members of their teams were examined as were materials of electoral propaganda (TV programs, fliers, jingles etc.) and also observation of events to mobilize the electorate.

Keywords: municipal elections, political mediation, factions.

* Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

São co-autores deste artigo: Dayana dos Santos Delmiro Costa – Mestre em Ciências Sociais pela UFMA; Elthon Ranyere Oliveira Aragão – Mestrando em Ciências Sociais na UFMA e João Gilberto do Nascimento Lima – Graduando em Ciências Sociais (8º período) na UFMA.

profundidade com candidatos a prefeito, apoiadores e membros da equipe de campanha, bem como de materiais impressos, *jingles*, observações *in loco* de eventos de mobilização em prol das candidaturas e inserções nos programas de televisão (o chamado horário eleitoral gratuito, quando era o caso) constituem as fontes de dados empíricos.

A exposição a seguir se justifica com base em três constatações. Inicialmente, em virtude do fato de que as campanhas eleitorais que ocorrem nos municípios (principalmente do interior) e a seleção de “elites políticas”, no plano municipal, vêm sendo negligenciadas como tema de estudo pelos cientistas políticos. Em seguida, em razão da carência de pesquisas concernentes à interdependência entre os princípios que regem as lutas políticas locais, estaduais e nacionais. E, finalmente, em decorrência de um deslocamento das investigações sobre engajamento político para os chamados “novos militanismos” em detrimento da participação em partidos e eleições (sem falar em sindicatos) ou dos chamados “velhos militanismos”.

Ao fazer o balanço sobre a questão, Sawicki (2005) sublinha que os cientistas políticos geralmente restringem o ângulo da abordagem aos efeitos das campanhas em termos de comportamentos eleitorais. Tal postura teria sido ainda mais disseminada com o aumento do peso da mídia e das tecnologias modernas de interpeção dos eleitores, relegando as demais formas de fazer campanha (comícios, “corpo a corpo”, reuniões, conquistas de cabos eleitorais, caminhadas, etc.) a um lugar marginal e residual. Sem deixar de mencionar que as eleições locais passaram a ser interpretadas como fortemente determinadas pela agenda nacional.

Na mesma linha, Palmeira (2006) afirma haver um descompasso entre a importância que é dada, no Brasil, às eleições municipais nas práticas e representações de eleitores e de políticos profissionais e o pouco destaque que as mesmas possuem no senso comum intelectual. Ele sublinha que a política local ora é associada aos exotismos da política paroquial, ora é destituída de qualquer especificidade, para aqueles que a tomam como mera expressão de uma política englobadora, situada mais acima ou atravessando uma sociedade.

Acontece que as arenas políticas não são fechadas e as fronteiras entre profissionais e profanos estão longe de serem estabelecidas definitivamente. E essa constatação fragiliza uma interpretação calcada na oposição “teatro político” ou “político-midiático”/“cidadãos-espectadores” ou “atores”/“públicos”. Sendo assim, a arte ou o *métier* do político em campanha exige que ele concilie as múltiplas lógicas das arenas em que se insere e as expectativas ou demandas das suas diferentes bases de apoio (SAWICKI, 2005). Em boa medida, as demandas são estruturadas pela própria oferta, isto é, produzidas na relação de concorrência que configura um espaço relacional de posições e tomadas de posições, distinções e desvios entre os protagonistas políticos, que delineiam consensos (garantidos por uma espécie de “conluio originário”) sobre o que merece ser debatido e sobre a hierarquia dos objetos em disputa (BOURDIEU, 1989; GAXIE e LEHINGE, 1984).

Todavia, isso não deve implicar que se perca de vista que as campanhas eleitorais, principalmente locais, são ocasiões privilegiadas para expressão e atualização de densos laços sociais que vinculam políticos e eleitores. Do mesmo modo, são momentos em que se percebem claramente as pressões exercidas por “grupos sociais”, lideranças e por porta-vozes – cuja eficácia está diretamente ligada às posições ocupadas no espaço social – assim como as obrigações sociais que pesam sobre os candidatos (BOURDIEU, 1989; POURCHER, 1991).

Com efeito, o estudo das campanhas eleitorais municipais pode ser um instrumento para a realização de uma sociologia do trabalho multiforme de mobilização política, centrando o olhar nas ações e interações dos agentes aí engajados com múltiplos títulos e com interesses diversos, indagando: quem se mobiliza? Como e em nome do que se mobilizaram para a campanha? Quais os trunfos, repertórios e regras em pauta?

É necessário, então, considerar a interdependência entre a dinâmica da disputa política local e a constituição de espaços políticos nos planos estadual e nacional. Isto é, perceber como se processa a interação entre espaços periféricos (locais) e centrais (especializados, diferenciados e profissionalizados) de embate eleitoral; sendo que os primeiros podem ser mais ou menos integrados às lógicas de funcionamento e divisão do espaço político central (especialmente às lógicas partidárias).

Os casos de eleições periféricas, menos integradas aos princípios que regem as lutas nacionais, estariam marcados pelo baixo peso das etiquetas partidárias, pela “intimidade” dos eleitores com os candidatos, pela importância das questões específicas das localidades e pela evocação de questões pessoais e privadas nas escolhas. A tendência seria a constante incorporação desses espaços periféricos ao espaço central de concorrência. A expansão geográfica dos partidos políticos, o enraizamento de uma disciplina do voto, a profissionalização dos políticos em todos os níveis e a influência de fatores macro-estruturais (urbanização, expansão do

sistema escolar, do sistema de comunicação, etc.) balizam os argumentos utilizados para afirmar essa inclinação (GAXIE e LEHINGE, 1984).

A interpretação dessa mesma “tendência” pode adquirir um olhar contrastante. Nesse, antes de negá-la (principalmente a generalização das referências aos partidos políticos nos períodos eleitorais), visa-se atentar para a permanência de um duplo horizonte das práticas, de um duplo conjunto de relações que assegura a persistência de regras distintas e que contribui para a distinção entre o local e o nacional. Ou seja, busca-se captar as representações acerca do que é local e do que é nacional em política, acionadas pelos próprios agentes, bem como verificar como estão imbricadas com dimensões e lógicas amalgamadas e presentes no exercício da prática política (campanhas, alianças, mandatos, militância partidária, administração de bases eleitorais, etc.) como atividade especializada (LAGROYE, 1993).

Essa perspectiva indica a necessidade de, conforme Palmeira, “superar alguns pressupostos que têm presidido as análises da ‘política local’ e do ‘poder local’ (...) e a contraposição, geograficamente reificada, entre o que é e o que não é local e, conseqüentemente, deslocar o enfoque para uma “espécie de ‘dualidade’ da política, feita de relações institucionais e relações pessoais em todos os níveis, do local ao nacional” (PALMEIRA, 2006, p. 139).

Logo, em contextos em que as relações se desenvolvem de maneira pessoal e direta, permeadas por “obrigações” e por normas de lealdade e de reciprocidade que regem a vida social, a política oficial ou a “grande política” – com suas siglas partidárias e instituições – se faz presente em um período de tempo limitado (inclusive, interferindo e organizando essas relações). Assim como em espaços conformados pelo predomínio da política institucional (as casas legislativas, por exemplo), a política das reputações ou a “pequena política” garante a capacidade de trânsito e mediação¹ com maior eficácia. Mais do que constatar mera contraposição entre re-

lações formais e informais que pautam a política e que são separadas para efeitos de análise, cumpre perceber como ambas se influenciam mutuamente².

Dessa forma, tenta-se também apreender neste estudo: como se configuram cadeias de líderes-seguidores que ligam agentes situados em diferentes posições na hierarquia política? Como são mobilizadas no processo eleitoral municipal? Quais as bases sociais (vínculos partidários, religiosos, clubísticos, de parentesco, de reciprocidade, etc.) de interconexão que ligam candidatos, cabos eleitorais e apoiadores? De que modo os recursos de liderança são acumulados e utilizados nas transações com os seguidores³?

Há ainda um movimento confluyente de valorização de novos atores, de modalidades originais de intervenção política, de recursos inovadores acionados nas militâncias (sobretudo a expertise) e de legitimação de temas de investigação nas ciências sociais. O que se traduz na distinção entre “militantismos clássicos” ou “velhos militantismos” (vinculados à adesão a partidos e a sindicatos) e “novos militantismos” (referentes às ONGs, “altermundismos”, associações ecológicas, solidárias, “médicos sem fronteiras”, “redes de movimentos sociais”, etc.)⁴. Mais do que assumir essa oposição, reivindicando a legitimidade de um estudo como o aqui empreendido (centrado em candidatos, cabos eleitorais, etc.), cabe observar “a situação anterior e a atual e tudo o que é ‘misto’, híbrido, incerto, como os deslocamentos de um universo a outro, as reconversões ou as mobilizações” (COLLOVALD, 2001, p.137). Ou seja, cumpre perceber como, em cenários considerados tradicionais na forma de “fazer política”, novos repertórios e linguagens, assim como profissionais ligados ao marketing e ao direito eleitoral, se afirmam em consonância com as disputas faccionais⁵, com as lutas entre “famílias” e são mobilizados pelas cadeias de líderes-seguidores?

Extração social e vínculos partidários

O conjunto de informações utilizado nesta seção foi coletado na base de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O armazenamento das mesmas é dependente dos objetivos e das lógicas de instâncias que compõem a Justiça Eleitoral, isto é, do controle jurídico das candidaturas, para o qual a documentação reunida em forma de dossiês (depois divulgada na internet) auxilia decisivamente. Para o pesquisador, isso traz o inconveniente de apresentar informações genéricas e imprecisas e a vantagem de contar com dados referentes ao conjunto dos casos. Com efeito, foi possível sistematizar um quadro de características sociais (fazer uma sociografia) de 656 candidatos a prefeito nas eleições de 2008 no Maranhão, bem como de 212 dos 217 prefeitos eleitos (alguns municípios tiveram eleições suplementares depois de finalizadas a confecção do banco e a análise das informações).

Cabe sublinhar que entre os pretendentes ao cargo de prefeito, assim como entre os vitoriosos, há a predominância dos seguintes aspectos: presença masculina na população; candidatos que manifestaram exercer ocupações vinculadas à posse de significativo capital econômico e capital escolar; e com patrimônios declarados à justiça eleitoral em faixas acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e compostos de imóveis para residência, imóveis para aluguel, bens ligados a investimentos agropecuários e/ou industriais ou comerciais. Tais indivíduos, na maior parte dos casos, cursaram o ensino médio completo e ensino superior completo ou incompleto. Levando em consideração os conhecidos índices que situam o Maranhão entre os estados mais pobres do Brasil, verifica-se, em escala muito ampliada, o fenômeno da sobre-representação das camadas dominantes e da sub-representação dos setores dominados da hierarquia social.

Quadro 1 – Sexo dos candidatos

Sexo	Nº	%
Masculino	543	82,7
Feminino	113	17,3
Total	656	100

Fonte: TSE

Quadro 2 – Sexo dos eleitos

Sexo	Nº	%
Masculino	183	86,3
Feminino	29	13,7
Total	212	100

Fonte: TSE

Quadro 3 – Profissão dos candidatos

Profissão	Nº	%
Empresário	79	12
Médico	68	10,3
Advogado	38	5,8
Comerciante	61	9,3
Administrador	22	3,3
Agricultor	50	7,6
Aposentado	19	2,8
Engenheiro	15	2,2
Pecuarista/Produtor Agropecuário	30	4,5
Professor (EF, EM e ES)	37	5,6
Trabalhador Rural	11	1,7
Servidor Público	39	5,9
Contador	9	1,3
Estudante/Bolsista/Estagiário	9	1,3
Motorista	7	1,1
Agrônomo	8	1,2
Pedagogo	7	1,1
Outros	147	22,4
Total	656	100

Fonte: TSE

Quadro 4 – Profissão dos eleitos

Profissão	Nº	%
Empresário	18	8,5
Médico	28	13,2
Advogado	10	4,7
Comerciante	22	10,3
Administrador	4	1,9
Agricultor	16	7,5
Aposentado	4	1,9
Engenheiro	8	3,7
Pecuarista/Produtor Agropecuário	16	7,5
Professor (EF, EM e ES)	12	5,6
Trabalhador Rural	4	1,9
Servidor Público	15	7
Contador	6	2,8
Outros	49	23,1
Total	212	100

Fonte: TSE

Quadro 5 – Montante patrimônio candidatos

Montante	Nº	%
Não possui bens	45	6,8
Até R\$ 100.000,00	170	25,9
R\$ 101.000,00 – R\$ 500.000,00	293	44,6
R\$ 501.000,00 – R\$ 999.000,00	78	11,9
Acima de R\$ 1.000.000,00	70	10,6
Total	656	100

Fonte: TSE

Quadro 6 – Montante patrimônio eleitos

Montante	Nº	%
Não possui bens	6	2,8
Até R\$ 100.000,00	48	22,6
R\$ 101.000,00 - R\$ 500.000,00	104	49,0
R\$ 501.000,00 – R\$ 999.000,00	22	10,3
Acima de R\$ 1.000.000,00	32	15,0
Total	212	100

Fonte: TSE

Quadro 7 – Composição patrimônio candidatos

Composição	Nº	%
Não possui bens	44	6,7
Bens de Consumo Duráveis (1)	166	25,3
Bens de consumo Duráveis + Imóveis Não Utilizados (2)	112	17
Bens Ligados a Investimentos Agropecuários (3)	196	29,8
Bens Ligados a Investimentos Empresariais/Comerciais	67	10,2
Bens Ligados a Investimentos Agropecuários + Investimentos Empresariais Comerciais (4)	71	10,8
Total	656	100

Fonte: TSE

1. Principalmente casas de residência (quando possuem apenas uma) e automóveis.
2. Quando os candidatos possuem mais de um imóvel. Isto é, outros imóveis além daquele em que habitam.
3. Especialmente terras, cabeças de gado e tratores.
4. Destacando-se salas e pontos comerciais, participação em empresas e indústrias, etc.

Quadro 8 – Composição patrimônio eleitos

Composição	Nº	%
Não possui bens	6	2,8
Bens de Consumo Duráveis	41	19,3
Bens de consumo Duráveis + Imóveis Não Utilizados	35	16,5
Bens Ligados a Investimentos Agropecuários	74	35
Bens Ligados a Investimentos Empresariais/Comerciais	31	14,6
Bens Ligados a Investimentos Agropecuários + Investimentos Empresariais Comerciais	25	11,8
Total	212	100

Fonte: TSE

Quadro 9 – Grau de escolarização candidatos

Grau de Escolarização	Nº	%
Lê e Escreve – LEE	7	1
Ens. Fundamental Completo – EFC	57	8,7
Ens. Fundamental Incompleto – EFI	46	7
Ensino Médio Completo – EMC	189	28,8
Ensino Médio Incompleto – EMI	17	2,5
Ensino Superior Completo – ESC	293	44,7
Ensino Superior Incompleto – ESI	47	7,1
Total	656	100

Fonte: TSE

Quadro 10 – Grau de escolarização eleitos

Grau de Escolarização	Nº	%
Lê e Escreve – LEE	3	1,4
Ens. Fundamental Completo – EFC	18	8,4
Ens. Fundamental Incompleto – EFI	13	6,1
Ensino Médio Completo – EMC	60	28,3
Ensino Médio Incompleto – EMI	7	3,3
Ensino Superior Completo – ESC	99	46,6
Ensino Superior Incompleto – ESI	12	5,6
Total	212	100

Fonte: TSE

Verifica-se, com base nos Quadros 1 e 2, que a predominância do sexo masculino cresce de 82,7% entre os candidatos para 86,3% entre os vitoriosos.

Da mesma forma, comparando-se as duas situações, no que concerne à profissão, nos Quadros 3 e 4, a frequência de médicos sobe de 10,3% para 13,2%; de pecuaristas/produtores agropecuários sobe de 4,5% para 7,5% e outras profissões socialmente valorizadas como empresários, advogados, professores e agricultores⁶ mantêm índices significativos.

No que tange ao montante do patrimônio (Quadros 5 e 6), observa-se que, entre os candidatos, quase 70% declararam possuir um patrimônio superior a R\$ 100.000,00; e mais de 22% acima de R\$ 500.000,00. Entre os eleitos, quase 75% informa-

ram possuir patrimônio acima de R\$ 100.000,00 e 25% acima de R\$ 500.000,00, sendo que aqueles que tornaram público não possuir bens e/ou possuir um patrimônio de até R\$ 100.000,00 diminuem, respectivamente, de 6,8% e 25,9% entre os candidatos para 2,8% e 22,6% entre os eleitos.

A classificação do montante dos patrimônios em composições (Quadros 7 e 8), permite constatar o peso da posse de bens ligados a investimentos agropecuários (terras, tratores e gado): somam 29,8% entre os candidatos e 35% entre os eleitos. Isso, sem deixar de mencionar que 10,8% dos primeiros e 11,8% dos últimos possuem bens ligados tanto a investimentos agropecuários quanto a investimentos empresariais e/ou comerciais. Juntam-se a esses, 10,2% dos candidatos e 14,6% dos eleitos que são proprietários de bens vinculados apenas a investimentos comerciais e/ou empresariais. Somados, representam mais de 50% dos candidatos e mais de 70% dos eleitos, enquanto que aqueles que declararam não possuir bens ou apenas possuir bens de consumo duráveis somam 33% entre os candidatos e 22% entre os eleitos.

Os Quadros 9 e 10, relativos ao grau de escolarização, revelam que 51,8% dos candidatos e 52,2% dos eleitos possuem ensino superior completo (a maior parte) ou passaram por instituições de ensino superior (a menor parte). Esses dados somados aos 28,8% dos candidatos e 28,3% dos eleitos que detêm o ensino médio, sinalizam a importância do acesso à escolarização entre as “elites políticas locais” que se distinguem dos contingentes de eleitores com índices muito baixos de escolarização.

Os dados se mostram ainda mais relevantes quando relacionados ao tamanho dos colégios eleitorais dos municípios. Desvela-se nitidamente o peso do patrimônio econômico e do grau de escolaridade, à medida que crescem os contingentes de eleitores das cidades.

Quadro 11 – Montante do patrimônio por tamanho do Colégio Eleitoral

Montante/ Tamanho	Até 10.000 eleitores (%)	10.001- 20.000 eleitores (%)	20.001- 50.000 eleitores (%)	50.001- 100.000 eleitores (%)	Acima de 100.000 eleitores (%)
Não possui bens	5,3	4,7	12,5	13,6	6,6
Até R\$ 100.000,00	29	27,8	17,1	27,2	13,3
R\$ 101.000,00 R\$ 500.000,00	48,3	45,2	39	31,8	40
R\$ 501.000,00 R\$ 999.000,00	7,8	12,7	17,9	9	26,6
Acima de R\$ 1.000.000,00	9,3	9,4	13,2	18	13,3
Total	100	100	100	100	100

Fonte: TSE

Quadro 12 – Composição do Patrimônio por tamanho de Colégio Eleitoral

Composição/ Tamanho	Até 10.000 eleitores (%)	10.001- 20.000 eleitores (%)	20.001- 50.000 eleitores (%)	50.001- 100.000 eleitores (%)	Acima de 100.000 eleitores (%)
Não possui bens	5,3	4,2	12,5	13,6	6,6
Bens de Consumo Duráveis	25	27,9	21,8	22,7	26,6
Bens de consumo Duráveis + Imóveis Não Utilizados	18	16,1	12,5	27,2	40
Bens Ligados a Investimentos Agropecuários	33	31,2	27,3	9	-
Bens Ligados a Investimentos Empresariais/ Comerciais	10	10,4	11	9	6,6
Bens Ligados a Investimentos Agropecuários + Investimentos Empresarias Comerciais	8,6	9,9	14,9	18	20
Total	100	100	100	100	100

Fonte: TSE

Quadro 13 – Grau de escolarização por tamanho de Colégio Eleitoral

Grau de Escolarização /Tamanho	Até 10.000 eleitores (%)	10.001- 20.000 eleitores (%)	20.001- 50.000 eleitores (%)	50.001- 100.000 eleitores (%)	Acima de 100.000 eleitores (%)
Lê e Escreve	2,1	-	0,8	-	-
Ensino Fundamental Completo	11,1	6,1	9,3	-	6,7
Ensino Fundamental Incompleto	9,6	5,6	3,9	9	-
Ensino Médio Completo	33,6	26,4	26,5	18	6,7
Ensino Médio Incompleto	3,1	2,3	0,8	-	-
Ensino Superior Completo	33,3	51,4	50	63,6	86,6
Ensino Superior Incompleto	6	8	8,5	9	-
Total	100	100	100	100	100

Fonte: TSE

O quadro número 11 retrata que os candidatos com patrimônio acima de R\$ 1.000.000,00 representam 9,3% dos candidatos de municípios com até 10.000 eleitores, 9,4% dos candidatos de municípios com Colégio Eleitoral entre 10.001 e 20.000 eleitores, 13,2% dos candidatos de municípios com Colégio Eleitoral entre 20.001 e 50.000 eleitores, 18% dos candidatos de municípios com Colégio Eleitoral entre 50.001 e 100.000 eleitores e 13,3% dos candidatos de municípios com mais de 100.000 eleitores. Quando somamos todos os candidatos com montante de patrimônio situado acima de R\$ 500.000,00, a tendência é mais visível ainda. Aproximadamente 16% no primeiro padrão de colégio eleitoral, 22% no segundo, 31% no terceiro, 27% no quarto e 40% no quinto.

Quando atentamos para a composição do patrimônio (Quadro 12), essa tendência pode ser nuançada. Há uma inversão da tendência anterior, ao considerarmos o peso dos candidatos com bens ligados a investimentos agropecuários (sem bens

associados a investimentos comerciais ou empresariais). Eles são 33% no primeiro padrão de município, 31,2% no segundo, 27,3% no terceiro, 9% no quarto e 0% no quinto. O que contrasta igualmente com os números daqueles que declararam possuir tanto bens vinculados a investimentos agropecuários quanto a investimentos comerciais e empresariais, aumentando de 8,6% no primeiro padrão, para 9,9% no segundo, 14,9% no terceiro, 18% no quarto e 20% no quinto.

Já quando agregamos as três primeiras linhas do quadro 12 sobre a composição do patrimônio (aqueles que não possuem bens a declarar, que possuem bens de consumo duráveis e que possuem bens de consumo duráveis mais imóveis urbanos não utilizados), observamos a maior frequência de candidatos mais despossuídos nos maiores colégios eleitorais. Enquanto nos três primeiros padrões esses candidatos somam 48,3%, 48,2% e 46,%, nos dois últimos somam 63,5% e 73,2%, respectivamente.

Chama a atenção também (Quadro 13) que no primeiro padrão de colégio eleitoral há 33,3% de candidatos com ensino superior completo, no segundo padrão 51,4%, no terceiro 50%, no quarto 63,6% e no quinto padrão 86,6%⁷. Adicionando aqueles que alcançaram o ensino superior completo e aqueles que freqüentaram instituições de ensino superior, as freqüências são de 39,3%, 59,4%, 58,5%, 72,6% e 86,6%. No que diz respeito àqueles que informaram possuir o ensino fundamental completo ou incompleto ou apenas que sabem ler e escrever, têm-se, aproximadamente, 22% no primeiro padrão, 12% no segundo, 12% no terceiro, 9% no quarto e 6,6% no quinto.

Comparando os maiores colégios eleitorais com os menores, é possível identificar: a) que, nos primeiros, há uma “elite política” mais diversificada socialmente, com acesso mais fácil ao ensino superior, com maior volume de patrimônio e com maior peso do patrimônio composto simultaneamente por terras, gado e empresas e do patrimônio composto por bens de consumo duráveis e imóveis não utilizados; b) enquanto nos menores, se evidencia uma “elite política”

com certa dificuldade de acesso ao ensino superior, com menor peso do montante do patrimônio e maior importância do patrimônio composto por bens ligados aos investimentos agropecuários.

A centralidade desses indicadores na pesquisa está, obviamente, baseada no esquema analítico adotado. A ênfase em informações sobre capital econômico e capital escolar que permitam delinear a extração social dos candidatos não implica, contudo, cair numa espécie de sociologismo⁸. Para tanto, é necessário examinar as posições político-ideológicas, aqui tomadas muito genericamente por meio das vinculações partidárias. Sem deixar de mencionar a necessidade de combinar a utilização de informações e de seu tratamento mais quantitativo com outras estratégias metodológicas mais qualitativas, visando observar os usos desses recursos, suas reconversões em trunfos de luta eleitoral e sua imbricação com outras bases sociais como o capital de relações sociais, as alianças e reciprocidades e as posições nas cadeias de *mediação* (tema da próxima seção). Porém, “não é suficiente se aceitar a idéia de que essa dicotomia [entre o tratamento quantitativo e o qualitativo] não tem sentido, se não for posta em prática”, bem como não resolve a questão reduzir o “tratamento quantitativo como sendo uma etapa do trabalho”. Ou seja,

Mais do que dicotomias ou etapas, se trata de abordar diferentes dimensões, algumas mais passíveis de tratamento e apreensão através de informações mais gerais e, portanto, mais superficiais e quantificáveis, enquanto outras somente são apreensíveis com a utilização de abordagens mais aprofundadas. (...) abordagens e tratamentos diferentes para dimensões distintas, mas que, por suposto, são interdependentes (CORADINI, 1999, p.10).

No tocante às filiações partidárias, percebe-se a forte tendência de adesão dos candidatos às principais forças políticas estaduais ou às facções com domínio personalizado exercido por algumas lideran-

ças e “famílias de políticos”. Ou seja, o pertencimento às siglas e os movimentos operados entre elas, de uma eleição a outra, não são compreensíveis sem que se levem em conta as configurações locais em um jogo de interdependências com as configurações mais centrais (principalmente em âmbito estadual).

Quadro 14 – Filiações Partidárias (dos candidatos)

Partido	Nº	%
PDT	125	19,0
PMDB	67	10,2
PSDB	55	8,3
DEM	43	6,5
PV	48	7,3
PT	39	5,9
PTB	36	5,5
PRB	36	5,5
PSB	35	5,3
PP	30	4,5
PPS	24	3,6
PR	21	3,2
Outros	97	14,7
Total	656	100

Fonte: TSE

Quadro 15 - Filiações Partidárias (dos eleitos)

Partido	Nº	%
PDT	65	30,6
PMDB	16	7,5
PSDB	25	11,8
DEM	17	8
PV	18	8,3
PT	10	4,6
PTB	9	4,2
PRB	9	4,2
PSB	6	2,8
PP	11	5,1
PPS	4	1,8
PR	6	2,8
Outros	16	8,4
Total	212	100

Fonte: TSE

As frequências de candidatos filiados a alguns partidos (Quadros 14 e 15) apontam nesse sentido⁹, conforme se pode observar: ao PDT (19% entre os candidatos e 30,6% entre os eleitos), partido liderado por Jackson Lago, governador eleito em 2006 e casado em 2009; ao PSDB (8,3% entre os candidatos e 11,8% entre os eleitos), partido que ocupou grande espaço no interior do governo Jackson Lago¹⁰; ao PSB (5,3% entre os candidatos e 2,8% entre os eleitos), partido que foi fortalecido com o ingresso do então governador do estado José Reinaldo Tavares, depois dele romper suas relações pessoais e políticas com a “família Sarney”¹¹; e ao PPS (3,6% entre os candidatos e 1,8% entre os eleitos), partido do vice-governador de Jackson Lago.

Da mesma forma, as frequências de candidatos filiados a outros partidos: ao PMDB (10,2% entre os candidatos e 7,5% entre os eleitos), partido ao qual se filiou Roseana Sarney, em 2006, depois de concorrer ao governo do estado pelo DEM; ao PV (7,3% entre os candidatos e 8,3% entre os eleitos), partido liderado no estado pelo deputado federal Sarney Filho (filho do ex-presidente, ex-governador do Maranhão e atual senador pelo Amapá, José Sarney, e irmão de Roseana Sarney) desde sua filiação a essa sigla, em 2003; ao DEM (6,5% entre os candidatos e 8% entre os eleitos), sigla que abriga importantes aliados da “família Sarney”; e ao PTB (5,5% entre os candidatos e 4,2% entre os eleitos), partido igualmente formado por lideranças que têm se mostrado leais à facção liderada pela atual governadora Roseana Sarney e que contou com o ingresso dos irmãos Manoel Ribeiro (ex-presidente da Assembleia Legislativa e atual deputado estadual) e Pedro Fernandes Ribeiro (atual deputado federal)¹².

Essas especificidades na dinâmica da filiação/desfiliação partidária dos candidatos ficam mais patentes se observarmos, por exemplo, que entre

os 656 candidatos analisados nas eleições de 2008, 240 (36,5%) foram candidatos em 2004; 161 (25% dos 646 casos cuja informação estava disponível no site do TSE) em 2000; e 65 (21,5% dos 305 casos dos quais se obteve a informação) em 1996¹³. Entre os 240 que concorreram em 2004 e 2008, 111 (47%) migraram de partido entre uma eleição e outra; e entre os 161 que concorreram em 2000 e 2008, 108 (67%) trocaram de sigla partidária entre os respectivos processos eleitorais.

E se tomarmos os destinos das migrações partidárias (Quadros 16 e 17), constatamos a atração pelo PDT (48,6% nas migrações entre 2004 e 2008 e 23,1% nas migrações entre 2000 e 2008); pelo PSDB (9,9% nas migrações entre 2004 e 2008 e 8,3% nas migrações entre 2000 e 2008); e pelo PSB (7,2% nas migrações entre 2004 e 2008 e 5,6% nas migrações entre 2000 e 2008). Como reação ao movimento de uns, parece haver o deslocamento de parte de seus adversários locais para o outro pólo, como é possível se identificar pelos movimentos de adesão ao PMDB (6,3% nas migrações entre 2004 e 2008 e 11,1% nas migrações entre 2000 e 2008); ao PV (7,2% nas migrações entre 2004 e 2008 e 12% nas migrações entre 2000 e 2008); e ao PTB (3,6% nas migrações entre 2004 e 2008 e 3,7% nas migrações entre 2000 e 2008).

Quadro 16 - Destino migração partidária (2004 – 2008)

Partido	Nº	%
PDT	54	48,6
PV	8	7,2
PMDB	7	6,3
PSDB	11	9,9
PRB	10	9
PP	4	3,6
PSB	8	7,2
PTB	4	3,6
Outros	5	4,5
Total	111	100

Fonte: TSE

Quadro 17 - Destino migração partidária (2000 – 2008)

Partido	Nº	%
PDT	25	23,1
PV	13	12
PMDB	12	11,1
PSDB	9	8,3
PRB	6	5,6
PP	6	5,6
PSB	6	5,6
PTB	4	3,7
DEM	4	3,7
PR	4	3,7
Outros	19	17,5
Total	108	100

Fonte: TSE

Essa circulação explica, ainda que parcialmente, o fato de os principais partidos que abrigam essas facções estaduais, e que concorrem no plano municipal, terem perfis de candidatos bastante semelhantes. Utilizando os mesmos indicadores de extração social analisados aqui, é possível afirmar que a clivagem não obedece às correlações ideologia/composição social (direita x esquerda/escolarização/patrimônio/ocupação)¹⁴, mas, às distinções entre grandes partidos (aqueles que abrigam as principais lideranças e seus seguidores e reúnem candidatos com maior volume de capital econômico e escolar) e os menores (que são centralizados por lideranças estaduais mais periféricas e seus seguidores agregam candidatos com menor volume de capital econômico e escolar). Os quadros a seguir ilustram tal situação.

Quadro 18 – Montante do patrimônio por Partido

	PDT (%)	PMDB (%)	PSDB (%)	DEM (%)	PV (%)	PT (%)	PTB (%)	PRB (%)	PSB (%)	PP (%)	PPS (%)	PR (%)	Outros (%)
1	4	1,4	-	6,9	4,1	10,2	8,3	11,1	11,4	13,3	4,1	14,2	10,3
2	22,4	17,9	20	20,9	27	41	30,5	27,7	17,1	43,3	33,3	19	30,9
3	52	47,7	45,4	37,2	50	41	38,8	33,3	48,5	30	54,1	52,3	37,1
4	12	14,9	18,1	16,2	8,2	2,5	11,1	22,2	14,2	6,6	4,1	-	10,3
5	9,6	17,9	16,3	18,6	10,4	5	11,1	5,5	8,5	6,6	4,1	14,2	11,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte TSE

1 - Não possui bens; 2 - Até R\$ 100.000,00; 3 - R\$ 101.000,00–R\$ 500.000,00; 4 - R\$ 501.000,00–R\$ 999.000,00; 5 - Acima de R\$ 1.000.000,00.

Quadro 19 - Composição do Patrimônio por Partido

	PDT (%)	PMDB (%)	PSDB (%)	DEM (%)	PV (%)	PT (%)	PTB (%)	PRB (%)	PSB (%)	PP (%)	PPS (%)	PR (%)	Outros (%)
1	4	1,4	-	6,9	4,1	10,2	8,3	11,1	11,4	13,3	4,1	14,2	11,3
2	23,2	22,3	18,1	11,6	29,1	41	23	30,5	28,5	23,3	29,1	19	29,8
3	20	17,9	21,8	25,5	8,2	23	13,8	25	11,4	6,6	12,5	19	11,3
4	31,2	40,3	30,9	37,2	31,2	7,6	36,1	19,4	28,5	33,3	37,5	19	26,8
5	7,2	7,4	16,3	11,6	18,7	12,8	2,7	5,5	5,7	13,3	4,1	9,5	13,4
6	14,4	10,4	12,7	6,9	8,2	5,1	13,8	8,3	14,2	10	12,5	19	7,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte TSE

1 - Não possui bens; 2 - Bens de Consumo Duráveis; 3 - Bens de consumo Duráveis + Imóveis Não Utilizados; 4 - Bens Ligados a Investimentos Agropecuários; 5 - Bens Ligados a Investimentos Empresariais/ Comerciais; 6 - Bens Ligados a Investimentos Agropecuários + Investimentos Empresariais/Comerciais.

Quadro 20 - Grau de escolarização por Partido

Grau Escol.	PDT (%)	PMDB (%)	PSDB (%)	DEM (%)	PV (%)	PT (%)	PTB (%)	PRB (%)	PSB (%)	PP (%)	PPS (%)	PR (%)	Outros (%)
LEE	1,6	1,5	-	2,3	2	-	-	-	2,8	-	-	-	1
EFC	8	10,4	7,2	4,6	6	10,2	2,7	8,3	5,7	26,6	8,3	-	11,3
EFI	8	-	9	6,9	6	5,1	13,9	8,3	-	10	4,1	14,2	8,3
EMC	25,6	38,8	32,7	23,2	18,7	30,7	22,2	33,3	25,7	30	29,1	42,8	28,8
EMI	6,4	-	-	-	6	2,6	2,7	-	2,8	-	-	4,7	1
ESC	46,4	43,2	45,4	55,8	50	43,5	52,7	25	60	26,6	41,6	23,8	44,3
ESI	4	5,9	5,4	6,9	10,4	7,6	5,5	22,2	2,8	6,6	16,6	14,2	5,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Quadro 21 – Profissão por Partido

Profissão/ Partido	PDT (%)	PMDB (%)	PSDB (%)	DEM (%)	PV (%)	PT (%)	PTB (%)	PRB (%)	PSB (%)	PP (%)	PPS (%)	PR (%)	Outros (%)
Empresário	11,2	15,2	9	6,9	6,3	10,2	8,3	25	2,8	10	16,6	9,5	15,4
Médico	13,6	11,9	3,6	9,3	16,6	10,2	11,1	-	14,2	6,6	16,6	9,5	7,2
Advogado	6,4	4,4	5,4	9,3	4,4	2,5	5,5	2,6	14,2	3,3	4,1	4,7	7,2
Comerciante	12	10,4	16,3	9,3	8,2	7,5	5,5	11,1	11,4	16,6	11,3	4,7	7,2
Administrador	2,4	1,4	7,2	2,3	2,2	5	-	5,5	5,7	-	4,1	4,7	3,1
Agricultor		8,9	1,8	11,6	6,3	10,2	8,3	11,1	8,5	3,3	12,5	14,2	4,1
Aposentado	4,8	4,4	-	2,3	4,4	-	5,5	2,6	-	3,3	4,1	-	2,1
Engenheiro	4		-	2,3	4,4	2,5	2,6	-	-	3,3	-	-	4,1
Pecuarista/ Prod. Rural	4	4,4	14,5	4,6	6,3	2,5	8,3	2,6	5,7	16,6	-	4,7	4,1
Professor	4	1,4	9	11,6	6,3	10,2	2,6	2,6	5,7	6,6	4,8	4,7	6,2
Trabalhador rural	1,6	1,4	-	-	2,2	2,5	5,5	-	-	3,3	-	4,7	2,1
Servidor Público	4,8	7,4	9	11,6	10,4	12,8	8,3	8,3	-	10	-	4,7	7,2
Contador	3,2	1,4	3,6	2,3	-	2,5	5,5	-	-	3,3	4,8	-	1
Estudante	0,8	2,8	-	2,3	-	-	-	5,5	2,8	-	-	-	-
Motorista	1,6		-	-	-	-	-	2,6	-	-	-	4,7	4,1
Agrônomo	2,4		-	2,3	-	-	2,6	-	-	-	-	4,7	2,1
Pedagogo	0,8	1,4	-	-	2,2	-	-	-	2,8	-	-	-	1
Outros	14,4	23,2	20	11,6	18,9	20,5	19,4	19,4	25,7	13,3	20,8	23,8	21,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: TSE

Entre os doze partidos considerados nestes quadros, as menores freqüências de candidatos com ensino superior completo estão no PRB (25%), no PP (26,6%) e no PR (23,8%), enquanto nos demais tais freqüências ultrapassam 40% (v. Quadro 20).

Já as menores freqüências de montante de patrimônio econômico, casos de candidatos com patrimônio declarado acima de R\$ 1.000.000,00, estão no PRB (5,5%), no PP (6,6%), no PPS (4,1%) e no PT (5,0%) (v. Quadro 18).

Considerando aqueles casos cuja composição do patrimônio é marcada pela posse de bens ligados a investimentos agropecuários (terras, gado, etc.), nota-se que apenas o PT, o PRB e o PR (com respectivamente 7,6%, 19,4% e 19% dos casos) apresentam freqüências inferiores a 20%. Entre aqueles que declararam possuir bens associados a investimentos empresariais e/ou comerciais, as menores freqüências encontram-se no PTB (2,7%), no PRB (5,5%), no PSB (5,7%) e no PPS (4,1%). Entre aqueles que

informaram a posse de bens tanto relacionados a investimentos empresariais/comerciais quanto a agropecuários, os números mais baixos encontrados foram no PT (5,1%), no DEM (6,9%), no PRB (8,3%) e no PV (8,2%) (v. Quadro 19).

Por fim, se tomarmos as profissões dominantes no pólo econômico, as menores freqüências de empresários se encontram no PSB (2,8%), no PV (6,3%) e no DEM (6,9%); de comerciantes no PR (4,7%), no PTB (5,5%) e no PT (7,5%); de pecuaristas/produtores rurais no PT (2,5%), no PRB (2,6%) e no PR (4,7%). Em contraste, as maiores freqüências de trabalhadores rurais estão no PTB (5,5%), no PR (4,7%) e no PP (3,3%) (v. Quadro 21).

Levando-se em consideração estes quadros, é viável localizar, com base nas freqüências relativas ao capital econômico e/ou escolar, em um pólo, PDT, PMDB e PSDB (os três com mais candidatos e eleitos), e, em outro pólo, PRB, PR e PP. Numa posição intermediária estão PT, PV, PSB, DEM, PTB e

PPS que apresentam, nos três quadros, frequências altas e baixas de capital econômico e/ou escolar.

Dinâmicas da política local

A investigação se apóia também sobre o material das eleições municipais de 2008, coletado por uma equipe de pesquisadores, durante o período de campanha, em quatro municípios do Maranhão: São Luís, Caxias, Pinheiro e Lago da Pedra. A partir dos universos de disputa enfocados, é possível co-tejar a dinâmica de concorrência eleitoral em municípios com características bastante discrepantes. Foram examinadas campanhas: 1) na capital e em três municípios do interior; 2) em duas cidades em que o vencedor é alinhado com a facção que controlou o governo estadual (São Luís e Caxias) até 2009 (quando Jackson Lago foi cassado) e em duas outras (Pinheiro e Lago da Pedra), nas quais os prefeitos eleitos são adversários do governador eleito em 2006 e vinculados à facção liderada pela “família Sarney”, que dominou a política estadual durante 40 anos; 3) em colégios eleitorais do Maranhão com tamanhos diferenciados (São Luís possui 636.916, Caxias 97.795, Pinheiro 50.056 e Lago da Pedra 31.653 eleitores); 4) em cenários em que as campanhas ocorrem com maior peso no espaço do horário eleitoral gratuito (HEG) da TV, do marketing, dos meios de comunicação (São Luís em maior e Caxias e Pinheiro em menor grau) ou são mais marcadas pelo “corpo-a-corpo”, pelas “visitas”, pelas redes de interconhecimento (com destaque para Lago da Pedra, cujos candidatos a prefeito não têm acesso ao HEG na TV, mas com forte influência nas demais cidades também).

Para fins de exposição, serão privilegiados os três seguintes eixos na caracterização dos universos pesquisados. Em primeiro lugar, o perfil do candida-

to vitorioso, isto é, origens sociais, percursos políticos e principais trunfos acionados na campanha. Em segundo lugar, a composição da equipe de campanha do mesmo e de alguns dos seus principais apoiadores. E, em terceiro lugar, uma descrição sumária dos adversários.

Em São Luís, o prefeito eleito no segundo turno foi João Castelo Ribeiro Gonçalves (João Castelo). Filho de desembargador, ele atua como empresário e é formado em direito pelo Centro Universitário de Brasília (Distrito Federal). Seu patrimônio declarado à justiça eleitoral é de R\$ 6.363.437,58, composto por empresas, fazendas, criações de gado e imóveis.

João Castelo ocupou vários cargos administrativos, entre 1954 e 1970 (entre os quais assistente de gabinete do prefeito, com apenas 18 anos de idade, e diretor e presidente do Banco da Amazônia – BASA). Elegeu-se deputado federal, pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), em 1970 e 1974. Em 1978, foi escolhido como candidato da ARENA (sendo um dos quatro nomes indicados pelo então senador José Sarney) para concorrer a governador, tendo sido eleito pela Assembléia Legislativa. Concorreu, com sucesso, ao Senado, em 1982, e indicou seu primo, João Rodolfo Ribeiro Gonçalves, para compor a chapa como vice-governador nas mesmas eleições. Em 1985, investiu no lançamento do nome da sua esposa, Gardênia Gonçalves, como candidata a prefeita de São Luís, obtendo êxito e derrotando o candidato (Jaime Santana) apoiado pelo então presidente da República, José Sarney. Em 1986 e 1990, concorreu, para o cargo de governador, perdendo as eleições para Eptácio Cafeteira e Edison Lobão (candidatos da “família Sarney” e aliados), respectivamente. Sofreu derrotas também nas eleições para o Senado em 1990, 1994 e 2006 (nesta última, com o apoio do então governador José Reinaldo Tavares, dissidente da sua facção de origem, e do governador

eleito nessas eleições, Jackson Lago), e para a Prefeitura de São Luís em 1996, 2000 e 2004. Nas últimas décadas, se elegeu ainda deputado federal, por duas vezes, pelo PSDB, em 1998 e 2002. No governo de Jackson Lago, foi presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP). Sua filha é deputada estadual pelo PSDB¹⁵.

Sua equipe de campanha tinha como alguns dos principais protagonistas: a candidata a vice, Helena Duailibe (PSB), ex-secretária de Saúde, no governo de José Reinaldo Tavares e esposa do deputado estadual Afonso Manoel (PSB); o deputado federal pelo PSDB, Pinto do Itamaraty (empresário, proprietário de “radiolas de reggae”¹⁶ e coordenador geral da campanha); o então secretário de Meio-ambiente de Jackson Lago, Othelino Filho (atual Secretário de Governo de João Castelo). Esses e outros políticos participaram da chamada Frente de Libertação do Maranhão¹⁷, em 2006, e apoiaram João Castelo, em 2008. A Frente contava também com o ex-deputado federal e integrante da chapa à Presidência da República, como vice, pelo PSB, José Antonio Almeida (um dos principais advogados na área de direito eleitoral do estado, ex-procurador do estado e da Fazenda e professor universitário) que comandava uma equipe de advogados. Além disso, a campanha lançou mão de duas equipes de profissionais de marketing político, uma de São Luís, a empresa Open-door (atuante há décadas em campanhas eleitorais no estado), e uma de Recife, assessoradas por Duda Mendonça, marqueteiro conhecido nacionalmente.

João Castelo utilizou como principal trunfo de campanha, sintetizado na idéia de “experiência”, a sua trajetória na ocupação de cargos públicos (principalmente, administrativos) e a apresentação das realizações da sua gestão no Governo do estado. Tal estratégia é evidenciada neste trecho do depoimento de um dos membros da sua equipe de campanha:

Olha, é uma das coisas que o Duda Mendonça procurou explorar bem é... foi a questão da experiência do candidato (...). Porque o nosso oponente era alguém muito jovem, é... muito inteligente, que vinha crescendo muito, mas que não tinha experiência administrativa, né. Isso foi muito trabalhado; ou seja, nós temos uma cidade com quase um milhão de habitantes, com problemas enormes e que não podia ser colocada nas mãos de uma pessoa que não tivesse experiência pra... pra tocar isso... Ele podia se perder por causa disso, por falta de conhecimento; então, isso foi muito explorado na eleição do João Castelo, a questão da experiência, governador, deputado federal, senador, a esposa já tinha sido prefeita... (Entrevista com membro da equipe de campanha).

Sobretudo no segundo turno, João Castelo recebeu o apoio explícito de grande parte dos quadros que formavam a administração do governador Jackson Lago (PDT) e de membros dos partidos da chamada “base de sustentação” do então governador. Nesse sentido, incluem-se como seus apoiadores, por exemplo: o candidato derrotado no primeiro turno, Clodomir Paz (PDT); o atual Secretário de Educação de São Luís, Moacir Feitosa (PDT); o vereador eleito, Alencar Gomes (PDT); o atual deputado federal e candidato derrotado no primeiro turno, Cleber Verde (PR) e o vereador eleito, Josué Pinheiro (PSDC).

Alguns trechos de declarações dos apoiadores no Horário Eleitoral Gratuito de televisão (HEG) explicitam, simultaneamente, a teia de relações acionada e os compromissos partidários e pessoais estabelecidos:

Eu tenho, a absoluta certeza que marcharemos a partir dessa eleição unidos, para oferecer a São Luís e ao Maranhão as alternativas de governo que o povo tanto espera

do nosso partido, PDT (Pronunciamento de Clodomir Paz, no HEG).

(...) Por isso eu posso garantir: o Castelo é muito respeitado e tem as portas abertas do Governo Federal, o que vai facilitar muito a obtenção de recursos e parcerias importantes para São Luís; sem contar, que além de experiente, Castelo é um competente, é realizador, é administrador de mão-cheia; esta é a diferença; é por isso que eu falo. Se é pra deixar o homem trabalhar, vamos deixar o Castelo trabalhar na Prefeitura; com ele, não tem risco. É votar, e ver São Luís crescer (Pronunciamento de Cléber Verde, no HEG).

A melhor opção pra São Luís é João Castelo, que foi Governador do estado, Senador da República, Deputado Federal. E Helena Duailibe, minha esposa, foi Secretária de saúde, Diretora do Socorrão, Diretora da Unidade Mista (Pronunciamento de Afonso Manoel, no HEG).

Com base nessa gama de fatores, João Castelo venceu nove adversários no primeiro turno e, especialmente, seu principal adversário, o advogado e ex-juiz federal, Flávio Dino (PC do B), filho de um ex-deputado estadual, que ocupou vários cargos de primeiro escalão em governos estaduais. Dino chegou ao segundo turno exibindo um trajeto profissional repleto de títulos (como a aprovação em primeiro lugar no concurso nacional para juiz federal e para professor da Universidade Federal do Maranhão – UFMA); um percurso de militâncias (líder estudantil, advogado de sindicatos, vice-presidente da Associação dos Juizes Federais, presidente do Conselho da Justiça Federal e Secretário da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal)¹⁸, além dos apoios de ministros do PT e do PC do B (apresentados como “ministros do Lula”), dos chamados membros de organizações da socie-

dade civil e de algumas das lideranças estaduais do PT (sobretudo o atual deputado federal, Washington Oliveira; a atual deputada estadual, Helena Helluy; e o candidato ao Senado, em 2006, Bira do Pindaré).

Já em Caxias, foi Humberto Coutinho quem venceu as eleições. A campanha eleitoral de 2008 no município foi disputada com outros três candidatos: Márcia Marinho (PMDB), José Antônio Monte Lima (o Tom do PT) e Agostinho Neto (PSOL).

Coutinho nasceu em Matões (MA), município próximo a Caxias, cuja atual prefeita é sua aliada. Um dos seus irmãos é vice-prefeito e o outro é vereador; este foi o mais votado e é presidente da Câmara Municipal (depois de se eleger quatro vezes vereador, em Caxias). Seu trisavô foi intendente mais de uma vez, o pai foi vereador (ambos em Matões) e a sobrinha se elegeu, nas últimas eleições, para a Câmara Municipal de Caxias, depois de um mandato por Matões (2001-2004) e uma passagem pela Secretaria de Obras do município. O prefeito vitorioso concorreu em 1988, pela primeira vez, a um cargo eletivo, sagrando-se vereador pelo PDS, com o maior número de votos. Foi ainda deputado estadual entre 1991 e 2004, elegendo-se, respectivamente, pelo PFL e pelo PTB. Em 2004, venceu as eleições para prefeito de Caxias. Em 2008, concorreu pelo PDT.

Residindo nesse município há 39 anos, ali desempenhou a profissão de médico (sendo, inclusive, proprietário de um hospital). Na campanha, não raro apareciam falas do tipo “salvou milhares de vidas” ou “mãos milagrosas”, como no trecho que se segue: “O médico que salvou milhares de vidas com suas mãos milagrosas usou a competência e a inteligência que Deus lhe deu para cuidar das pessoas de todas as idades e situações sociais” (Cf. Material de campanha do candidato). Apoiou diversos políticos locais (José Ferreira de Castro, o Zé Castro, como é conhecido; Aris Lobo e Hélio Queiroz), inclusive como artífice (termo

utilizado pelo seu “marqueteiro”, em entrevista, e que denota uma centralidade de Humberto Coutinho na facção) da campanha de um deles, Hélio Queiroz, em 1996, que concorreu a prefeito, tendo como vice, Cleide Coutinho, esposa de Humberto Coutinho.

Humberto Coutinho possui o maior patrimônio declarado, dentre todos os candidatos a prefeito do Maranhão, em 2008 (R\$ 17.975.153,68); sendo este composto, principalmente, por fazendas, gado, empresas e imóveis. O volume e a composição do seu patrimônio e o seu trabalho como médico, vereador e deputado servem de base, na campanha, para a atribuição e o enaltecimento de qualidades pessoais como “empreendedor”, “sério”, “competente”, etc.

Sua esposa, Cleide Coutinho, foi Secretária de Saúde, entre 1999 e 2000, e Secretária de Ação Social, entre 2005 e 2006 (na gestão do marido), além de vice-prefeita e deputada estadual. Elegeu-se em 2006, fazendo a chamada “dobradinha” com o candidato a deputado federal Flávio Dino (PC do B), ocupando o mandato que Humberto Coutinho exercera entre 1991 e 2004. O deputado do PC do B é apresentado como o principal elo com o plano federal, em virtude do acesso aos recursos federais e ao presidente Lula¹⁹ que o mesmo disponibilizaria. Na campanha de Humberto Coutinho, a imagem de Cleide foi construída como de uma importante colaboradora do marido que “trabalha por Caxias em São Luís” e que “vai ajudar Humberto a administrar o município”.

Para concorrer no pleito de 2008, Humberto Coutinho reuniu uma equipe de campanha que se dividia em dois tipos de componentes: um formado por indivíduos com vínculos pessoais e familiares com o candidato, e o outro por profissionais especializados em direito eleitoral e marketing político. Entre os primeiros, encontram-se um dos irmãos e sua cunhada; e, entre os últimos, um advogado de “família tradicional” na política de Caxias e um

“marqueteiro” (ex-militante do Partido dos Trabalhadores e ex-sindicalista). O advogado (que já havia trabalhado na campanha de 2004) é formado na UFMA, com especialização em direito eleitoral, pela Escola Superior de Advocacia da OAB, e contou com o suporte de um importante escritório de advocacia – especializado em direito eleitoral (cujos sócios são descendentes de “famílias de políticos” e militaram no movimento estudantil secundarista e universitário e em “grupos de esquerda”) – situado em São Luís. Trabalhou para outros candidatos, em campanhas anteriores, dentre os quais se destacam: Cleide Coutinho, Flávio Dino e Edson Vidigal (ex-presidente do STJ e candidato a governador), em 2006. Já o “marqueteiro”, é formado em Economia, com especialização em Publicidade e Marketing, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), proprietário de uma importante empresa do ramo de comunicação, situada em São Luís, que trabalhou para vários candidatos nas últimas décadas, inclusive, para o próprio Humberto Coutinho, desde 1996, e também para Cleide Coutinho e Flávio Dino, em 2006 e 2008.

Márcia Marinho: filha de mecânico e desembargadora, esposa de Paulo Marinho (ex-deputado federal e ex-prefeito de Caxias) e neta de um vereador em Caxias; 46 anos; médica (pediatra) formada pela UFMA; ex-deputada federal, eleita em 1994; Secretária de Ação Social do município de Caxias, na administração do marido, e gerente regional do município de Pedreiras-MA, em 2000, à época do governo de Roseana Sarney; foi a principal candidata em disputa com Humberto Coutinho na eleição de 2008.

As duas “famílias de políticos” exercem grande influência na política estadual e os percursos políticos dos dois principais candidatos que as representaram em 2008 (Humberto Coutinho e Márcia Marinho) refletem as disputas no âmbito estadual.

Humberto Coutinho foi um dos principais prefeitos do estado a acompanhar José Reinaldo Tavares na sua migração da facção estadual liderada pela “família Sarney”, e procurou capitalizar politicamente essa adesão, como pode ser observado no depoimento de um dos membros da sua equipe:

Ninguém governa a cidade sem relação com o governo do Estado. E as prefeituras vivem em penúria, o dinheiro mal dá pra pagar... Só pra você fazer uma autorização você precisa do governo do estado e do governo federal. Pois bem, então foi que ele fez, se aliou com Zé Reinaldo e certamente há ótimas relações pessoais, e o Zé Reinaldo passou a ajudá-lo muito aqui em Caxias. Ora, explicar não era nem necessário por que “você” tava com o governador. “Você” não tinha o Sarney como um ponto de referência, o ponto de referência é a máquina estatal. Logo o povo entendeu que de fato ele tava trazendo benefício pro povo (água, luz, esgoto, escola...). Então é preciso tá com quem tá ajudando a cidade (entrevista com membro da equipe de campanha).

Por sua vez, Márcia Marinho tem um percurso político que sempre esteve vinculado à facção da “família Sarney”. Eleita deputada federal pelo PSC em 1994, no final do seu mandato filiou-se ao PFL; posteriormente, migrou para o PMDB, partido ao qual se encontra vinculada atualmente, exercendo um mandato de deputada estadual. Foi apoiada por Roseana Sarney nas eleições de 2008 e é uma das principais lideranças do interior consideradas “leais” à atual governadora. O trecho que se segue ilustra o investimento pessoal de Roseana Sarney na candidatura de Márcia Marinho:

Minhas amigas e meus amigos de Caxias, aí estive no palanque para pedir voto para Márcia Marinho. Eu retorno aqui com vocês

através do vídeo para fazer novamente esse pedido muito especial para todos vocês. Eu conheço a Márcia Marinho e vocês também conhecem Márcia Marinho, sabem que ela é uma mulher séria, é uma mulher competente. Já foi prefeita, fez muito pela educação, fez muito pela saúde, fez muito pelo social, levou água para as comunidades mais carentes. Portanto, vocês sabem do trabalho da Márcia Marinho e é por isso que eu estou aqui novamente para pedir com humildade o voto de cada um de vocês. Vamos trabalhar pela Márcia. O número da Márcia é o número 15. Portanto, não esqueça: no dia 5 de outubro, vamos votar na Márcia Marinho, número 15 (Pronunciamento de Roseana Sarney, no HEG).

No município de Pinheiro, o candidato vitorioso foi José Arlindo Silva Sousa, conhecido como Zé Arlindo. Filho de um músico e professor, concluiu os cursos superiores em Geografia, na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Teologia, Faculdade do Estado do Maranhão (FACEM), além de ter iniciado Direito, na Faculdade Santa Terezinha CEST, sem concluir. Exerceu a profissão de pescador – tendo sido dirigente e ocupando atualmente a presidência de honra da Colônia de Pescadores do Município – e a de professor. O patrimônio declarado à justiça eleitoral é de R\$ 80.700,00, composto de bens de consumo duráveis e imóveis não utilizados.

Concorreu pela primeira vez a um cargo eletivo, em 1988, candidatando-se a vereador, pelo PDT, sem sucesso. Depois de passagens rápidas pelo PT do B e PRTB, filiou-se ao antigo PFL (atual DEM) e concorreu a vice-prefeito, na chapa da principal liderança da cidade, o ex-prefeito e atual Secretário de Estado de Roseana Sarney, conhecido como Filuca Mendes (filho de ex-prefeito Dedeco Mendes e pai do atual deputado estadual Victor Mendes). Ambos se elegeram, em 2000 e 2004. Em 2008, Zé Arlindo concorreu ao cargo de prefeito, exaltando na cam-

panha sua experiência administrativa (fruto dos mandatos como vice-prefeito), o que o diferenciaria dos seus concorrentes. Outro aspecto muito difundido na campanha foi o fato de o então candidato ser “nascido e criado” em Pinheiro e “conhecer” a cidade, mais uma vez buscando distinguir-se dos candidatos do PDT (este, classificado como “estranho”, “estrangeiro”, etc.) e do PPS, que, embora de “famílias tradicionais”, se afastaram do município para a realização de estudos.

Zé Arlindo contou na sua campanha com uma equipe coordenada pelo deputado estadual Victor Mendes (PV), assessorado por seu pai e por outros integrantes da sua facção política. Além disso, foram contratados dois profissionais que já haviam trabalhado em campanhas anteriores: uma coordenadora de comunicação e marketing e um coordenador jurídico, ambos residentes e atuantes em São Luís. A coordenadora de comunicação e marketing é formada em jornalismo pela UFMA e tem especialização pela Escola de Comunicação e Arte da USP, em São Paulo. Já havia trabalhado nas campanhas, de 2000 e 2004, do candidato Filuca Mendes e na campanha de José Reinaldo Tavares ao governo do estado, em 2002; além de ter ocupado várias assessorias de comunicação em secretarias de estado e na Câmara dos Deputados. A campanha lançou mão de um estúdio de televisão pertencente a membros da facção para divulgar a imagem do candidato. Soma-se a isso o trabalho de divulgação da imagem do candidato, operado pelo jornal Cidade de Pinheiro, também pertencente a um membro da facção e comandado pelo jornalista Paulo Castro. O coordenador jurídico é formado na Faculdade São Luís, e já exercera a mesma função na campanha de 2004. É amigo de Victor Mendes e filho de um ex-secretário de Administração em Pinheiro que tinha ligações pessoais com um ex-deputado com origem no município e com outros membros da facção.

Os principais apoios locais foram dados pelos políticos da “família Mendes”; por intermédio desta, foram ativados os seus aliados e as redes de seguidores que cultivam. A principal base de sustentação, no plano estadual, foi do deputado federal Sarney Filho, “herdeiro” do principal político nascido na cidade (José Sarney) e que tem nela uma das suas principais bases eleitorais. As declarações de apoio transcritas dos programas de televisão, e apresentadas a seguir, são elucidativas da trama de laços que atravessa os diferentes níveis da hierarquia política:

Meus amigos e minhas amigas, irmão pinheirenses. Nós estamos nos aproximando da eleição e é importante que a gente faça uma reflexão profunda daquilo que a gente deseja para o nosso município. Tenho certeza que esses dois mandatos do nosso querido prefeito Filuca alcançaram seu objetivo. (...). E agora nós precisamos dar continuidade a esse trabalho. Tenho certeza que com o seu voto o Zé Arlindo vai ser conduzido e nós vamos continuar essa parceria lá em Brasília: eu, a Roseana, o ministro Lobão, o senador Sarney continuaremos a ajudar o município. Agora precisamos de outras etapas. Já temos o CEFET, já temos na área da saúde, da educação, da energia, muitos trabalhos, muitos progressos (...). E essa transformação precisa continuar. E é por isso que eu estou aqui para pedir o voto ao Zé Arlindo e me comprometendo também para que a gente continue essa parceria, para que o município não pare (...) (Pronunciamento de Sarney Filho no HEG).

Eu quero dizer a vocês que é uma satisfação muito grande viver em uma cidade respeitada por uma administração responsável e batalhadora. E é em nome dessa dedicação incansável do prefeito e de sua equipe de trabalho, em nome de todas as obras e projetos importantes que mudaram a vida de tantos

pinheirenses que eu peço seu voto em Zé Arlindo 25 (Pronunciamento de Vitor Mendes no HEG).

É apaixonante a gente ter a consciência do dever cumprido, a gratidão do povo e a certeza de que eles querem que esse trabalho, por isso vieram demonstrar nas ruas o carinho que tem conosco e a esperança que tem no Zé. E o povo quer dar esse recado (Pronunciamento de Filuca Mendes no HEG).

José Arlindo concorreu com dois candidatos: Luciano Genésio (PSB), advogado formado pelo CEUMA e filho do ex-prefeito de Pinheiro, José Genésio; e Leonaldson Castro (PDT), médico, conhecido como Dr. Léo, filho de comerciante e descendente de uma das famílias que outrora fora uma das mais ricas da cidade; formado na UFMA, com mestrado e doutorado no Rio de Janeiro. Luciano reuniu em torno da sua candidatura uma série de lideranças opostas à “família Mendes”, como os ex-prefeitos José Genésio e Pedro Lobato (tio do candidato a vice-prefeito), além do apoio do ex-governador José Reinaldo Tavares (PSB). Destaca-se a tentativa de acionar dois trunfos na busca da eleição: “juventude” e “tradição política familiar”. Leonaldson contou com o apoio explícito do então governador Jackson Lago (PDT) e de lideranças do PT ligadas à administração estadual como do atual deputado federal, Domingos Dutra, e do candidato ao Senado em 2006, Bira do Pindaré. Dr. Léo mobilizou a gama de títulos escolares como fator que poderia ser associado a “preparo” e como elemento de distinção em relação aos adversários.

Finalmente, em Lago da Pedra, a prefeita eleita foi Maura Jorge, filha do fazendeiro Waldir Jorge (líder da oposição ao “vitorinismo”²⁰ na cidade) e da ex-prefeita em quatro ocasiões, Raimundinha Jorge. A família mantém há décadas um escritório de atendimento e o “sistema de comunicação Wal-

dir Jorge”, do qual faz parte a rádio Santa Maura. Seu irmão mais novo, Waldir Jorge Filho, se elegeu prefeito de Lago da Pedra, em 1988, e deputado estadual, em 1994 (morreu em um acidente aéreo, no exercício do mandato).

Formada em Direito na Universidade Federal do Maranhão, Maura jamais exerceu outra atividade profissional, além dos cargos políticos ocupados (quatro mandatos de deputada estadual). Declarou um patrimônio de R\$ 899.029,37, composto de imóveis e bens ligados a investimentos empresariais.

Durante a gestão do irmão na prefeitura, Maura Jorge foi eleita deputada estadual (aos 29 anos) pelo PFL. Voltou a se eleger em 1998 (quando sua mãe ocupava o cargo de prefeita), em 2002, pelo PFL e em 2006, pelo PDT. Migrou, em 2005, juntamente com vários deputados estaduais para os partidos cujas lideranças se aliaram ao governador José Reinaldo Tavares, quando ele rompeu com a facção liderada pela “família Sarney”. Apesar disso, em sua campanha de 2006, teria “liberado” seus eleitores para votar em Roseana Sarney (DEM). Foi pelo DEM que concorreu em 2008, depois de uma tentativa fracassada da cunhada (viúva do ex-prefeito Waldir Jorge Filho e irmã do atual vice-prefeito) de chegar à prefeitura. Venceu as eleições por pequena diferença, derrotando a esposa do então prefeito Luís Osmani (PDT) que, além de ser atual primeira-dama, pertencia ao partido do governador do estado naquele momento (Jackson Lago).

Sua rede de apoiadores contava com cabos eleitorais que se apresentavam como amigos, aliados e membros da família e que gozavam de reputação como fazendeiros, comerciantes, líderes de movimentos religiosos ou de sindicatos, e vereadores. Entre os 10 entrevistados nesta pesquisa, todos já haviam participado de campanhas anteriores da “família Jorge”, e 7 já haviam ocupado cargos de confiança

em mandatos exercidos por Raimundinha Jorge, Waldir Jorge Filho e Maura Jorge. Assim, equipe de campanha e apoiadores se confundiam, não havendo o que foi visto nos outros municípios, isto é, uma equipe relativamente profissionalizada, com alguma divisão do trabalho político.

Os principais trunfos acionados na disputa de 2008 foram: a “tradição política familiar”, sua vinculação religiosa, assim como a experiência e a reputação de quatro mandatos como deputada estadual²¹. O uso do gênero como identidade estratégica também apareceu nas campanhas, mas sempre associado a outros elementos. A candidata relacionou a imagem de mulher tanto a seus anos de mandatos acumulados como deputada, como ao modo de fazer política de maneira mais pessoalizada e à sua opção religiosa, utilizando designações nas atividades de campanha como: “mulher preparada”, “mulher certa que está com o povo todo dia”, “a candidata da massa”, “a mulher escolhida por Deus”, “a mulher que anda na verdade”.

A ativação da “tradição político familiar” pôde ser observada entre as vinhetas e propagandas veiculadas na rádio Santa Maura, divulgando a campanha. Destaca-se uma que foi reproduzida em telão, veiculando imagens da candidata na abertura dos comícios. No trecho que se segue, o pertencimento à família Jorge inicia a chamada:

Natural de Lago da Pedra, filha de Waldir Jorge de Melo e Raimunda Alves de Melo, Maura Jorge iniciou a vida política no município de Lago da Pedra onde sua família tem tradição política e social na história do município, sua mãe foi prefeita por quatro mandatos com uma grande folha de serviços prestados ao povo de sua terra, seu irmão Waldir Jorge de Melo Filho foi prefeito de Lago da Pedra e exercia o mandato de deputado estadual quando faleceu vítima de aci-

dente aéreo, Maura Jorge está no seu quarto mandato de deputada estadual e agora encara mais esse desafio disputar as eleições municipais aqui em Lago da Pedra (...) e é por isso que o povo de Lago da Pedra quer Maura Jorge como prefeita dessa cidade para dar continuidade ao seu trabalho na construção de uma Lago da Pedra melhor (Trecho do material de campanha divulgado na rádio Santa Maura).

Acionando a legitimidade divina, Maura Jorge afirmava, várias vezes durante a campanha, que Deus a tinha escolhido para administrar Lago da Pedra; que a sua candidatura era direcionada pelos propósitos de Deus para trazer mudanças para o município: “Eu tenho absoluta certeza de que foi Deus que aqui me colocou; se ele me fez aceitar esse desafio, é porque ele tem um propósito. Um propósito de uma administração digna, que respeita nosso cidadão” (pronunciamento de Maura Jorge, em um jantar de campanha com os agentes de saúde).

Quanto à composição da equipe de campanha e apoiadores, como já foi mencionado, não havia uma equipe especializada em termos de atribuições profissionais, embora seja possível observar a profissionalização na política dos membros. Nas entrevistas com os apoiadores, as trocas, recompensas e gratificações simbólicas podem ser identificadas como elementos que dão sentido ao engajamento nas lutas políticas, como se pode observar nos casos relatados a seguir.

Uma apoiadora de campanha explica que dentre os fatores de adesão à candidatura de Maura Jorge está a gratidão às oportunidades e ao apoio que sempre recebeu de sua tia Raimundinha, no exercício de atividades desempenhadas na Secretaria de Ação Social de Lago da Pedra, em 1997, a convite da prefeita na época (sua tia e mãe de Maura Jorge). Fato que levou sua candidatura e eleição como vereadora em 2000.

A tia Raimundinha como prefeita de Lago da Pedra, tava no terceiro mandato e me convidou para trabalhar na Secretaria de Ação Social e eu aceitei. (...) Eu era responsável mais pelo serviço externo, tipo fazia cadastro, quando tinha os projetos, os convênios (...) no ano de 2000 registrei candidatura e fiz meu trabalho, fiz a campanha do jeito que a gente faz aqui, no corpo a corpo, nos bairros, nas visitas, atendendo da forma como é feita a política aqui, né? Eu fiz isso e tive o privilégio de ser uma das vereadoras de Lago da Pedra (Entrevista com membro da equipe de campanha).

Outro apoiador da campanha de 2008 explica sua adesão à facção da família Jorge pelas relações de parentesco, especificamente a influência paterna. Afirmou que seu pai sempre apoiou a família de Waldir Jorge e, como líder do povoado e chefe de família, acabava influenciando no voto dos demais. O membro da equipe de campanha classifica como algo “lógico” e “automático” o fato de alguém se posicionar a favor da facção apoiada por um parente seu: “Como eu já venho de uma família de tradição em fazer parte do grupo Waldir Jorge, então lógico que automaticamente eu passei a fazer parte desse grupo e apoiar esse grupo. Meu pai já apoiava, minha mãe, tios e tias...” (Entrevista com membro da equipe de campanha). Em relação aos trabalhos de campanha, desempenhados por esse cabo eleitoral para a família Jorge, segundo nos disse, o primeiro ocorreu em 1996, ocasião em que foi coordenador geral do Comitê, na campanha de Dona Raimundinha. O prefeito de Lago da Pedra naquele período era Luís Osmani, que tentava reeleição. A “família Jorge” conseguiu a vitória eleitoral, e no ano seguinte Dona Raimundinha, em seu terceiro mandato de prefeita, convidou esse apoiador para ser diretor de

uma escola de Lago da Pedra, cargo que exerceu de 1997 a 2004.

Considerações Finais

A gama de informações apresentada neste artigo evidenciou a diversidade de cenários municipais de concorrência eleitoral. A partir de um “caso” analisado em uma unidade da Federação (o estado do Maranhão), foi possível apreender correlações entre perfis de “elites locais” e tamanhos de colégios eleitorais, assim como padrões de recrutamento de candidaturas por partidos que contrastam com resultados consagrados concernentes a outros cargos políticos (notadamente, estudos sobre a composição da Câmara dos Deputados). Pistas relativas às vinculações entre critérios mais gerais de hierarquização social e lógicas específicas de seleção política são suscitadas. Sublinha-se o cargo político como um indicador de hierarquização política que interage com outros como a dimensão demográfica ou importância social, econômica e política do município e a posição dos candidatos ou prefeitos nas cadeias de mediação política que envolvem distintos níveis da dimensão de postos ligados à concorrência eleitoral.

Do mesmo modo, percebe-se que o grau de integração dos espaços periféricos (municipais) aos espaços mais centrais se efetiva em proporções variadas, mediante alianças verticais para cima estabelecidas, administradas e renegociadas constantemente entre lideranças locais e estaduais (com projeção inclusiva na cena nacional), promovendo e atualizando a interdependência entre os jogos faccionais em âmbitos estadual e municipal. Incrementa-se, assim, a dinâmica personalística, o caráter instável e temporário das coalizões, os elementos de reciprocidade e de rivalidade que lhes são próprios.

Com efeito, chamamos a atenção para a existência de uma forte tendência à homogeneidade

da elite política e à reprodução de elites econômicas e escolarizadas, que se beneficiam da plasticidade da configuração política e do pouco peso da identificação categorial ou ideológica. Porém, em sentido inverso, se submetem a competições marcadas pela incerteza das oscilações e por realinhamentos dos jogos faccionais, e não pela incerteza dos jogos democráticos.

Por fim, cabe ressaltar a diversidade referente à especialização, complexificação e racionalização das equipes mobilizadas nas eleições. Candidatos, cabos eleitorais, apoiadores, profissionais do marketing e do direito eleitoral – com duplos vínculos com o âmbito da excelência profissional e da militância política e pautados por “lógicas cruzadas” (Reis e Grill, 2008) – coabitam em coalizões políticas e organizações mobilizadas para fins de conquista de votos. Por um lado, predominam entre os candidatos analisados: 1) posição estabelecida nas disputas faccionais locais (protagonistas de várias eleições) e no espaço social (peso do patrimônio econômico e da titulação escolar); 2) participação em disputas políticas que envolvem “famílias de políticos”; 3) alianças verticais, para cima, com lideranças estaduais; 4) migração partidária, ao longo da carreira, como parte integrante de rearranjos faccionais que envolvem os planos local e estadual. Por outro lado, tais perfis são compatíveis com condicionantes sociais díspares de atuação política, implicando, de acordo com o cenário: 1) papéis mais exigentes e variados, prescritos aos candidatos; 2) competências, repertórios e tecnologias tidos como mais modernas para interpelação de eleitores; 3) modalidades de representação/mediação compatíveis com a multidimensionalidade (partido, região, parentesco, religião, profissão, sindicato, etc.) que compõe o espaço político e com as lógicas que regem cada nível da hierarquia política (do local ao nacional).

Notas

- 1 Utiliza-se a noção de *mediação* englobando papéis prescritos aos agentes especializados na dimensão política da vida social (LAGROYE, 1997), quais sejam: a comunicação entre a parte (comunidade) e o todo (nação), a função de elos nas cadeias de relações que ligam as localidades às instituições centrais (WOLF, 2003) ou de intermediários entre grandes e pequenas estruturas (BAILEY, 2001), e a aproximação entre domínios sociais afastados por fronteiras culturais, seus códigos, regras e linguagens (VELHO e KUSCHNIR, 2000).
- 2 Para uma aplicação dessa agenda de questões em estudos que evidenciam vínculos entre deputados federais e lideranças municipais vistos a partir das atribuições assumidas e reivindicadas por ocupantes tanto de cargos eletivos locais quanto de mandatos de projeção nacional, ver Bezerra (1999, 2006).
- 3 Para uma aplicação dessa agenda em estudos sobre candidatos no Brasil, ver Grynspan (1990), Grill (2008a), Barros Filho (2008) e Costa (2009), inspirados nos estudos de Mayer (1977) sobre os *conjuntos de ação* de diferentes candidatos na Índia, e de Landé (1977), sobre as cadeias de díades verticais nas Filipinas. Fretel e Lagroye (2005) advertem para a necessidade de apreender, além das cadeias de relações mobilizadas nos conflitos, a politização das redes, ou seja, o engajamento real dos indivíduos.
- 4 Para uma discussão mais detalhada, ver Reis e Grill (2008).
- 5 Utiliza-se ao longo do texto a noção de *facção* – seguindo Landé (1977), Mayer (1977) e Boissevain (1977) – para designar coalizões políticas rivais, instáveis e temporárias, centradas em lideranças personalísticas, cujos seguidores são recrutados de acordo com os recursos disponíveis pelos egos, que são capazes de gerar retribuições àqueles que aderem à sua liderança. Lagroye (2003) alerta que esse é um caso particular de configuração política, no qual prevalece o modelo reputacional e a mobilização sustentada por transações materiais e laços pessoais. Sawicki (2003), na mesma linha, salienta que é adequada a utilização quando há a prevalência da administração de uma hierarquia piramidal que atravessa vários níveis da política em detrimento de outros papéis constitutivos do *métier* político.
- 6 A análise da ocupação juntamente com o patrimônio revela que em grande parte dos casos tratam-se de fazendeiros, proprietários de terras, gado, tratores, etc.

- 7 Essa frequência iguala o grau de escolarização dos candidatos nas grandes cidades do estado ao grau de escolarização dos deputados federais, como pôde ser observado em estudo anterior (GRILL, 2008b) que analisou os perfis de 100 políticos maranhenses que ocuparam o cargo no período de 1945-2008.
- 8 Para uma análise dos limites das perspectivas meramente sociologizantes e reducionistas na análise dos fenômenos políticos, assim como da negação da dimensão sociológica, ver Palmeira e Goldman (1996) e Coradini (1999). Para uma crítica do efeito de rotinização científica, levando ao uso sem a interrogação dos pressupostos teóricos e metodológicos desse tipo de abordagem, ver Sawicki (1999).
- 9 Sobre o chamado “governismo” na política dos municípios, é importante consultar Leal (1975).
- 10 Ao PSDB era filiado, inclusive, o chefe da casa civil, Aderson Lago, ex-deputado estadual, que foi candidato a governador em 2006, pelo PSDB, em uma estratégia de lançar vários candidatos para enfrentar a candidata Roseana Sarney (então DEM), e que é primo de Jackson Lago.
- 11 Segundo a versão mais difundida, José Reinaldo Tavares teria “planejado” o lançamento de várias candidaturas (Edson Vidigal, pelo PSB; Aderson Lago, pelo PSDB e Jackson Lago, pelo PDT) e teria apoiado, com a chamada estrutura do governo do estado, essas chapas para derrotar Roseana Sarney e a coligação montada em torno dela.
- 12 Para mais detalhes sobre os itinerários dos irmãos, ver Grill (2008b).
- 13 Não há informações na base de dados do TSE referentes às eleições municipais de 2000 e de 1996 no Maranhão para o conjunto dos municípios.
- 14 Para uma análise das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados que demonstram tal correlação, ver Rodrigues (2002) e Marenco e Serna (2007).
- 15 Esse itinerário ilustra o padrão de perfil mais recorrente dos deputados federais eleitos entre 1945 e 2006, no Maranhão: origem social “de elite”; carreiras que se iniciam por cargos de confiança de alto escalão; titulação de superior obtida fora do estado; ingresso “por cima”, na carreira de cargos eletivos (como deputado federal); peso dos cargos públicos, vínculos de parentesco com outros ocupantes de cargos eletivos e migração entre as facções estaduais, como pode ser consultado em Grill (2008b).
- 16 Equipamento de som que permite a realização de festas e shows desse gênero musical muito popular no estado.
- 17 Movimento organizado em torno da liderança do ex-governador José Reinaldo Tavares e do governador eleito, em 2006, Jackson Lago, que reunia adversários da *facção* centralizada pela “família Sarney”.
- 18 Sobre esse itinerário, ver Barros Filho (2008) e Reis e Grill (2008b).
- 19 Sobre os usos dessas relações na campanha de Flávio Dino, em 2006, e a demarcação, afiançada pela “família Coutinho”, de Caxias como seu reduto eleitoral, ver Barros Filho (2008).
- 20 Fase da política maranhense que se estendeu de 1945-1965, comandada pelo senador Vitorino Freire e que teria sido encerrada com a chegada de José Sarney ao governo do estado. Para mais detalhes, ver Costa (2006) e Gonçalves (2000).
- 21 Para mais informações sobre a candidata e sua rede de apoiadores, consultar Costa (2009).

Referências Bibliográficas

BARROS FILHO, José. “A tradição engajada: origens, redes e recursos eleitorais no percurso de Flávio Dino”. In : GRILL, Igor Gastal ; REIS, Eliana Tavares dos; BARROS FILHO; José. *Elites, Profissionais e Lideranças Políticas: pesquisas recentes*. São Luís: EDUFMA, 2008.

BAILEY, Fredrick George. *Strategems and Spoils. A Social Anthropologic of politics*. Oxford: Westview, 2001.

BEZERRA, Marcos Otávio. “O ‘caminho das pedras’: representação política e acesso ao governo federal segundo o ponto de vista de políticos municipais”. PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das bases*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

BOISSEVAIN, Jeremy. “Factions, parties and politics in a maltese village”. *Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism*. Berkeley: University of California Press, 1977.

- BOURDIEU, Pierre. “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- COLLOVALD, Annie. “De la défense des pauvres nécessaires à l’humanitaire expert. Reconversion et métamorphoses d’une cause politique”. *Politix*, n.º 56, 2001, p. 135 – 161.
- CORADINI, Odaci Luiz. *A Extração Social dos Candidatos: as eleições de 1990 e de 1994 no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: NAU, 1999.
- COSTA, Wagner Cabral da. *Sob o signo da morte*. São Luís: EDUFMA, 2006.
- COSTA, Dayana dos Santos Delmiro. *Mulheres e Especialização Política: trajetórias e recursos eleitorais entre as deputadas federais/estaduais do Maranhão*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, 2009.
- GAXIE, Danel; LEHINGE, Patrick. *Enjeux Municipaux*. La constitution des enjeux politiques dans une election municipale. Paris: Presse Universitaire de France, 1984.
- FRETEL, Julien ; LAGROYE, Jacques. “Faire avec ce qu’on a. Les élections municipales à Rouen”. LAGROYE, Jacques; LEHINGE, Patrick; SAWICKI, Frédéric (orgs.). *Mobilisations Électorales : le cas des élections municipales de 2001*. Paris: PUF, 2005.
- GONÇALVES, Maria de Fátima. *A Reinvenção do Maranhão Dinástico*. São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.
- GRYNSPAN, Mário. “Os Idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.14, outubro de 1990, p.1-10.
- GRILL, Igor Gastal. “Família, configuração de apoios e atendimentos no percurso de um ‘herdeiro político’”. In: GRILL, Igor Gastal. *Heranças políticas no Rio Grande do Sul*. São Luís: EDUFMA, 2008a.
- GRILL, Igor Gastal. “As Bases Sociais da Especialização Política no Rio Grande do Sul e no Maranhão”. In: GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos; BARROS FILHO; José. *Elites, Profissionais e Lideranças Políticas: pesquisas recentes*. São Luís: EDUFMA, 2008b.
- LAGROYE, Jacques. “Le Leadership en question. Configurations et formes de domination”. In: SMITH, Andy; SORBETS, Claude. *Le Leadership Politique et le Territoire*. Paris: Presse Universitaire de Rennes, 2003.
- LAGROYE, Jacques. *Sociologie Politique*. Paris: Presses de Science Politique et Dalloz, 1997.
- LAGROYE, Jaques. “De l’objet local à l’horizon local des pratiques”. In: MABILEAU, M. (org.). *A la recherche du local*. Paris: L’Harmattan, 1993.
- LANDÉ, Carl. “Groups politics and dyadic politics: notes for a theory”. SCHMIDT, S.W. et alli (eds.). *Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1975.
- MAYER, Adrian. “The Significance of quase-group in the Study of Complex Societies”. SCHMIDT, S.W. et alli (eds.). *Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977.
- PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Márcio “Introdução”. In: _____ (orgs.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria, 1996.
- PALMEIRA, Moacir. “Eleição Municipal, política e cidadania”. PALMEIRA, M; BARREIRA, C. *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006.
- POURCHER, Yves. “Tournée électorale”. *L’Homme*, 119, XXX (3), 1994.

REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. “Letrados e Votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil”. Tomo n. 13, 2008.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, Ideologia e Composição Social*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SAWICKI, Frédérick. “Introduction”. LAGROYE, J.; LEHINGE, P.; SAWICKI, F. *Mobilisations Électorales*. Paris: PUF, 2005.

SAWICKI, Frédérick. “Le Leadership politique”. In: SMITH, A. e SORBERTS, C. *Le Leadership Politique et le Territoire*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2003.

SAWICKI, Frédérick. “Classer les homes politiques. Les usages des indicateurs de position sociale pour la compréhension de la professionnalisation politique”. In: OFFERLÉ, Miche. *La profession politique XIX-XX siècles*. Paris: Éditions BELIN, 1999.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. “Mediação e metamorfose”. In: KUSCHNIR, Karina. *Eleições e representação política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 2000.

WOLF, Eric. “Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México”. In: WOLF, Eric. *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. RIBEIRO, Gustavo Lins, BIANCO, Bela Feldman (orgs.). Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2003..

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: A EXPERIÊNCIA DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO CEARÁ (CONSEA-CE)

JOANA TEREZA VAZ DE MOURA*

Introdução

Na sociedade brasileira, a ampliação da democracia para além dos mecanismos eleitorais teve maior ênfase com o início da redemocratização, a partir de fins da década de 1970, quando se assiste a um intenso e complexo processo de revitalização da sociedade civil, de valorização da cidadania e de fortalecimento das instâncias públicas. Tal processo foi incentivado, sobretudo, pela pressão dos movimentos sociais junto ao Estado e desdobrou-se na implementação de políticas públicas descentralizadoras e na criação de organizações, tais como os inúmeros conselhos instituídos por meio de legislação nacional e que abarcam diferentes formas e atores sociais. Mais especificamente, segundo alguns autores (SILVA, 2003; BOSCHI, 1999; GOHN, 1997), vê-se, ao longo da década de 1990, uma proliferação de fóruns, conselhos, comitês e parcerias que buscam instituir, nos diversos níveis de governo e nas mais variadas áreas de atuação do Estado, novos espaços de representação.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal compreender o processo de representação política, exercido por organizações da sociedade civil no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará (CONSEA-CE). Busca-se entender como se estabelece essa representação, como se constroem a legitimidade e as relações da sociedade civil com o poder público e o modo como essas relações podem ou não contribuir para o aperfeiçoamento da democracia.

Palavras-chave: representação, conselhos, sociedade civil, democracia.

ABSTRACT

This article's main objective is to understand the process of political representation by civil society in the Food and Nutritional Security Council of Ceará (CONSEA-CE). The aim is to understand how to make this representation, how to build legitimacy and relations of civil society with government and how these relationships may or may not contribute to the improvement of democracy.

Keywords: representation, councils, civil society, democracy.

* Doutora em Ciência Política, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Curso de Gestão de Políticas Públicas, do Departamento de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Este artigo enfoca a discussão sobre a presença da sociedade civil nos espaços públicos dos conselhos, como protagonista de uma nova forma de representação política, e se detém, particularmente, no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará (CONSEA-CE).

O CONSEA-CE foi criado em 2003¹, como complemento importante do programa Fome Zero (PFZ), do Governo Federal, com função consultiva, de aconselhamento ao Governo do estado, e com o objetivo de elaborar diretrizes para implantar a política de segurança alimentar regional, cabendo-lhe também o papel de orientar a efetivação de programas sociais ligados à alimentação, estabelecendo diretrizes e prioridades.

Diferentemente da maioria dos conselhos, os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional devem ter, de acordo com o Decreto², participação

de 2/3 de representantes da sociedade civil, e 1/3 de representantes do poder público; além disso, há a recomendação de serem presididos por representantes da sociedade civil³.

Assim, a temática deste artigo gira em torno da representação política exercida por organizações da sociedade civil nos conselhos, considerando-se que tal representação estabelece outro desenho institucional na democracia brasileira. Busca-se entender o processo de configuração sócio-política sob o qual a representação aparece, e a sua estruturação. Ou seja, procura-se compreender como se institui essa representação e como se constrói a legitimidade do representante frente ao representado e/ou frente ao Estado, enfatizando a capacidade do porta-voz de mobilizar os interesses de um grupo social significativo.

A abordagem desse processo coloca a necessidade de se problematizar a noção de representação, verificando neste espaço, três dimensões, a saber: quem participa, no que e como.

A escolha do tema, que relaciona representação política e presença de organizações da sociedade civil nos conselhos, deve-se, inicialmente, ao fato de se considerarem os conselhos como espaços em que as organizações da sociedade civil têm, com o seu público, uma relação distinta daquela existente entre os representantes que foram eleitos para atuar no Executivo ou no Legislativo, em âmbito nacional, estadual ou municipal. Na prática, nos conselhos estão se criando novas formas de representação política, caracterizadas pela representação coletiva, ou seja, os representantes falam em nome de determinados grupos ou categorias sociais. De acordo com Lüchmann (2008), tal representação coletiva está ancorada na legitimidade dessas organizações em promover, de diferentes formas, a defesa das variadas “causas” sociais e de demandas de grupos e setores sociais

historicamente excluídos dos processos de decisão política. Neste sentido, a literatura utilizada para a elaboração deste artigo indica que a representação nesses espaços deve ser entendida pela forma de atuação dos conselheiros; ou seja, a representação deve ser pensada como um processo relacional e diferenciado, em que a autorização não passa somente pela eleição; mas, na maioria dos casos, os conselheiros são indicados, de forma coletiva pelos seus pares ou de forma centralizada por indivíduos, como, por exemplo, os diretores das entidades ou o Governador.

A representação é examinada, aqui, a partir da idéia da representatividade dos conselheiros. Na análise, registraram-se situações de distanciamento entre representantes e representados, caracterizadas pelo perfil das organizações e/ou perfil dos representantes; mas, também se registraram situações de aproximação devido às experiências dos representantes em associações, movimentos sociais, partidos políticos, dentre outras. Percebe-se que os vínculos dos atores sociais e a configuração institucional do CONSEA-CE influenciam diretamente a participação.

Na argumentação deste artigo, trabalhou-se com a hipótese de que a representação da sociedade civil no CONSEA-CE caracteriza-se, no geral, como mera reunião de membros que não se identificam com o princípio de delegação, característico da democracia direta. Representantes conservam em suas decisões uma certa independência frente à base. Isto vem legitimando e sustentando os próprios mediadores.

Os dados sobre os representantes da sociedade civil no CONSEA-CE foram coletados através de entrevistas realizadas com conselheiros, em julho de 2007. Uma segunda fonte de informações se constitui de documentos disponibilizados pelo próprio Conselho e das atas das reuniões dos anos 2005, 2006 e 2007. A terceira fonte de informação corres-

ponde à participação da autora na IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2007, em Fortaleza, Ceará.

O artigo está dividido em três partes, além desta Introdução. Na primeira parte, faz-se uma breve apresentação do contexto de surgimento dos conselhos e da participação da sociedade civil. Na segunda parte, apresenta-se o universo do CONSEA-CE, destacando a sua configuração institucional e a análise do seu funcionamento. Na terceira parte, enfatizam-se os vínculos institucionais dos representantes e as suas trajetórias, buscando entender: as relações entre representante e representado; a legitimidade da representação e a capacidade de intervenção no debate e, conseqüentemente, na formulação de políticas públicas. Ao final, são feitas algumas considerações, apresentando-se uma síntese dos principais resultados obtidos sobre a representação política de organizações da sociedade civil no CONSEA-CE e algumas reflexões acerca desse tema. Dessa forma, a pretensão é contribuir com estudos sobre representação e participação política da sociedade civil nos conselhos.

Os conselhos e a participação da sociedade civil

No Brasil, o debate sobre participação, especificamente no período de transição – entre fins da década de setenta e final dos anos oitenta do século XX –, apresentava-se fortemente marcado por elementos de natureza político-ideológica presentes no contexto da época. Como uma decorrência da experiência da ditadura militar, o Estado e, mais do que isto, o campo político institucional passara a ser apresentado como o espaço do autoritarismo, sendo os seus agentes identificados como responsáveis pela opressão e repressão aos interesses sociais excluídos do bloco no poder. Por outro lado, a socie-

dade civil torna-se o campo da resistência ao poder autoritário, com uma homogeneização discursiva dos seus agentes, então percebidos como democráticos, autônomos e impulsionadores de uma dinâmica da transformação social e política do país (SILVA, 2003). O marco da transição é a Constituição Federal, promulgada em 1988. “A Constituição de 88 definiu um novo arranjo federativo, com significativa transferência de capacidade decisória, funções e recursos do governo nacional para os estados e, especialmente, para os municípios” (ALMEIDA, 1995: 92).

A Constituição Federal de 1988 consolidou-se em meio a uma conjuntura de crise econômica e, também, de forte ebulição dos movimentos sociais. Nas legislações ordinárias regulamentadoras da Constituição, foram previstos conselhos colegiados paritários, em geral deliberativos, tendo em sua composição representantes do governo e da sociedade civil, visando controlar e fiscalizar as políticas sociais.

A Constituição de 1988 reflete reivindicações sociais, criando espaço para iniciativas de maior abertura e integração da sociedade, no que se refere às tomadas de decisões a respeito de políticas públicas, assim como outros mecanismos de consulta popular, além do voto. No Art. 5º, Inciso LXXIII da Constituição, observa-se a garantia da inserção da participação através da ação popular e do plebiscito (GUIMARÃES, 2008). A criação dos conselhos é inaugurada nesses termos de maior processo de abertura popular.

Assiste-se, ao longo da década de 1990, à proliferação de fóruns, conselhos, comitês e outras formas de parcerias que buscavam instituir, nos diversos níveis de governo e nas mais variadas áreas de atuação do Estado, novos espaços de participação social.

A abertura de novos canais de relacionamento entre sociedade civil e Estado – exemplificada pela implementação de diversos espaços públicos, como por exemplo, conselhos, câmaras setoriais, orçamentos participativos, fóruns, dentre outros –, com suas complexas dinâmicas de funcionamento e uma disputa constante de poder entre diferentes projetos políticos, trouxe uma ampla gama de conceitos para a compreensão do que estaria acontecendo em países com democracias recentes.

Segundo Lüchmann (2005), alguns fatores têm sido apontados como relevantes para a implementação e sustentação de experiências participativas, quais sejam: o empenho, a vontade e o compromisso político-governamental; a capacidade de organização e articulação da sociedade civil; e o desenho institucional. Tudo isto visando à efetivação dos princípios de pluralidade, igualdade e publicidade. Porém, ainda se constituem como desafios a desigualdade social e as diferenças na definição de interesses coletivos.

Muitos estudos têm argumentado que esses espaços que se abrem para a representação da sociedade civil, por si sós, seriam preferíveis ao funcionamento das instituições do Estado (SANTOS, 2002; AVRITZER, 2004). Nesse sentido, não trabalham de modo a entender a sociedade e o Estado de forma relacional. Lavallo (2003) observa que boa parte da literatura sobre participação trata o mundo institucional da política diferentemente do mundo da sociedade. Como ele mesmo aponta, existe um descompasso entre o modelo teórico e os atores que conformam a sociedade civil, a qual é altamente heterogênea, tendo características de clientelismo, autoritarismo, etc. Outro elemento sempre presente nessas análises, e que parece comprometer a perspectiva sob a qual tais experiências têm sido estudadas, é o fato de esses espaços serem considerados

espaços de participação direta, principalmente em virtude da ausência de mediação dos partidos políticos no processo.

Desse modo, ora focando no sistema representativo e na sua reconfiguração, ora na importância da chamada sociedade civil e nas inovações participativas, as ciências sociais deixaram de lado o fenômeno da representação política exercida por organizações da sociedade civil. Segundo Lavallo, Houtzager e Castello (2006: 46),

(...) a problemática da representação política no seio das organizações civis é encoberta pela ênfase na sociedade civil e na participação cidadã como alicerces para a reforma da democracia. No primeiro caso, porque é concebido que os atores da sociedade civil emergem por uma continuidade ou animados por uma conexão genuína com o tecido social (...) No segundo caso, em virtude de a participação cidadã cancelar (...) a própria idéia de representação (grifos no original).

A dinâmica representativa dos conselhos se torna, então, um grande desafio a ser enfrentado por analistas, já que movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil têm de aprender e apreender esse novo formato institucional de relação com o Estado; isto, na medida em que compõem o aparato decisório do Estado, os conselhos articulam no seu espaço os representantes escolhidos em pleitos eleitorais, via partidos políticos (os governantes e seu bloco de ocupantes de cargos de confiança e funcionários), e os representantes da sociedade civil, por meio dos mais diferentes movimentos sociais e organizações (FERRAZ, 2005). Para tanto, é preciso entender a dinâmica que se estabelece nos conselhos, a partir das relações sociais que se constituem e que fazem uma entidade participar desses espaços e não de outros.

Segundo Pinto (2005), como a sociedade civil tem um caráter extremamente fragmentado, é mister observar que, muito raramente, pessoas pertencentes a associações, a Organizações Não-Governamentais (ONGs), etc., apresentam-se como representantes da sociedade civil como um todo. Esse caráter unitário é mencionado em documentos oficiais, pelo discurso político e, mesmo, em alguns textos acadêmicos, no que pese estes últimos terem sempre muito mais cuidado em enfatizar o caráter diferenciado e fragmentado da sociedade. Neste sentido, de acordo com a autora, é que se tem de trabalhar e entender essa sociedade civil, sem incorrer em uma posição militante e prescritiva, muito encontrada nos trabalhos da área. Para usar suas próprias palavras, “é pela heterogeneidade que se pode chegar mais apropriadamente a entender o conceito e avançar na análise das potencialidades e limites destas sociedades” (PINTO, 2005: 10).

Tomando-se, então, como referência o debate, exposto anteriormente, sobre os processos de participação e de sua relação com a democracia, procura-se, a seguir, situar o surgimento do CONSEA-CE nessa nova conformação da relação entre Estado e sociedade para a formulação de políticas públicas.

A configuração do CONSEA-CE: os desafios da composição

O CONSEA-CE, criado por um Decreto do governo estadual de 15 de abril de 2003, é uma entidade voltada para a elaboração de políticas públicas, programas e ações que asseguram o direito à alimentação, inerente a cada cidadão no estado do Ceará (Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, 2007).

Ao se analisar a composição do CONSEA-CE, constata-se claramente uma dificuldade no que con-

cerne à separação entre sociedade civil e Estado. É o que se observa, por exemplo, neste trecho de depoimento da representante da Universidade Federal do Ceará (UFC), no Conselho:

(...) A gente pôde intervir muito pouco na escolha de quem iria participar do CONSEA-CE. Porque a lei, ou melhor, a lei não, o decreto, porque aqui não é lei, é decreto, foi feito pelo Governo, enviado para a Assembléia e a gente não teve muita opinião e nem influência. O que a gente conseguiu foi colocar o Fórum Estadual de Segurança Alimentar, e pressionar um pouco para alguém das pastoraís; mas no mais foram eles que decidiram; inclusive, a representação da sociedade civil não é boa (entrevista concedida à autora).

Segundo Avritzer (2007), a presença dos movimentos sociais urbanos no Ceará não foi significativa, durante o período da redemocratização, tal como foi em outros estados do Sul e Sudeste do Brasil. Teve forte presença naquela unidade da Federação o chamado mudancismo, um movimento de reforma política e administrativa centrado na organização do Estado. Esse movimento, instituído com a chegada do grupo político liderado por Tasso Jereissati e Ciro Gomes ao poder no estado, contribuiu de muitas maneiras para a ação da sociedade civil, incentivando a criação de diversos tipos de organizações civis, principalmente as de produtores (Tendler, citado por AVRITZER, 2007). Neste sentido, percebe-se um caso de participação onde o Estado foi o maior incentivador.

Foi sob o signo da ruptura, expresso no slogan “governo das mudanças”, que o grupo de empresários liderados por Tasso Jereissati (hoje, Senador filiado ao nacional do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB) ocupou a cena política cearense. Tal iniciativa, ancorada não só em grupos empre-

sariais, mas também em intelectuais, partidos de esquerda e outros setores organizados da sociedade civil, impôs-se com a retórica que anunciava “nova forma de fazer política”. Essa forma, baseada em uma representação simbólica temporal, definida a partir de um “antes e depois”, apresentou uma oposição às formas tradicionais de poder aglutinadas em torno do coronelismo (BARREIRA, 1994). Percebe-se claramente a diferença em relação à organização da sociedade civil no Rio Grande do Sul, que emerge por contestação a um Estado autoritário, ao contrário do que ocorre no Ceará, onde se faz a partir de incentivos estatais, ficando, muitas vezes, refém do Estado.

De acordo com o Regimento Interno do CONSEA-CE e com o Decreto número 27.008, de 15 de abril de 2003, publicado no Diário Oficial do Estado em 17 de abril de 2003, o CONSEA-CE é “composto por trinta e cinco membros designados pelo Governador do Estado, sendo quatorze representantes de órgãos da Administração Estadual e vinte e um representantes de outras organizações, dentre organismos federais, da sociedade civil e de cooperação internacional”.

Efetivamente, são, na verdade, 14 representantes do poder público e 20 da sociedade civil, sendo que nesta estão incluídos representantes de organismos federais e de organismos de cooperação internacional, além daqueles da sociedade civil propriamente dita. Cabe destacar que não existe uma separação clara entre esta e o Estado, nos moldes dos demais conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional.

O que acontece na prática é uma confusão em relação a essa composição, pois muitos conselheiros acreditam que dezenove são representantes da sociedade civil, mesmo que caminhando de mãos dadas com o poder público. No Decreto referido, fica bem claro não só que se tem uma diversidade

de entidades, mas, que uma parcela dos representantes não faz parte da sociedade civil. Ainda, nessa composição percebe-se uma forte presença da área patronal. Segundo a representante da UFC,

(...) hoje, no CONSEA, a maioria é sociedade civil; mas, sociedade civil entre aspas, porque muitos dessa sociedade civil são aliados ao Governo. Por exemplo, o Rotary e o Lions são dois que servem o Governo. O empresariado da sociedade civil, área patronal, está muito representado (comércio, indústria e agricultura); além disso, tem a FIEC (Federação da Indústria do Estado do Ceará) e a Associação dos Jovens Empresários; então, a área patronal está muito forte; e, por outro lado, nem todos eles participam.

Para muitos, ainda faltam representações de organizações indígenas, da Associação Brasileira de ONG's (ABONG), de movimentos populares e sindicais. Para o representante da Cáritas, é preciso rever a composição do CONSEA-CE, porque muitas entidades não sabem o que é segurança alimentar. Nas suas palavras:

(...) aqui no Ceará o que eu percebo é que a maioria das instituições não tem discussão e nem trabalhos diretos com a segurança alimentar. Eu vejo que somente a Cáritas tem esse trabalho. Quem são as outras instituições? Por exemplo, a Universidade que tem feito algumas discussões, tem pautado alguns temas, mas que está lá. A FIEC, o Rotary que é um monte de gente que diz que tem trabalhado com segurança alimentar, mas que é distribuir sopas, mais a questão do assistencialismo, mais compensatória, que acaba não emancipando as pessoas.

A indicação dos conselheiros e de suas respectivas organizações pelo poder público fere o próprio

sentido da representação da sociedade civil, na medida em que, em muitos casos, só os atores considerados confiáveis pelo poder público são chamados a participar (SANTOS, 2004).

O funcionamento do CONSEA-CE é visto de forma crítica por alguns representantes da sociedade civil, talvez por se tratar de um tema novo e ainda não incorporado pelo poder público, ou, quem sabe, pela própria composição do órgão, que não abriga os diversos movimentos sociais e ONGs ligados ao assunto. Para uma entrevistada, representante do Rotary,

(...) precisaríamos trabalhar as câmaras setoriais, ter mais tempo disponível para discutir problemas do estado, tentar criar, trabalhar estes temas e gerar orientações e articular politicamente com o Governo; tentar sensibilizar o Governo, para tentar conseguir avançar.

Para uma ex-presidente do CONSEA-CE, a atuação do Conselho ainda tem sido bastante tímida, sendo mais significativa do ponto de vista da promoção de articulações entre produtores e instituições. Segundo ela, “nacionalmente temos muito mais interferência, há um diálogo maior com os Ministérios”.

Muitos ainda acreditam que a sociedade civil deve ser fortalecida, sob pena de o CONSEA-CE acabar sendo apenas legitimador das políticas do poder público. Tais idéias se evidenciam, por exemplo, na percepção do representante da Cáritas, expressa em entrevista concedida à autora:

(...) não existe ainda um espaço e um planejamento mais sistemático do CONSEA, definindo eixos que deveriam ser trabalhados durante o ano; acabam trabalhando só coisas de fora e a gente legitimando isso. Não se faz uma reflexão mais política, com maior aprofundamento. A gente acaba só le-

gitimando o que o Estado está fazendo e isto denota a questão da fragilidade da sociedade civil que esta lá.

A configuração institucional é um fator que condiciona a representação social nesse Conselho, porque as leis e/ou decretos de criação e instituição do CONSEA-CE sinalizam elementos importantes para a sua análise. O grande avanço é com relação a um aspecto da sua composição: diferentemente da maioria dos demais conselhos, o CONSEA-CE conta com um número maior de representantes da sociedade civil. Mesmo que algumas organizações possam estar mais próximas dos interesses do Governo, como, mencionado anteriormente – o caso do Rotary e do Lions, por exemplo –, no CONSEA-CE, a presença dessas entidades pluraliza e diversifica esses espaços e enriquece o debate. Mais ainda, conforme Abramovay (2001), mesmo que o CONSEA-CE tenda, muitas vezes, a reproduzir um ambiente social avesso à ampla discussão dos assuntos públicos, a sua simples existência abre caminho para a entrada de temas até então ausentes, na vida dos indivíduos e dos grupos organizados.

É preciso problematizar a composição. Não adianta ter uma representação diversificada, inserir diferentes grupos se, de fato, é a ação, o discurso que vale. O que está realmente sendo representado? Qual a legitimidade desses representantes?

A representatividade dos conselheiros

Segundo Pitkin (1967), existe um paradoxo na representação: tornar presente de alguma forma aquilo que não está literalmente presente (PITKIN, 1967). Esta controvérsia está diretamente relacionada com a discussão deste artigo sobre a representatividade e a legitimidade da representação, pois coloca essas dimensões numa balança, na qual a ação de representar precisa achar o seu equilíbrio.

Representar, no sentido em que o verbo é empregado aqui, significa atuar em função dos interesses do representado. O representante precisa atuar independentemente; sua ação precisa envolver discernimento e consciência; ele precisa ser, de fato, aquele que atua. O representado precisa ser concebido como capaz de ação e julgamento independente, não sendo meramente objeto dos cuidados de alguém. E, apesar do potencial de conflito inerente entre representante e representado sobre o que é para ser feito, as divergências não necessariamente ocorrem. O representante precisa atuar de tal modo que não haja conflito; se isto ocorrer, uma explicação é requerida. Ele precisa não se encontrar persistentemente em desentendimento com os desejos do representado, sem que haja uma boa razão em termos de seus interesses, sem uma boa explicação de por que seus desejos não estão de acordo com os seus interesses (PITKIN, 1967: 209-210).

Sob esta perspectiva, analisa-se neste item a representação a partir da representatividade dos conselheiros. A noção de representatividade é definida com base nos vínculos institucionais dos indivíduos com as suas organizações sociais; no modo de escolha dos representantes; nos meios de discussão utilizados pelos conselheiros para se relacionarem com a sua base e nas relações mantidas com as demais entidades presentes no CONSEA-CE, a fim de identificar possíveis conflitos e embates. O fato de os conselheiros ocuparem determinadas posições na estrutura social permitiu a obtenção de um “assento na mesa” de discussão com o Estado, conforme identificado nas entrevistas com a maioria dos representantes da sociedade civil.

Boa parte da literatura sobre os conselhos enfatiza a assertiva de que o vínculo institucional entre conselheiros e organizações sociais é um dos aspectos centrais para que os conselhos se efetivem como espaços plurais e legítimos de representação

de interesses de segmentos sociais. Segundo Santos (2004), na formulação de políticas públicas, para que a co-gestão entre a sociedade civil e o Estado se traduza realmente como um aprofundamento da democracia, é necessária a garantia de um espaço de consulta às bases; tanto na eleição do representante, quanto nas definições das posições a serem tomadas por ele no exercício da sua função. É muito importante definir como os diferentes atores da sociedade civil, agrupados em blocos, são autorizados para falar em nome de determinados grupos específicos ou de pessoas. Se a representação é um processo que envolve uma relação, como afirma Young (2000), em que medida e como os representantes se relacionam com os seus representados?

Segundo Bourdieu (1996: 188), quando o ato de delegação é realizado por uma única pessoa em favor de uma única pessoa, as coisas são relativamente claras. Porém, quando uma única pessoa é depositária dos poderes de uma multidão, ela pode estar investida de um poder transcendente a cada um dos mandantes.

No CONSEA-CE, observa-se a presença de representantes que fazem parte de movimentos sociais e de fóruns que estiveram diretamente ligados à luta pelo direito à alimentação e à redução da fome e da miséria nos últimos anos. Tornaram-se, desta forma, legitimados para falar em nome de uma grande parcela da população que não tem acesso à alimentação saudável; e, por este motivo, tais representantes foram escolhidos para integrar o Conselho.

Tendo em mente estas considerações, a representatividade no CONSEA-CE foi analisada através de três variáveis:

- a forma como o representante foi escolhido;
- o meio utilizado pelo representante para consultar a base; e
- a trajetória associativa do representante.

O **Quadro 01** mostra os modos de indicação dos representantes da sociedade civil entre seus pares.

Quadro 01 - Processo de escolha dos representantes da sociedade civil no CONSEA-CE

Processo de escolha dos conselheiros	CONSEA-CE
Indicação coletiva	33% (N=3)
Indicação individual/centralizada	56% (N=5)
Eleição	11% (N=1)
Total	100% (N=09)

Fonte: dados das entrevistas.

No CONSEA-CE, o vínculo institucional entre os conselheiros e as organizações sociais é bastante frágil, já que 56% dos entrevistados foram escolhidos mediante a prática centralizadora, seja pela indicação direta do Presidente da organização, seja pela indicação do Secretário estadual. Mesmo somando os indicados de forma coletiva com aqueles conselheiros que declararam ter sido escolhidos através de eleição, este número ainda fica aquém daqueles indicados de forma centralizada. Isso revela a fragilidade da relação dos representantes com a sua base.

Quadro 02 - Meios utilizados pelos representantes da sociedade civil para consulta à base

Meios utilizados para consulta à base	CONSEA-CE
Não têm	33% (N=3)
Reuniões	45% (N=4)
Outros (eventos, emails, relatórios)	22% (N=2)
Total	100% (N=09)

Fonte: dados das entrevistas.

É importante notar que 33% dos entrevistados responderam não ter um meio de comunicação com a base. Isto pode ser explicado pelos mecanismos utilizados para a própria composição desse Conselho; basta lembrar, conforme referido anteriormente, que dele participam, por exemplo, muitas entidades patronais. Os conselheiros vinculados a tais entidades não precisam da autorização da base para defender os seus pontos de vistas e/ou concepções. Offe e Wisenthal (1984) já chamavam a atenção para esse aspecto. Segundo eles, enquanto os capitalistas têm um poder de sanção individual, os trabalhadores dependem inteiramente de suas organizações; ou seja, as lideranças das organizações do capital têm maior capacidade de acionar sanções do que os líderes trabalhistas, vinculados aos membros da base e com menor autonomia. Observe-se, em situações assim caracterizadas, a existência de noções diferenciadas de representatividade.

O **Quadro 03** mostra a relação dos conselheiros com as organizações que integram o Conselho; isto é, cada entrevistado falava da sua relação com os demais, integrantes de organizações que não a sua.

Quadro 03 - Relação dos representantes da sociedade civil com os demais conselheiros no CONSEA-CE

Relação dos conselheiros com as outras organizações	CONSEA-CE
Trabalho conjunto	77% (N=7)
Divergências	33% (N=2)
Total	100% (N=09)

Fonte: dados das entrevistas.

De acordo com o que nos foi possível compreender, a partir das entrevistas, tal como no CONSEA Nacional, no CONSEA-CE as relações entre as organizações que o integram são menos conflituosas.

No CONSEA-CE, o fato de haver consenso e se estabelecerem acordos entre as entidades representadas não necessariamente significa um compartilhamento de idéias entre Governo e segmentos da sociedade civil, como no CONSEA Nacional. É bem mais provável que a falta de entendimento acerca do que é segurança alimentar por determinadas entidades faça com que essas acabem compactuando com algumas posições defendidas por quem domina o debate. Segundo o representante do Fórum cearense de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), em entrevista: “Nós temos uma meia dúzia de conselheiros que dá o dinamismo pro Conselho. São poucas pessoas atuantes. O pessoal do Estado não atua como esperado. Ainda é preciso trabalhar a estrutura e formação do CONSEA”.

O CONSEA-CE configura-se, conforme os padrões de interação de Draibe (1998: 14), como um conselho pautado pela burocracia, que carece de mecanismos de informação e em que existe um absenteísmo dos membros do Governo, cumprindo apenas funções burocráticas; portanto, trata-se de um organismo pouco ativo.

As divergências neste Conselho estão caracterizadas, principalmente, na discussão sobre quem deve ocupar o lugar de presidente do órgão. Enquanto em outros CONSEAs, está claro que a presidência deve ser exercida por um representante da sociedade civil, no CONSEA-CE esta ainda é uma questão em aberto, uma vez que não há definição a respeito no Regimento Interno. Isso acarreta vários embates entre representantes da sociedade civil e do Governo, especialmente porque, segundo a representante da UFC, “o Governo do Ceará acha que o CONSEA deve ser um braço do Governo”. Por sua vez, acrescenta, na interpretação dos representantes da sociedade civil, esta deve ser a protagonista nesse espaço. Nas palavras da entrevistada,

(...) Existe um campo de disputa muito grande, porque para eles (secretários) o conselho deve ser um braço do Estado, do Governo. Mas a gente acha que tem que ficar nas mãos da sociedade civil porque eles encaminham as políticas e como eles podem exercer o controle social se eles mesmos protagonizam?

Por esse e outros motivos, os conflitos aparecem freqüentemente, sobretudo em época de eleição para a presidência do CONSEA-CE. Para muitos representantes, o CONSEA-CE ainda está em processo de construção.

As trajetórias dos conselheiros influenciam diretamente a representatividade, já que dependendo dos tipos de entidades que já integraram o Conselho, a sua atuação é menos ou mais democrática.

No CONSEA-CE, percebe-se que aqueles representantes que já fizeram parte de diversas organizações (partidos políticos, fóruns, ONGs, movimentos sociais etc.) são os que mais têm uma visão crítica a respeito da participação e da configuração dos conselhos em geral.

O representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por exemplo, se formou em Agronomia e logo foi trabalhar em um projeto de assentamento, o Lumiar. Com o término desse projeto, entrou para a Cáritas, sendo mais ligado ao Programa de Desenvolvimento do Semi-árido, atuando em projetos voltados para agricultura familiar, organização, gestão e mobilização de grupos, e tecnologias de convivência com o semi-árido, expressando, assim, uma concepção mais pró-ativa de convivência. Como membro da Cáritas, ele também participa do Fórum Cearense para o Semi-árido, que faz parte da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), tendo como parceiro o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A sua representação é legitimada por sua experiência com o tema e sua recorrente atividade com pessoas e grupos que sofrem de insegurança alimentar, como muitos agricultores familiares que vivem no semi-árido brasileiro.

O representante da Assembléia Legislativa no Conselho é concebido como representante da sociedade civil, o que expressa a falta de esclarecimento sobre o que o CONSEA-CE entende como sociedade civil. A Assembléia Legislativa (AL) é um dos componentes do Poder Legislativo, composta por 46 deputados eleitos pelo voto direto da população. Cabe a essa instância de poder a tarefa de legislar, ou seja, transformar em leis as demandas da sociedade; cobrar a aplicação dessas medidas e fiscalizar de forma permanente a aplicação dos recursos públicos por parte do Governo e demais órgãos da administração. Na verdade, pela entrevista concedida, pareceu que a representação não é da instituição (AL) e sim que sua escolha se vincula mais a aspectos biográficos. O representante atualmente é deputado estadual, pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS). De sua própria trajetória, ele enfatiza a formação como médico sanitaria e menciona a influência de sua família no campo político. Assim, quando na entrevista lhe foi perguntado sobre seu percurso, a resposta foi a seguinte:

Sou natural de Fortaleza-CE, nascido no dia 15 de agosto de 1975, sou médico-sanitarista, formado pela UFC, com mestrado e PHD em saúde pública pela Universidade do Arizona - EUA. Sou filho do ex-reitor da UFC e ex-presidente do Conselho Nacional de Educação, Professor Roberto Cláudio Frota Bezerra, e neto de educadores vinculados à Universidade e à escola Pública estadual.

Observe-se, pois, o peso atribuído à relação familiar que, conforme a interpretação do entrevista-

do, o faz ser reconhecido publicamente e escolhido para participar do CONSEA-CE. A legitimidade de sua representação está fortemente vinculada, por ele mesmo, a esse reconhecimento, que entendemos como característico de relações clientelistas, ou seja, das relações entre atores políticos que envolvem concessão de benefícios públicos. Ressalte-se aqui, especialmente, o lugar social do conselheiro: formação profissional de prestígio e vínculos familiares-pessoais/institucionais são invocados na fundamentação da sua escolha para integrar o CONSEA-CE.

Um outro aspecto que merece destaque é que, como a maioria dos representantes da sociedade civil, a representante do Rotary também faz parte de outras entidades; por isso, existe a dificuldade de saber qual entidade ela realmente está representando. Ou, se está representando apenas idéias (PHILLIPS, 2001) ou um grupo. Muitas vezes, membros dos conselhos tendem a agir de acordo com seus interesses pessoais, em detrimento dos interesses das associações que representam. Esse problema aparece na entrevista com a representante do Rotary, que trabalha também numa ONG (CDI⁴).

Eu sou (nome da pessoa), tanto faz estar representando o Rotary ou o CDI porque a pessoa é a mesma (...). As nossas ações no CONSEA estão mais voltadas ao CDI do que ao Rotary, pois são ações mais localizadas, ao contrário do Rotary que tem ações mais gerais, nacionalmente.

O representante da CNBB também atenta para essa questão. Segundo ele,

(...) Além da fragilidade das instituições (...) tem essa outra questão que é que eu estou representando a CNBB que é muito complicado, porque a gente acaba não tendo espaços para refletir isso, eu acabo representando muito mais a Cáritas, ou parte da ASA

(Articulação no Semi-Árido), eu faço certa ponte entre a Cáritas e a ASA, a gente repassa informes, levo demandas para o Fórum, como a gente está se articulando, então essas demandas acabam vindo desses setores que eu estou mais intimamente ligado que da própria CNBB.

Assim, nos espaços do CONSEA, nota-se que há dois tipos de representantes. Os do primeiro tipo são indivíduos integrantes de determinados grupos e que estão ali como “representantes do grupo”; são aqueles que mantêm um vínculo muito estreito com os representados, tendo condições, assim, de trazer uma fotografia fiel dos desejos e interesses destes para o espaço de participação. O importante em relação a essa forma de representação é que ela tem sua origem em uma escolha entre atores da sociedade civil, decidida freqüentemente no interior de associações civis (AVRITZER, 2007). Ou, como explorado por Pitkin (1967), em sua visão da representação substantiva, os representantes devem ser indicados ou escolhidos por suas entidades associativas; essas, por sua vez, responderão pelos atos políticos de seus representantes. Tais entidades detêm o mandato de seus representantes e poderão substituí-los, caso estes não cumpram as responsabilidades acordadas.

O segundo tipo é caracterizado por aqueles que representam grupos específicos por sua experiência acadêmica ou de vida. Podem ou não fazer parte do grupo que buscam representar; são os “representantes das idéias do grupo” e, segundo Kiyota (2007), movimentam-se com grande desenvoltura entre as organizações do Estado e das normas de discurso existente com os agentes deste, resultando no seu distanciamento do restante do grupo, pois os representados continuam marginalizados desse diálogo. Essa representação acontece quando os indivíduos, por conta própria ou organizações da so-

iedade civil, mais especificamente ONGs, se dizem representantes de uma causa ou idéias (PHILLIPS, 2001) com as quais se identificam, e seu ingresso no Conselho não passa pelo processo de delegação ou autorização. Como mostra Avritzer,

Organizações não-governamentais que trabalham causas fora dos seus estados nacionais defendem atores que não as indicaram para tal função (...) não é a autorização, e sim a afinidade ou identificação de um conjunto de indivíduos com a situação vivida por outros indivíduos que legitima a advocacia⁵ (2007: 456).

Considerações finais

O surgimento dos diversos conselhos temáticos no Brasil, como espaços de participação social, colocou questões inovadoras no âmbito das ciências sociais, especialmente no que se refere à forma como a sociedade civil se relaciona com o Estado. Nos conselhos, apesar das diferentes leis de criação, prevê-se que a relação da sociedade civil com o Estado deve acontecer por meio de organizações sociais, e não de forma individual. E a escolha de representantes dessas organizações no espaço dos conselhos não necessariamente é feita via eleições; muitas vezes, o representante é indicado, dentre seus pares, para exercer o papel de mediadores dos interesses de sua base. Essa nova forma de representação política exercida por organizações da sociedade civil nos conselhos ainda não foi devidamente tratada pela literatura dedicada a essa temática, com exceção de alguns estudos (LAVALLE, CASTELLO e BISCHIR, 2007; RAICHELIS, 2001; SILVA, 2006).

Para esta análise, alguns aspectos foram importantes, dentre os quais se destacam: a composição do CONSEA-CE; as leis e regras definidoras; a escolha dos representantes; e a trajetória dos conselheiros.

O estudo do formato institucional CONSEA-CE revelou que o seu caráter apenas consultivo faz com que muitas deliberações não sejam acatadas pelo poder público, acarretando o descrédito por parte de alguns setores da sociedade civil nesse organismo. Esse caráter apenas consultivo faz também com que muitas organizações não tenham interesse em se fazer representar ali. Foi possível notar, conforme os documentos oficiais e algumas entrevistas, que algumas conquistas do Conselho têm contado com uma certa sensibilidade do poder público para com o tema da SAN.

A construção conjunta de uma pauta propositiva também ainda não se consagrou, esvaziando o espaço do CONSEA-CE, pois algumas entidades da sociedade civil (as entidades patronais, por exemplo) não concebem fazer parte de um espaço em que não têm poder para deliberar.

Nota-se que uma questão importante no contexto da representatividade é a do pluralismo. A diversidade de organizações é interessante para a riqueza do debate; entretanto, o fato de alguns segmentos já estarem de antemão inseridos pela legislação na composição do Conselho trouxe o problema da falta de interesse por diversos participantes. No caso do Ceará, o Governo nomeou algumas entidades que fazem parte do poder público para integrar o campo da sociedade civil. Assim, a composição do CONSEA-CE está em constante discussão.

Pode-se, portanto, afirmar que o CONSEA-CE possui maneiras de escolha de representantes que diferem do método convencional, via eleições. Com relação à representatividade, o CONSEA-CE também se constitui como espaço em que os representantes mantêm certo distanciamento da base. O vínculo de cada representante com os demais participantes das organizações sociais é bastante frágil, já que acontece ocasionalmente e por meio de

reuniões esporádicas para informes e repasses. Alguns representantes, como os das universidades, por exemplo, mantêm autonomia limitada frente a seus representados, ao contrário dos que fazem parte de movimentos sociais, os quais sempre buscam manter contato com os representados, procurando defender seus interesses. A polêmica sobre mandato e independência não se resolve, visto que existe ainda a falta de compreensão do que um representante em um conselho deve fazer: o que o grupo quer ou o que ele acha que será melhor para o grupo? Porque, muitas vezes, os representantes não têm como se reunir com a categoria social que representam previamente à discussão no CONSEA-CE; então acabam atuando da forma que acham melhor. Por isso, com frequência, a representação tem que ser entendida pela ação do representante, pela substância dessa ação, e não por um modelo analítico previamente estabelecido. Algumas pistas ajudaram a entender essa representação, mas somente a análise da ação é que definiu como ela se dá. Assim, a hipótese de que os representantes conservam em suas decisões certa independência frente à base pôde ser confirmada. Isso não quer dizer que não exista uma legitimidade da representação. Porque, ao contrário da representação eleitoral tradicional, em que o representante (eleito) deve se identificar com o representado (eleitor), na representação política coletiva os representantes podem ter legitimidade pelo reconhecimento da sua competência e qualificação, e não necessariamente pelo vínculo direto com a base. O que de fato deve ser ressaltado é que se deve pensar em novas formas de prestação de contas e responsividade.

Notas

- 1 O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Decreto 4.582, de 30 de janeiro de 2003.

- 2 Decreto 6.272, de 23 de novembro de 2007, que dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA.
- 3 A maioria dos demais conselhos segue a recomendação paritária, ou seja, uma metade de representantes de Governo e a outra de representantes de organizações da sociedade civil, sem a exigência de o presidente ser representante desta; pelo contrário, muitos são presididos por representantes de Governo.
- 4 Conforme se lê no *site* desta ONG, trata-se de “uma organização que utiliza a tecnologia como uma ferramenta para combater a pobreza e a desigualdade, estimular o empreendedorismo e criar novas gerações de empreendedores sociais”.
- 5 Avritzer entende advocacia como uma prática exercida pelo advogado e que vai além do atendimento convencional feito por esse profissional, na defesa dos interesses específicos vinculados à causa para a qual foi contratado. A advocacia a que ele se refere situa-se no plano de causas coletivas, públicas ou privadas, cuja defesa não necessariamente precisa de autorização prévia para ser realizada. “Nesse sentido, o elemento central da advocacia de temas não é a autorização, e sim uma relação variável no seu conteúdo entre os atores e os seus representantes” (AVRITZER, 2007: 457).

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo (2001). Conselhos além dos limites. In: *Revista Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, set/dez.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (1995). Federalismo e Política Sociais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 28.

AVRITZER, Leonardo (2004). *Participação política em São Paulo*. São Paulo: UNESP.

_____. (2007). A participação social no Nordeste. In: AVRITZER, Leonardo (org.). *A participação social no Nordeste*. Belo Horizonte: editora da UFMG.

BARREIRA, Irllys A. F. (1994). Modernização

política e questão social. Diagramas do poder local. In: *Caderno CRH*, UFBA, v. 07, n. 20.

BOSCHI, Renato (1999). Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. In: *Dados*, v.42, n. 4, Rio de Janeiro.

BOURDIEU, Pierre.(1996). *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP.

DRAIBE, Sônia. M. (1998). A nova institucionalidade do sistema brasileiro de políticas sociais: os conselhos nacionais de políticas setoriais. Campinas: UNICAMP/NEPP (mimeo).

FERRAZ, Ana Targina R. (2005). Impactos da experiência conselhistas sobre as atividades políticas e organizativas dos movimentos sociais na saúde: o caso do movimento popular de saúde de Campinas-SP. *Tese de doutorado em Ciências Sociais*, Universidade Estadual de Campinas.

GOHN, Maria da Glória (1997). *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola.

GUIMARÃES, Aline Amorim Melgaço (2008). Participação social e políticas públicas: novos rumos para a construção de políticas emancipatórias. In: WILDHAGEN, Cid Dutra (org.). *Diálogos Sociais: reflexões e experiências para a sustentabilidade do desenvolvimento do norte e nordeste de Minas Gerais*. SEDVAN/IDENE, Belo Horizonte: IMGS.

KIYOTA, Norma (2007). A Representação dos agricultores familiares em espaços de participação social no sudoeste do Paraná. *Tese de doutorado*. PGDR/UFRGS, Porto Alegre.

LAVALLE, Adrián G. Sem pena nem glória. O debate sobre a sociedade civil nos anos 90. *Novos Estudos CEBRAP*, julho, 2003.

_____. (2007). Protagonistas na sociedade civil: redes e centralidades de organizações civis em São Paulo. In: *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50.

- LAVALLE, Adrián G., HOUTZAGER, Peter P, CASTELLO, Graziela (2006). Representação política e organizações civis. Novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, fev.
- LÜCHMANN, Lígia Helena H. (2005). Os sentidos e desafios da participação. *XXI Congresso Brasileiro de Sociologia* – Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), UFMG, Belo Horizonte.
- _____. (2008). Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. *Cadernos CRH*, v. 21, n. 52, Salvador, jan/abr.
- OFFE, Claus; WIESENTHAL, Helmut (1984). Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização. In: OFFE, C. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- PHILLIPS, Anne. (2001). De uma política de idéias a uma política de presença? In: *Estudos Feministas*, ano 9, 2º semestre.
- PINTO, Céli Regina J. (2005). A Sociedade civil como ator político no Brasil: da ausência ao protagonismo. Projeto (mimeo).
- PITKIN, Hanna F. (1967). *The concept of representation*. Berkeley, CA, Los Angeles, CA and London: University of California Press.
- RAICHELIS, Rachel (2001). *Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, Boaventura dos (org.). (2002). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SANTOS, Mauro Rego Monteiro (2004). A representação social no contexto da participação institucionalizada. O caso dos conselhos municipais do Rio de Janeiro. In: SANTOS JÚNIOR, O. Alves; RIBEIRO, L. C. de Q.; AZEVEDO, S. de (org.) *Governança democrática e poder local. A experiência dos conselhos municipais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, FASE.
- SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ-STDS-CE. (2007). Disponível em: http://intsrv023.ceara.gov.br/pls/portal/PORtal.www_media.show?p_id=577443&p_settingssetid=465656&p_settingssiteid=213&p_siteid=213&p_type=basetext&p_textid=577444 Acessado em 05 ago 2008.
- SILVA, Marcelo Kunrath (2003). Tradições associativas populares e democracia: uma análise comparativa das experiências de Orçamento Participativo na Região Metropolitana de Porto Alegre. *XXIV Congresso da ALAS*.
- YOUNG, Iris Marion. (2000). Civil society and its limits. In: YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press.

O SEGREDO INSTITUCIONAL E A MANIPULAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM GOFFMAN

Introdução

Nos últimos tempos, a informação tem sido tematizada como expressão de um domínio capaz de resolver alguns dos principais problemas de integração da sociedade contemporânea e, especialmente, das saídas operacionais para conflitos sociais e ações do Estado. Ao mesmo tempo, o que se designa como informação assume uma multiplicidade de significados, que abarca desde processos de coleta e sistematização de dados através dos meios tradicionais de observação e registro, realizados a partir de observação direta feita por pessoas especialmente treinadas para esta função, até a geração de conhecimento baseado na utilização de planilhas construídas e analisadas com os recursos da informática, com o mínimo de interferência humana. Essa espécie de pedra filosofal em que a informação foi transformada acaba por torná-la objeto de disputas institu-

JAIME LUIZ CUNHA DE SOUZA*
DANIEL CHAVES DE BRITO**
WILSON JOSÉ BARP***

RESUMO

Este artigo aborda, teoricamente, o segredo e a manipulação da informação nas instituições, tendo como referência o pensamento de Goffman. A análise centra-se na forma como este autor trata as micro-relações e os processos de manipulação utilizados tanto pelos indivíduos quanto pelas instituições com o intuito de ocultar informações e produzir uma imagem favorável. Examina as dinâmicas que se estabelecem entre as instituições públicas e a sociedade civil, considerando o fato de haver indivíduos que manipulam a imagem de si e do grupo a que pertencem, visando influenciar opiniões e receber aprovação. Dedicada especial atenção aos riscos de uso do segredo, fora dos limites traçados pelos princípios democráticos.
Palavras-chave: manipulação; informação; segredo; instituição; sociedade civil.

ABSTRACT

This article presents a theoretical study of secrecy and information manipulation in institutions, based on the viewpoint by Goffman. The analysis is centered on the way that author treats micro-relations and manipulation processes employed both by individuals and by institutions aiming at withdrawing information and producing a favorable image. It examines the dynamics established between public institutions and civil society, considering the fact that there exist individuals who manipulate their own images and that of their group in order to influence opinions and receive approval. It deals especially with the risks brought about by secrecy, outside of the limits drawn by democratic principles.

Keywords: manipulation, information, secrecy, institutions; civil society.

* Doutor em Ciências Sociais, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e da Faculdade de Ciências Sociais da UFPA, pesquisador da linha de pesquisa Violência e Não-Violência. E-mail: jlcsouza02@yahoo.com.br

** Doutor em Ciências Sociais, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e da Faculdade de Ciências Sociais da UFPA, pesquisador da linha de pesquisa Violência e Não-Violência.

*** Doutor em Ciências Sociais, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e da Faculdade de Ciências Sociais da UFPA, pesquisador da linha de pesquisa Violência e Não-Violência.

cionais, grupais e até mesmo individuais, com repercussões administrativas, políticas e jurídico-normativas que, ora facilitam, ora dificultam o controle da sociedade civil sobre as ações das instituições públicas.

Essa situação se torna especialmente importante quando consideramos o papel mediador da informação na relação entre o Estado, através de suas instituições, e a sociedade civil, uma vez que a construção, a manipulação, a ocultação e formas de utilização da informação podem se transformar em mecanismo de subtração ao controle exercido pela sociedade civil, o que ocasiona um profundo comprometimento do estado de direito e da cidadania. Induzido por essa preocupação, nosso trabalho focaliza o papel do segredo (como um dos estados da informação) nas relações que se estabelecem entre as instituições públicas e a sociedade civil, utilizando como

eixo norteador a idéia de *manipulação da informação* presente no pensamento de Erving Goffman.

Embora nossa discussão esteja centrada em dois trabalhos de Goffman – o primeiro, de 1959, intitulado *A Representação do Eu na Vida Cotidiana* e o segundo, de 1961, *Manicômios, Prisões e Conventos* –, ao longo do texto, fazemos referências recorrentes a Simmel e, em menor proporção, a Foucault e Hanna Arendt. Simmel aparece citado no trabalho de 1959, tendo Goffman, naquela ocasião, declarado adesão a certos aspectos metodológicos presentes nos trabalhos desse autor. Assim, buscamos recuperar a influência de Simmel no pensamento de Goffman, especialmente no que concerne à abordagem do tema “segredo”, em função da complementaridade de perspectivas entre ambos.

A inserção de outros autores nessa discussão, ao lado de Goffman (como, por exemplo, Hanna Arendt e Foucault), decorre do fato de coexistirem divergências e convergências entre as suas perspectivas e as de Goffman. Tais inserções ocorrem de forma circunstancial e tímida; não que as discussões que esses autores travam em torno dessa temática sejam irrelevantes; pelo contrário, a riqueza e complexidade de suas abordagens nos obrigarão a tratá-las de forma mais acurada em um trabalho posterior, especialmente voltado para este fim, no qual suas reflexões serão trabalhadas com a profundidade devida.

Para dar conta da análise, dividimos este trabalho em duas partes: na primeira, discutimos aspectos gerais, relativos à informação e ao segredo em Goffman; e na segunda, abordamos dimensões mais específicas a respeito da forma como as equipes, no interior das instituições, lidam com o segredo e com a informação.

Goffman e a questão do segredo

Embora as reflexões de Goffman se voltem mais particularmente para a maneira como os indivíduos manipulam as imagens de si mesmos, em contextos relacionais em que precisam criar uma perspectiva que lhes seja favorável, tais reflexões nos dão preciosas indicações de como compreender a problemática da informação, e do segredo que pode envolvê-la, na medida em que este autor examina formas de manipulação presentes tanto nas relações interpessoais – privilegiadas em suas abordagens – quanto nas relações entre a sociedade e as instituições que compõem a administração pública.

Em *A representação do eu na vida cotidiana*, Goffman afirma que, quando um indivíduo chega à presença de outros, geralmente, ele próprio e os outros aos quais é apresentado realizam uma série de manobras com o intuito de obter informações. Nessas circunstâncias, comenta o autor, embora algumas dessas informações pareçam ser procuradas quase como um fim em si mesmo, há comumente razões bem práticas para tal comportamento, pois,

A informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. Assim informados, saberão qual a melhor maneira de agir para dele obter a resposta desejada (GOFFMAN, 1985: 11).

Segundo Goffman, durante o período em que o indivíduo está na presença imediata dos outros, podem ocorrer poucas coisas que dêem diretamente a estes a informação conclusiva de que precisarão, para dirigir inteligentemente sua própria atividade, pois “muitos fatos decisivos estão além do tempo e do lugar da interação, ou dissimulados nela” (GOFFMAN,

1985: 12). Essa carência inicial de informações deve-se ao fato de ambos os lados manipularem a própria imagem, transmitindo informações falsas, intencionalmente, e fazendo com que uma determinada ação seja praticada por razões diferentes daquela que fez com que a informação a seu respeito fosse transmitida; e isto, diz Goffman, necessariamente, comporta uma dose considerável de fraude e dissimulação.

Toda informação gera conhecimento em maior ou menor medida; conhecimento esse que servirá de base para processos inferenciais posteriores. Essas inferências poderão facilitar ou dificultar, propositalmente, os processos de construção de conhecimento confiável a respeito de uma dada situação. Todavia, a capacidade de construir conhecimento correto pode ser comprometida em razão da indissociável necessidade de interpretação dos dados captados e da excessiva impregnação de concepções de mundo particulares e interesses pessoais, durante o processo. A considerável proporção de subjetividade envolvida afeta os responsáveis pela análise dos dados e gera insegurança, na medida em que estes têm que realizar suas análises com base nas informações disponíveis, e estas nem sempre são confiáveis porque há uma carga de subjetividade que as impregnou, desde as coletas iniciais até a análise final que irá servir de base para uma ação operacional. Este é um dos problemas fundamentais no trato com a informação.

A manipulação, intencional ou não, da informação é um problema difícil de ser equacionado, tendo em vista a sutileza característica da matéria prima de que a informação é construída; antes de ser transformada em documento, principalmente quando se trata de documento ou de posições assumidas institucionalmente, a informação passa inevitavelmente por variados processos de interpretação e de extração de

inferências. Nesse sentido, diz Goffman, “nenhuma quantidade acumulada desta documentação passada pode evitar inteiramente a necessidade de agir com base em inferências” (GOFFMAN, 1985: 13); por isso, o controle sobre os elementos subjetivos, presente nas fases de interpretação e extração de inferências, assume uma importância primordial no estabelecimento da credibilidade daquilo que é informado.

Se a inconsistência desse processo for acolhida como um elemento intrínseco a ser considerado na gestão da informação, torna-se possível aproximar-se com mais propriedade dos ciclos potencialmente vastos de encobrimento, descobrimento, revelações falsas e redescobertas que envolvem a própria informação e, por extensão, a sua supressão, transformada em segredo. Todavia, sempre há possibilidade de penetrar em um segredo e extrair a informação correta. Esse é um aspecto estimulante e, de certa forma, promissor, no que diz respeito à defesa da democracia e do estado democrático de direito, especialmente quando o que está em jogo é o controle social sobre as ações dos agentes públicos. Nesse sentido, Goffman pondera:

A arte de penetrar no esforço do indivíduo em mostrar uma intencionalidade calculada parece bem mais desenvolvida do que nossa capacidade de manipular nosso próprio comportamento (...) sejam quantas forem as etapas que ocorrerem no jogo da informação, o observador provavelmente levará vantagem sobre o ator e a assimetria inicial do processo de comunicação com toda probabilidade será mantida (GOFFMAN, 1985: 17-18).

Essa construção e desconstrução contínua dos dados e a ocultação deliberada de determinados conteúdos tendem a transformar aquele que é porta-

dor da informação tornada segredo, em um exímio manipulador de expectativas e convicções alheias; ele pode perfeitamente manipular a convicção daqueles de quem a informação é suprimida com o intuito de atingir seus próprios objetivos, os quais permanecem opacos para o grupo dos que tiveram a informação suprimida. Os encarregados de veicular as informações falsas e manter a verdade em segredo, em geral, dão pouca importância àquilo em que acreditam os que não fazem parte do seu grupo; Goffman os qualifica como “cínicos”. Todavia, também existem alguns que, propositadamente ou não, esquecem que eles próprios operaram a manipulação da convicção dos outros, e passam a agir como se aquilo que falsamente indicam como conteúdo de informação fosse a mais pura expressão da verdade. De acordo com Goffman (1985), isso não quer dizer que todos os tais cínicos estejam interessados em iludir, tendo por finalidade um interesse pessoal, pois, diz ele, “um indivíduo pode enganar o público pelo que julga ser o próprio bem deste, ou pelo bem da comunidade” (GOFFMAN, 1985: 26).

Qualquer que seja o caso, existe sempre aquilo que Goffman denomina de “fachada”, definida por ele como a parte do desempenho individual, ou seja, parte do desempenho dos agentes mobilizados em defesa de uma determinada imagem – que pode ser a imagem de uma instituição ou a própria imagem do Estado – que funciona regularmente de forma geral e fixa, com o fim de definir a situação para os que observam. A fachada, portanto, é uma espécie de equipamento expressivo, de tipo padronizado, consciente ou inconscientemente empregado com o objetivo de proteger uma imagem específica, ou preservar o sigilo a respeito das verdadeiras intenções por trás de uma determinada prática. Em geral, a fachada é tecida manipulando-se o conteúdo des-

as práticas, total ou parcialmente. Para Goffman, na maioria dos casos, a atividade oficial torna-se uma espécie de concha que esconde e protege determinados tipos de comportamento. Ele diz também que, de certa forma, essa proteção preserva aquele que praticou ações passíveis de crítica, fazendo com que os elementos mais criticáveis dessas ações não se tornem de conhecimento público. Nesse sentido, adverte:

(...) os erros e enganos são muitas vezes corrigidos antes da representação, enquanto que os indícios que mostram terem sido erros cometidos e corrigidos são ocultos. Desse modo é mantida a impressão de infalibilidade, tão importante em muitas representações (GOFFMAN, 1985: 47).

Projetamos, aqui, este comentário para os trabalhos de construção de uma imagem adequada do Estado, das instituições, de seus agentes e do importantíssimo papel que o segredo desempenha nessa construção, pois, como o próprio autor observa, muitas representações não poderiam ser feitas, se certas tarefas não tivessem sido realizadas; tarefas essas fisicamente sujas, quase ilegais; algumas totalmente ilegais, cruéis e, de certo modo, degradantes. Esses fatos perturbadores raramente são expressos porque há a “tendência de esconder todos os indícios do trabalho sujo” (GOFFMAN, 1985, p. 48), quer sejam realizados pessoal e diretamente, quer sejam realizados por indivíduos designados especialmente para esse fim. Ou seja:

(...) há uma quinta discrepância entre as aparências e a realidade. Se a atividade de um indivíduo tem de incorporar vários padrões ideais e se é preciso fazer uma boa representação, então, provavelmente, alguns desses padrões serão mantidos em público à custa do sacrifício privado de alguns outros.

Com frequência, certamente, o ator sacrificará aqueles padrões cuja perda pode ser ocultada e fará este sacrifício para sustentar padrões cuja aplicação inadequada não pode ser escondida (GOFFMAN, 1985: 48).

Nesse processo, que envolve obrigatoriamente a veiculação e a ocultação de informações, pode ocorrer que a opinião pública seja cética quanto à realidade que lhe está sendo exibida e esteja propensa a se projetar sobre as falhas que indicam a falsidade daquilo que está sendo informado. Também é preciso considerar que, mesmo se a opinião pública for inicialmente simpática ao conteúdo que lhe esteja sendo transmitido, ela pode vir a se chocar com alguma revelação que enfraqueça sua confiança. A descoberta de uma discrepância, mesmo que insignificante, nas informações que lhe são apresentadas, pode causar certo embaraço, na medida em que coloque em xeque a posição oficial frente à realidade, que se afigura de uma outra forma. Um interessante indicativo dessa dinâmica está presente na citação feita por Goffman, de um trabalho de Dale, a qual consideramos oportuno transcrever. Dale, referindo-se às contingências do trabalho dos funcionários de níveis elevados e ao cuidado para que não ocorra a revelação de conteúdos considerados inadequados ou constrangedores, afirma:

Uma investigação ainda mais rigorosa (do que a referente a declarações) é feita nos rascunhos das cartas oficiais, pois uma declaração incorreta ou uma frase infeliz em uma carta cujo conteúdo é perfeitamente inocente e o assunto irrelevante pode encher de confusão o Departamento se por acaso cair nas mãos de uma das muitas pessoas para as quais os erros mais significantes de uma repartição do governo constituem saboroso

prato para oferecer ao público [...]. (DALE apud GOFFMAN, 1985: 57).

Se considerarmos que esse cuidado em subtrair determinados aspectos qualificados como menos enobrecedores, de fato, significa projetar uma informação parcialmente verdadeira, podemos então afirmar que o fundamento básico de que se reveste este tipo de ação é a mentira; mas as mentiras produzidas nessas circunstâncias só geram os resultados esperados se os fatores capazes de denunciar sua falsidade puderem ser mantidos sob sigilo. Em sua acepção mais contundente, a mentira é a técnica pela qual é possível criar fatos pela subtração total ou parcial das informações, substituindo-as por versões desses mesmos fatos, favoravelmente manipuladas. Goffman define como mentira deslavada ou descarada “aquela para a qual é possível encontrar uma prova irrefutável de que a pessoa que disse sabe que está mentindo e o faz conscientemente” (GOFFMAN, 1985: 62-63). Segundo o autor, os indivíduos surpreendidos em flagrante no ato de dizer mentiras descaradas não apenas ficam desacreditados, como podem ter sua dignidade destruída. Daí a importância de manter oculto o conteúdo, subtraído ou propositalmente distorcido, no mais absoluto segredo.

Na prática, é possível criar, conscientemente, quase todos os tipos de falsa impressão através da supressão total ou parcial de informações, sem se colocar na posição indefensável de ter dito uma flagrante mentira. Nesse sentido, as técnicas de comunicação tais como a insinuação, a ambigüidade estratégica e omissões essenciais permitem ao informante enganador aproveitar-se da mentira sem tecnicamente dizer nenhuma. Os matizes entre mentiras e verdades e as embaraçosas dificuldades causadas por esse “contínuo” podem ser percebidos

na maneira como certas organizações criam códigos explícitos, especificando até que ponto podem ser dadas impressões duvidosas, por exâgeros, reduções e omissões (GOFFMAN, 1985).

Essas palavras de Goffman encontram equivalência no pensamento de Simmel sobre segredo. Para Simmel (1939), o segredo oferece a possibilidade de um segundo mundo junto com o manifesto, acrescentando o autor ser isso especialmente verdadeiro se levarmos em consideração que o desenvolvimento histórico da sociedade caracteriza-se, em muitos aspectos, pelo fato de que algo que em algum momento tenha estado manifesto mergulhe na proteção do segredo; e que, ao contrário, aquilo que uma vez foi secreto não mais necessite de tal proteção e se revele. O segredo, comenta Simmel, contém a consciência de que pode ser rompido; de que alguém detém o poder das surpresas, das mudanças de destino, da alegria, da destruição e até da auto-destruição. Por tal razão, o segredo está envolvido na possibilidade e na tentação da traição. Do contraponto entre esses dois interesses, o da ocultação e o da revelação, surge a constatação, até certo ponto óbvia, de que toda relação humana é caracterizada, entre outras coisas, pela quantidade de segredo que nela se encontra e que a envolve.

O pensamento desses dois autores, em relação ao segredo, nos parece ainda mais próximo, se levarmos em conta que ambos vêm na mentira uma das principais estratégias de construção e manutenção do segredo. Para Simmel, as estratégias de construção e manutenção do segredo se desenvolvem em pelo menos três perspectivas básicas: a ocultação, a hipocrisia e a mentira ou falácia. De acordo com este autor, em maior ou menor proporção, essas três dimensões estão juntas, contribuindo simultaneamente para o mesmo fim, que é a preservação do

segredo. Partindo desse pressuposto, diz ele, o segredo, depende diretamente da construção e manipulação de informação. Envolve desde pessoas até instituições (tal como propõe Goffman), na medida em que está sempre recebendo e liberando conteúdos; assim, o que originalmente havia sido mantido oculto termina por ser revelado; ou seja, o processo de construção, manutenção e liberação do segredo requer certa gradação da ocultação de algumas informações e a publicidade de outras: ao mesmo tempo em que abre mão de alguns ou de um segredo, o “agente” (indivíduo ou instituição) apodera-se de outros e, nessa alternância, preserva-se certa quantidade de informações fora do alcance da maioria das pessoas comuns e, principalmente, fora do alcance do controle da sociedade civil, embora, por conta da própria lógica desse processo, essa parte ocultada venha a ser revelada em algum momento posterior.

De acordo com Simmel (1939), o segredo situa a pessoa numa posição de exceção; opera como uma atração pura e socialmente determinada. É basicamente independente do conteúdo que guarda; mas, torna-se cada vez mais efetivo, na medida em que a sua posse exclusiva “ganha” em amplitude e em significado.

Os grupos que formam as instituições e seus segredos

A respeito da forma como instituições e órgãos estatais, e mesmo relações privadas, administram essa delicada ferramenta político-administrativa que é o segredo, são ilustrativas as reflexões de Hanna Arendt. Em trabalho intitulado *Condição Humana*, ela faz alusões a ocultação ou revelação de informações como um dos parâmetros que caracterizam a diferença entre o público e o privado. Essa aproxi-

mação indireta com a temática do segredo também se encontra em um outro trabalho de sua autoria, intitulado *Sobre a Violência*. Ali, Arendt (1994) diz que quanto maior se torna um país em termos populacionais, de objetos e de posses, tanto maior será a necessidade de administração e, com ela, o poder anônimo dos administradores.

Segundo Arendt (1994), a transformação do governo em administração, ou das repúblicas em burocracias, e o desastroso encolhimento da esfera pública que as acompanha têm uma longa e complicada história através da época moderna; esse processo, diz ela, tem sido consideravelmente acelerado, fazendo com que se criem as condições propícias a um tipo de funcionamento que tem no segredo e na ocultação de informações uma das principais peças a serem manipuladas. Na interpretação da autora, o segredo das instituições realiza uma verdadeira guerra contra a memória, na medida em que falsifica e nega a realidade, e serve como mecanismo de autodefesa frente aos processos de controle social. Ao impedir que a opinião pública tome conhecimento de questões relevantes e comprometedoras, a atmosfera de segredo de que estão impregnadas as instituições faz com que se construa uma realidade da qual a verdade é total ou parcialmente suprimida através da manipulação de informações, substituindo-a por um simulacro cuja função primordial é construir uma aparência de realidade. Para Arendt, posto que os homens vivem em um mundo de aparências, e, ao lidarem com ele dependem das manifestações dessas aparências, torna-se inevitável que a dissimulação e a hipocrisia sejam tidas em conta de uma necessidade racionalmente justificável.

Essas idéias que aparecem algumas vezes explícitas, outras vezes apenas sugeridas nos textos de Arendt, re-introduzem, num patamar diferente da-

quele proposto por Goffman, a discussão a respeito dos mecanismos através dos quais se operacionalizam a gestão da informação e a estratégia do segredo. Tais idéias também nos permitem criar um nexo, mesmo que precário, entre o pensamento da autora e o de Simmel, pois este atribui um papel fundamental primeiramente à manipulação da informação e do segredo para proteger os interesses de Estado e, subsidiariamente, para o circuito a ser percorrido pela informação no âmbito interno às instituições que o compõem. Quando Simmel (1939) diz que o segredo conduz a uma grande ampliação da vida, cujos numerosos conteúdos não podem ser levados à publicidade completa, podemos ver aí não somente a perspectiva das micro-relações abordadas por Goffman, como também a perspectiva macro, posteriormente pensada por Arendt.

A circulação de mensagens, veiculadas através dos sistemas ocultos de comunicação se constitui em um aspecto fundamental, na maioria das instituições. Os sistemas lícitos, muitas vezes, também são ilícitamente empregados para captação, acumulação, sistematização e circulação de informações; e estas podem ser utilizadas como objeto de barganha, entre instituições e entre grupos internos a instituições, na luta por fazer valer interesses pontuais, e, ainda, por indivíduos, que passam a fazer da informação que detêm, sob sigilo, uma forma de desenvolver atividades extra-oficiais em favor de projetos pessoais, alheios às diretrizes da instituição. Ou seja, quando aqueles que detêm a informação têm uma expectativa pessoal com poucas possibilidades de se realizar pelos meios convencionais, é possível que a informação mantida sob segredo se torne uma ferramenta de valor decisivo para a realização dessas expectativas, na medida em que poderão manipular as circunstâncias e criar a realidade almejada, uti-

lizando para tal o segredo de que são portadores. Tal utilização se baseia na crença de que é possível manter uma informação comprometedoramente sob sigilo e que vale a pena pagar o preço por tal procedimento.

No âmbito das instituições e dos grupos que as compõem, a convicção de poder manter determinadas informações e determinadas ações sob sigilo pode gerar, por parte daquele que assim procede, uma postura de total menosprezo em relação à possibilidade de ser responsabilizado pelos atos ilegais ou ilicitamente cometidos. Um exemplo clássico dessa excessiva crença na impunidade pode ser encontrado em um trecho do trabalho de Levi, em que ele transcreve uma situação narrada por Simon Wiesenthal na qual este escritor – que viu de perto os horrores dos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial – relata que os nazistas desses campos se divertiam, avisando cinicamente aos prisioneiros que qualquer que fosse o final da guerra, ninguém acreditaria naquilo que contassem a respeito, e mesmo se alguém acreditasse nunca haveria certezas porque as provas seriam destruídas; e mesmo que algumas provas restassem, as pessoas diriam que os fatos narrados eram tão absurdos que não mereceriam confiança: “dirão que são exagero e acreditarão em nós que negaremos tudo” (LEVI, 1990: 1).

Se, por um lado, este trecho de Levi confirma, de certa forma, a proposição de Simmel a respeito da passagem inevitável do oculto ao revelado, por outro lado, reforça a percepção da necessidade de criação de mecanismos de controle social capazes de detectar, não somente a subtração das informações que são relevantes à garantia do ativo exercício da cidadania, mas também manter o Estado, as instituições que o compõem e a atividade dos indivíduos

que atuam na condição de agentes públicos, dentro dos limites estabelecidos pela lei e em consonância com os direitos e garantias internacionalmente acordadas. A necessidade dessa precaução decorre da possibilidade de a prática do segredo ter consequências gravíssimas, na medida em que cria uma opacidade em relação a determinadas informações e formas de agir, que exclui a maioria dos indivíduos e produz uma elite detentora de informações privilegiadas. A análise do processo pelo qual as elites sistematizam e utilizam as informações transformadas em segredo imprime uma interessante perspectiva ao trabalho de Goffman.

A maneira como Goffman (1974) define as instituições deixa entrever o papel fundamental que o segredo constituído com base na apropriação e manipulação de informações tem para aqueles que são encarregados de viabilizar ações estratégicas. Segundo esse autor, uma instituição total é uma organização formal instrumental – entendemos que o aspecto formal e instrumental seja aplicável a qualquer instituição moderna – e possui um sistema de atividades intencionalmente coordenadas e destinadas a tornar alguns objetivos explícitos e globais, cujo produto esperado podem ser decisões e informações; por outro lado, essas mesmas instituições podem ter alguns objetivos que gerem conflitos internos entre os seus membros e isso fará da posse de informações privilegiadas, ou em outras palavras da posse de segredos, um diferencial estratégico extremamente importante.

Em toda instituição existem participantes que utilizam os meios disponíveis de uma maneira, e para um fim, que não são aqueles oficialmente destinados, e assim modificam as condições programadas para eles, inclusive, produzindo contextos ilegítimos, nos quais indivíduos ou grupos, movidos por

visões particulares ou interesses pessoais, realizam ações que deveriam ser levadas a efeito, oficialmente, para atender às necessidades da instituição ou da sociedade em um sentido mais amplo. Essa possibilidade de subversão dos objetivos da instituição ocorre devido à redução dos níveis usuais de controle interno sobre as equipes e sobre os indivíduos que as compõem, fazendo com que em razão dessa deficiência se criem ambientes relacionais internos não oficialmente mapeados pela instituição. Tais ambientes frequentemente permitem uma redução ou mesmo a supressão da densidade usual do controle exercido pela instituição sobre aqueles que agem em seu nome, o que, quase sempre, acentua a importância do segredo enquanto dimensão fundamental da vida institucional. Um exemplo bastante esclarecedor dessa dinâmica aparece em *Manicômios, Prisões e Conventos*, trabalho no qual Goffman, apesar de tratar mais especificamente daquilo que qualifica como instituições totais, dá indicações importantes a respeito do modus operandi de qualquer grupo que seja portador de alguma informação privilegiada ou de algum segredo importante. Neste texto o autor afirma:

(...) A percepção do mundo dada por um grupo atua de modo a manter seus participantes e deve dar a eles uma definição autojustificadora de sua situação e uma interpretação preconceituosa aos não participantes (GOFFMAN, 1974: 8).

Quando a motivação para as ações do grupo não é desencadeada por interesses pessoais, elas seguem a lógica com a qual a instituição pensa sua relação com a sociedade. Determinados grupos dentro das instituições crêem na necessidade de deter informações privilegiadas e mantê-las sob sigilo, ao

largo dos órgãos fiscalizadores e da sociedade civil, porque acreditam estar investidos da missão de proteger a sociedade das ameaças reais ou meramente supostas. Segundo essa ótica, a sociedade entregue à sua própria dinâmica deixaria vulneráveis as pessoas, incapazes de cuidar de si mesmas. Nesse caso, aqueles que são detentores da informação privilegiada realizam um trabalho semelhante àquele que Goffman (1974) atribui a determinadas equipes dentro de instituições de enclausuramento; ou seja, eles se colocam em uma função de guarda vigilantes responsáveis pelo controle da comunicação e mais precisamente de um certo tipo de informação considerada fundamental para realizar a sua “missão de guardiões” o que, na maioria das vezes, significa suprimir do conhecimento público as estratégias eticamente duvidosas com as quais realizam esse papel auto-vestido. A consequência óbvia desse processo necessariamente passa pela tentativa sistemática de ocultar informações das instâncias da sociedade civil responsáveis pelo controle social externo das instituições. Algumas vezes, quando esse papel é incorporado por um grupo em especial, dentro da instituição, o processo de ocultação pode suprimir informações inclusive do grupo dirigente da instituição ou dos altos escalões encarregados da gestão pública. Quando isso ocorre, há uma intensa preocupação em restringir o acesso ao fluxo de informações, pois a estratégia de tornar opaca a verdadeira motivação de uma determinada ação – subtraindo diagnósticos ou projetos de intervenção que demandem ações criticáveis – permite às instituições encarregadas de gerir a administração pública, e às equipes que as compõem, uma base específica e relativamente eficiente a partir da qual podem fugir ao controle social de suas ações. Tal disposição é incrivelmente semelhante àquela descrita por Goffman

(1974): a acumulação e sistematização de informações com o objetivo principal de fornecer a determinados grupos gestores dossiers a respeito de um determinado inimigo real ou potencial, ou de alguma pessoa ou grupo que por suas ações, convicções ou expressões, tenha se tornado incômoda. A semelhança entre a lógica de funcionamento das instituições que Goffman descreveu e aquelas, mesmo de natureza diferente, mas nas quais se encontram pessoas ou grupos portadores de algum segredo, pode ser percebida nas seguintes palavras do autor:

Existe, em primeiro lugar, a violação da reserva de informação quanto ao eu. Na admissão, os fatos a respeito das posições sociais e do comportamento anterior do internado – principalmente os fatos desabonadores – são coligidos e registrados num dossiê que fica à disposição da equipe diretora (GOFFMAN, 1974: 31).

Goffman (1974) diz que as instituições usualmente se apresentam à sociedade como organizações racionais, conscientemente planejadas como máquinas eficientes para atingir determinadas finalidades oficialmente confessadas e aprovadas. Todavia, em um grande número delas existe uma contradição entre o que a instituição realmente faz e aquilo que oficialmente deve dizer que faz. Ou seja, a administração da quantidade e da qualidade das informações que dão conta do tipo de atividade que é realizada pela instituição acaba por se tornar a preocupação básica das equipes que a compõem. Por essa especificidade no trato com a informação e pela importância que o segredo assume na dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, há sempre o risco de que a instituição se transforme numa máquina de proteção de objetivos nebulosos e interesses de determinados grupos, sejam esses grupos de den-

tro da própria instituição, ou mesmo de interesses puramente individuais, que fazem da posse de informações privilegiadas instrumento de uma caça às bruxas. O argumento da “segurança”, e mais recentemente, no âmbito internacional, o discurso de combate ao terrorismo constituem exemplos de tais perigos. Com base neles, são construídos esquemas de interpretação que passam a atuar automaticamente, processando informações oficiais e oficiosamente produzidas que, sistematizadas, permitem que aqueles que as detêm racionalizem suas ações e se auto-legitimem com base na suposta existência de interesses maiores, como por exemplo, os denominados “interesses de Estado”.

Esse processo gera interpretações do tipo: se alguém tem sua vida devassada pelos órgãos de informação, é porque deve ser uma pessoa que oferece risco à sociedade; uma pessoa que esteja na cadeia, deve ser um delinqüente. Essa forma de identificação e de classificação automática está no centro de um sistema de controle social, levado a efeito pelas instituições; um sistema que as coloca na contramão das garantias democráticas. Tais processos classificatórios se baseiam em lógicas internas das quais não se conhece claramente o conteúdo e se desenrolam sem que aqueles que são alvo, na maioria das vezes, sequer tomem conhecimento de que lhes foi aplicado algum rótulo; outras vezes, os que foram vítima dessa forma de rotulagem sofrem, diretamente, ações decorrentes de informações inadequadamente coletadas ou tendenciosamente interpretadas. Goffman, citando Belknap, dá um interessante exemplo desse tipo de ação:

Diz-se que os campos chineses de “reforma do pensamento” levaram ao extremo esse esquema de interpretação, traduzindo os acontecimentos inócuos diários do passado

do prisioneiro em sintomas de ação contra-revolucionária (BELKNAP *apud* GOFFMAN, 1974: 79).

Embora razões institucionais possam ser alegados para justificar ações dessa natureza, eles sempre trazem o inconveniente de estarem impregnados de esquemas implícitos e motivações secretas. Estes podem atuar de modo a restringir outros tipos de interpretação, o que se torna especialmente grave no contexto de uma sociedade democrática, porque as justificativas racionais da sociedade mais ampla não podem ser invocadas, fazendo com que a possibilidade de tornar público o que, em tese, deveria permanecer oculto, poderia comprometer o conceito formado a respeito da instituição, ou de alguma de suas equipes, diante daqueles de quem a informação deveria ser ocultada. Em primeiro lugar, diz ele, há aqueles que são muitas vezes chamados de segredos “indezessáveis”, que consistem em fatos relativos à própria equipe, que esta conhece e esconde, sendo incompatíveis com a imagem que procura manter diante do público. Esses segredos tenebrosos têm um duplo aspecto: o primeiro deles é que um fato decisivo não pode ser abertamente admitido; um segundo aspecto, diz Goffman, refere-se à existência dos chamados segredos estratégicos, que podem ser utilizados para ações futuras contra opositores; nesse sentido, comenta o autor: se instale um campo perigosamente aberto para todos os tipos de “vãos” e excessos de interpretação e, conseqüentemente, a todos os tipos de violação da lei e de desrespeito das garantias democráticas praticadas por parte dos agentes públicos.

Essa espécie de pacto de autoproteção a qualquer custo pode ser captada na formulação de Goffman a respeito do objetivo de qualquer equipe. Segundo ele, o objetivo de qualquer equipe é manter a definição

da situação que sua representação alimenta; e acrescenta: isso implica que se acentue a comunicação de alguns fatos e se diminua a comunicação de outros. Nesse sentido, a equipe deve ser capaz de guardar segredo e fazer com que eles sejam guardados, pois na medida em que o controle da informação é o problema básico, o público não deve adquirir informações destrutivas a respeito da situação que está sendo definida pela equipe (GOFFMAN, 1985).

Ao esclarecer a respeito de alguns tipos de segredos e dos tipos diferentes de ameaça que sua revelação poderá acarretar, Goffman afirma:

(...) deve-se observar que mesmo quando os segredos estratégicos de uma equipe não são indezessáveis, ainda assim a revelação ou descoberta de tais segredos quebram a representação da equipe (...) Acrescente-se que os segredos meramente estratégicos tendem a ser aqueles que a equipe finalmente revela obrigatoriamente quando a ação baseada em preparativos secretos se consuma, ao passo que pode ser feito um esforço para manter indefinidamente secretos os segredos indezessáveis. Acrescente-se também que a informação é muitas vezes guardada não por sua importância estratégica conhecida, mas porque se julga que pode algum dia adquirir tal importância (GOFFMAN, 1985: 133).

Goffman (1985) também faz alusão aos chamados segredos íntimos, os quais marcam o indivíduo como membro de um grupo e contribuem para que este se sinta separado e diferente daqueles outros indivíduos que não fazem parte do mesmo grupo. Os elementos do grupo que não participam do segredo provavelmente se sentirão excluídos e insultados quando finalmente o segredo vier à luz. Por outro lado, afirma o autor, “quanto maior o número de

peças que o conheçam, maior será a probabilidade de revelação, intencional ou não” (GOFFMAN, 1985: 134).

Todavia, nem toda informação destrutiva se encontra protegida por segredo; por isso, o controle da informação vai além da guarda de segredos; esse alargamento da dimensão do controle da informação deve-se à constatação de que existem fatos cuja veiculação deve ser evitada, mas, que não foram necessariamente reunidos e organizados para serem utilizados por alguém ou contra alguém. Um exemplo desse tipo de informação destrutiva não corporificada em segredo encontra-se em acontecimentos causados por situações involuntárias. Esses acontecimentos introduzem informação incompatível com as pretensões projetadas, mas não constituem segredos; por isso, o cuidado de evitar acontecimentos expressamente inapropriados é também uma espécie de controle da comunicação (GOFFMAN, 1985).

Na comunidade portadora de segredo, existe sempre a possibilidade da presença de indivíduos que exercem aquilo que Goffman chama de papéis discrepantes. Esses elementos geralmente aparecem em situações em que uma pessoa é introduzida no grupo ou na instituição sob uma falsa aparência. O exemplo clássico, mas não único, é a figura do delator; essa é uma pessoa que finge ser um membro da equipe, tem acesso aos bastidores e a informações destruidoras, e, então, aberta ou secretamente, expõe os segredos aos quais teve acesso. Goffman faz uma distinção entre duas formas de delatores:

(...) Quando se verifica que o indivíduo se uniu à equipe inicialmente de forma sincera e não com o objetivo premeditado de revelar seus segredos, nós o chamamos, às vezes, de traidor (...) o indivíduo que sempre teve a intenção de dar informações a respeito da

equipe, e a ela se uniu somente com este propósito é, às vezes, chamado de espião. Reiteradas vezes tem-se observado naturalmente que os delatores, sejam eles traidores ou espiões, acham-se geralmente numa excelente posição para fazer um jogo duplo, traindo os segredos daqueles que lhes compram segredos (GOFFMAN, 1985: 136).

Determinados indivíduos, especialistas em certos serviços, possuidores de segredos que lhes foram confiados estão em posição de explorar aquilo que sabem, com o fim de obter concessões daquele cujos segredos possui. A lei e a ética, diz Goffman, muitas vezes põem um limite às formas mais grosseiras de chantagem, mas pequenas concessões delicadamente pedidas, frequentemente não são reprimidas pelos mecanismos de controle interno e externo à instituição.

Em todo caso, os processos de captação, sistematização e manipulação de informações, que caracterizam a formulação da imagem da instituição ou de seus componentes, constituem um processo contínuo de fabricação de discursos que privilegia os discursos considerados “úteis”, em detrimento dos discursos verdadeiros. Visto sob esta perspectiva, o segredo assume uma importância estratégica, pois, como diz Foucault (1997), as práticas discursivas não são pura e simplesmente modos de fabricação de discursos; elas ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e de difusão, em formas pedagógicas que, ao mesmo tempo, as impõem e as mantêm. Ainda de acordo com Foucault (1997), nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento que é, em si mesmo, uma forma de poder, e que está ligado, em sua existência e em seu

funcionamento, a outras formas de poder. Nenhum poder, em compensação, se exerce sem a extração, a expropriação, a distribuição ou retenção de um saber. Goffman (1985), por sua vez, procura explicitar a operacionalização desse complexo sistema de construção e mesmo de desconstrução do saber, ao explicitar que o processo de manipulação do saber se dá através da atuação das equipes que, no interior da instituição, agem, em grande medida, como entidades isoladas, com um perfil próprio a ser mantido e com uma imagem a ser protegida. Tudo isso ocorre sem que a equipe deixe de fazer parte do contexto geral da instituição a que pertence.

É nesse sentido que Goffman (1985) considera o conceito de equipe fundamental para entender a lógica de funcionamento da instituição, principalmente em atividades não oficialmente assumidas pela instituição. Para ele, a equipe pode ser compreendida como um conjunto de indivíduos cuja íntima cooperação é necessária para ser mantida uma determinada definição projetada da situação. Ou seja, a equipe é considerada como um grupo, mas não um grupo em relação a uma estrutura ou organização social, e sim em relação a uma interação, ou série de interações, na qual é mantida a definição apropriada da situação, o que será de fundamental importância para as estratégias de manipulação de informações e, conseqüentemente, para a manutenção eficiente dos segredos que podem preservar não apenas a imagem da própria equipe, mas também e principalmente da instituição (GOFFMAN, 1985).

Para atingir o objetivo de preservação do segredo e de manipulação das informações, é fundamental o fato de serem os companheiros de equipe pessoas que, quase sempre, concordam informalmente em dirigir os esforços de uma maneira específica, como meio de proteção, a fim de construir, com esse

procedimento, um acordo informal a respeito daquilo que pode ser ocultado ou revelado. Essa opacidade faz com que proliferem processos informais de preservação do segredo e que, na maioria das vezes, transcendem em muito os objetivos de sua manutenção [do segredo], previstos em lei, fazendo surgir o que Goffman (1985) chama de “panelinhas” e que, segundo ele,

(...) funcionam muitas vezes para proteger o indivíduo não de pessoas de outra categoria, mas das de seu nível. Desse modo, embora todos os membros da panelinha do indivíduo possam pertencer ao mesmo nível social, será essencial que nem todas as pessoas do mesmo nível social dele sejam admitidas (GOFFMAN, 1985: 82).

De acordo com Goffman, os “membros da panelinha” se encontram entrelaçados a uma rede encarregada de protegê-los e de ser protegida por eles. Há, por conseguinte, diz o autor, um vínculo de dependência recíproca, unindo os membros da mesma equipe aos outros, que se revela quando esses membros têm posições e categorias formais diferentes. Frequentemente, as instituições criam relações de dependência mútua entre aqueles que pertencem à mesma equipe, e que, “provavelmente atravessará as clivagens sociais e estruturais na instituição, fornecendo desse modo uma fonte de coesão para esta” (GOFFMAN, 1985: 81).

Em função das peculiaridades desse quadro, percebe-se uma série de contradições entre as instituições, enquanto agentes públicos que devem ter suas ações acessíveis ao exame da sociedade, e a ideologia do segredo, que propõe o contrário; ou seja, propõe subtrair grande parte dessas ações ao conhecimento público. Essa prática, em princípio prevista em lei para atender circunstâncias bem

específicas, fatalmente conduz os agentes públicos encarregados de realizá-la ao hábito de distorcer sistematicamente os fatos para criar estratégias de defesa da imagem da instituição ou do comportamento de seus agentes, embora, como nos esclarece Levi (1990), a distorção dos fatos muitas vezes seja limitada pela objetividade dos próprios fatos, em torno dos quais existem testemunhos de terceiros, documentos e contextos historicamente definidos. Levi (1990) também nos alerta para as implicações desse tipo de prática, ao afirmar que geralmente é difícil negar que se tenha executado uma dada ação, ou qualquer ação que tenha ocorrido; ao contrário, diz ele, é fácil alterar as motivações que nos induzem a uma ação, bem como as paixões e os interesses que nos movem ao praticá-la.

Conclusão

O trabalho meticuloso desenvolvido por Goffman na abordagem das micro-relações tem a característica básica de ser uma etnografia das formas de controle social, que transcende a escala de apreensão dos fenômenos adotada por esse autor. Isso permite, inclusive, projetar suas inferências em outras dimensões da vida social, principalmente em formas mais amplas e institucionalizadas de controle social, diferentes das instituições totais que foram objeto de suas investigações. Essa possibilidade está pautada na similaridade entre o papel que a informação, ou a manipulação desta, tem no gerenciamento das micro-relações, e as formas de gestão da informação e de controle social levadas a efeito pelos mais variados tipos de instituições e órgãos do Estado.

Qualquer abordagem a respeito do controle social passa necessariamente pela discussão sobre a importância da informação, do direito de pos-

suí-la, e das estratégias e motivações, legais ou ilegais, institucionais ou particulares, utilizadas para suprimi-la. Atualmente, o direito à informação é considerado um dos valores fundamentais da democracia e do exercício da cidadania; a legislação vigente no Brasil o situa como um direito coletivo que outorga aos cidadãos, indistintamente, mecanismos legais de controle sobre as instituições e os agentes públicos, com o intuito de propiciar o policiamento e a transparência de suas ações. No entanto, o Estado como principal organizador e distribuidor dos equipamentos institucionais de controle social formal, tem na prática sistemática de restrição do acesso à informação, seja por meios legalmente permitidos ou não, uma estratégia eficiente para escapar ao controle da sociedade civil. Desse modo, algumas instituições mantêm-se como locus privilegiado de reprodução da ideologia do segredo, o que, quase sempre, as coloca em rota de colisão com as organizações ligadas à luta pela transparência nas ações dos agentes públicos.

A existência do segredo institucional não é ilegal nem necessariamente contrária aos interesses da sociedade; no entanto, os limites entre os interesses da sociedade, a preservação de direitos individuais legítimos e a utilização escusa das informações têm fronteiras muito imprecisas. Existe atualmente no Brasil, e em todo o mundo, um grande movimento em favor de maior transparência dos órgãos governamentais e de suas equipes de trabalho; movimento este que, apesar de todas as dificuldades e resistências, tem conseguido materializar dispositivos legais que permitem o acesso de todo cidadão à informação. Todavia, esta é uma luta entre gato e rato, pois a cada novo mecanismo de controle da sociedade civil são criadas outras tantas formas de burlá-lo.

Referências Bibliográficas

ARENDT, Hanna. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

_____. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LEVI, Primo. *Os Afogados e os Sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SILVA, Jose Afonso. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LIMA, Sérgio Renato de. *Conhecimento Segredo e Opacidade: a disputa entre els articuladores de ações estatais de pacificação social*. ST-05 do XXVIII Encontro Anual da AMPOCS: Caxambu, MG, 2004, sob o título de “Segredos e relações de poderes na produção e no uso de informações e estatísticas criminais”.

SIMMEL, George. *El Secreto y La Sociedad Secreta*. In: *Sociologia: estúdios sobre lãs formas de socializacion*. Espanha. Empasa-Calpe, S/A, 1939.

ENSINO SUPERIOR PRIVADO: NOTAS SOBRE O TRABALHO DOS DOCENTES NAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE ENSINO SUPERIOR EM BRASÍLIA¹

TÂNIA CRISTINA ALVES DE SIQUEIRA*

RESUMO

Este artigo tem como foco o Trabalho Docente nas Instituições de Ensino Superior Privado em Brasília e como objetivo desvendar como, e a partir de que elementos, é construída a identidade profissional desses docentes. A suposição é que a identidade desse grupo específico sofre, como a de outros grupos profissionais, fortes repercussões em virtude tanto das transformações ocorridas no mundo do trabalho quanto do processo relativo à expansão do ensino superior privado no Brasil dos anos 1990. O esforço foi circunscrever e relacionar o objeto de estudo tanto no que diz respeito às transformações ocorridas no mundo do trabalho quanto às relativas à configuração do Ensino Superior Privado no Brasil. **Palavras-chave:** ensino superior privado; trabalho docente; identidade profissional; trabalho.

ABSTRACT

This paper focuses on the Work of Faculty Members in Private Higher Education Institutions in Brasília, Brazil, and aims to reveal how and from which elements the professional identity of such faculty members is built. The supposition is that the identity of that specific group suffers, like that of other professional groups, strong repercussions due to transformations which have taken place in the world of labor as well as to the expansion of higher education in the private sector in Brazil in the 1990's. The efforts were centered on circumscribing and relating the object of study to the transformations transpired in the world of labor as well as those connected with the configuration of Private Higher Education in Brazil.

Keywords: private higher education; teaching; professional identity; labor.

* Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e professora do Programa de Mestrado em Ciência Política do Centro Universitário Euro-Americano (UNIEURO). E-mail: taniaisqueira@hotmail.com.

Até a década de 1990, no Brasil, de certa forma, predominou nas pesquisas que elegiam o trabalho do docente como objeto de investigação a referência aos professores do ensino público, sobretudo do ensino médio ou fundamental.

O debate acerca da problemática sobre o ensino superior privado enfatizava, de algum modo: o processo de desmantelamento da universidade pública; os cortes de verbas para a educação; a necessidade imperativa de recursos financeiros para o estudante carente que trabalha durante o dia e busca um curso no período noturno; a qualidade do ensino e a expansão desse segmento.

Constata-se, no entanto, que grande parte das reflexões sobre o ensino superior privado aponta para problemas que surgiram em decorrência de sua expansão ser, cada vez mais, fruto da iniciativa privada e, cada vez menos, um dever do Estado, implicando, portanto, a perda progressiva da educação em seu caráter

público, gratuito, universal e laico, mediante abordagens sobre as condições econômicas, políticas e ideológicas que propiciaram essa expansão².

Para a realização deste estudo, foram realizadas 16 (dezesesseis) entrevistas em quatro Instituições Particulares de Ensino Superior, de Brasília. Duas destas instituições foram criadas antes de 1990, isto é, não fazem parte da recente expansão; as outras duas instituições o fazem, ou seja, foram criadas na década de 1990.

As instituições selecionadas estão localizadas em Brasília, que é uma das Regiões Administrativas (RA) do Distrito Federal e é composta pela Asa Norte, Asa Sul e a área central do Plano Piloto. A razão dessa escolha foi verificar se havia diferenças relativas ao trabalho docente, no que diz respeito tanto ao caráter da antiguidade e/ou tradição de ensino na cidade quanto ao aspecto novidade/"modernidade". Entretanto, ao longo da realização das entrevistas, verificou-se

que os professores transitaram por todas as instituições selecionadas e alguns ainda transitam entre, pelo menos duas instituições, e não salientaram diferenças no desenvolvimento das atividades docentes, tendo em vista a alta rotatividade nas Instituições de Ensino Superior Particular.

O objetivo das entrevistas foi compreender o cotidiano desses atores sociais que têm entre 8 e 15 anos de docência nas Instituições Particulares de Ensino Superior, de Brasília; isto é, compreender como se constituem os seus processos de trabalho, o significado dessa atividade e, de modo mais específico, apreender os elementos para a composição identitária desse grupo profissional.

Foram identificados dois grupos, a partir das entrevistas, nas Instituições Particulares de Ensino Superior pesquisadas: aqueles que não possuem outra fonte de renda além do trabalho nessas instituições (mestres e doutores/doutorandos); e aqueles que possuem um emprego ou outra fonte de rendimentos e, nesses grupos, estão incluídos, funcionários públicos, professor aposentado da Universidade de Brasília e profissionais liberais. Ressalta-se que, ao mencionar esses grupos não se pretende uma tipificação; mas ao agrupá-los, buscou-se realçar semelhanças e diferenças e destacar peculiaridades.

O conteúdo analítico do presente artigo se move, portanto, na relação entre trabalho e educação a partir da perspectiva do docente, considerado aqui um importante ator no contexto de mudanças pelas quais vem passando o sistema de ensino superior brasileiro nas últimas décadas. Sistema esse caracterizado pela formação de um campo complexo, diferenciado e hierarquizado de instituições que surgiram ao longo do processo de expansão (SAMPAIO, 1998; MARTINS, 2000; SWARTZMAN, 2000; 2002).

Nesse sentido, a definição do trabalho docente no ensino superior está diretamente relacionada à Instituição na qual o docente exerce a sua atividade. De acordo com Morosini (2000), dependendo da instituição e das conseqüentes funções priorizadas, o tipo de atividade do professor será diferente. Se pública ou privada, com administração federal, estadual ou municipal, o pensar e o exercer esse trabalho serão diferentes, com condicionantes diferenciados também.

A análise deste artigo considera o professor e sua relação com o trabalho desenvolvido nas Instituições Particulares de Ensino Superior; isto é, procura-se mostrar como os docentes selecionados nesta pesquisa interagem e como percebem o seu trabalho nessas instituições. Especificamente, pretende-se ao longo deste estudo obter uma visão sobre o processo de construção identitária que envolve, simultaneamente e ao longo do tempo, várias facetas em interação constante. O objetivo é buscar os elementos e verificar a importância atribuída à dimensão profissional, considerada neste artigo como um dos principais componentes da identidade desse grupo específico.

O trabalho assevera-se como um dos principais componentes da identidade dos professores, uma vez que, de acordo com Dubar, entre as múltiplas dimensões da identidade dos indivíduos, a dimensão profissional adquire uma importância particular, pois, “o emprego, por ter se tornado um bem raro condiciona a construção das identidades sociais; por passar por mudanças impressionantes, o trabalho obriga a transformações identitárias delicadas” (2005, p. XXVI).

A partir dessas considerações, questiona-se de que maneira a precarização do trabalho docente repercute na construção da identidade dos professores. Supõe-se que a identidade desse grupo espe-

cífico sofre, como a de outros grupos profissionais, fortes influências tanto das transformações ocorridas no mundo do trabalho quanto das recentes mudanças relativas ao processo de expansão das Instituições Particulares de Ensino Superior no Brasil, a partir dos anos 1990.

Ao longo deste artigo, busca-se responder às seguintes questões: a) Como as transformações em curso no mundo do trabalho e a expansão do ensino superior privado nos últimos anos têm afetado a identidade dos docentes das Instituições Particulares de Ensino Superior? b) Quem são os docentes dessas Instituições Particulares de Ensino Superior, de Brasília?

I. Características das Instituições Particulares de Ensino Superior

Este artigo não pretende buscar as razões e os porquês da expansão do ensino superior privado, mas, visa analisar o trabalho dos docentes nas Instituições Particulares de Ensino Superior, pois essa expansão nos anos 1990 configurou-se em um atrante mercado para absorção de uma força de trabalho especializada e possibilitou uma real inserção de mestres e doutores. Especificamente, analisa-se, a partir da literatura especializada, o trabalho dos docentes nas Instituições Particulares de Ensino Superior relacionado à identidade profissional.

O debate sobre a expansão do ensino superior no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1990, envolve uma gama de elementos que não se pretende exaurir neste artigo. No entanto, faz-se necessário apresentar algumas de suas características, por se tratar do contexto onde se movem os docentes das referidas instituições.

O marco legal em que se inscreveu essa expansão, sobretudo em seu momento inicial, foi a Lei de

Diretrizes e Bases (LDB) de 1961³. A Lei, segundo Sampaio (1999, p. 55), foi pragmática: reconhecia a organização do sistema em moldes não universitários. Para Cunha (1999, p. 41), “a LDB/1961 e os militares que perpetraram o golpe de Estado em 1964 possibilitaram o crescimento do ensino superior a um ritmo até então desconhecido”.

As Instituições Particulares de Ensino Superior, ao longo desse processo de expansão do ensino superior, criam cursos de baixo custo operacional, tais como pedagogia, economia, contabilidade, direito, letras, estudos sociais. Cursos voltados para o magistério, serviço público ou para atividades comerciais/liberais e de fácil instalação, os denominados ‘cursos de quadro e giz’, em virtude de não exigirem uma infra-estrutura de apoio tecnológico sofisticada (XIMENES, 2001, p. 117).

Durante a década de 1970, o interesse dos empresários dirigiu-se para a abertura de instituições isoladas de ensino superior e, desse modo, a hegemonia privatista no ensino superior consolida-se, apesar da Lei. 5.540 de 1968, que assinala a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, além da preferência da estrutura universitária.

A Reforma de 1968 incorporou o modelo universitário defendido pelos movimentos docente e estudantil dos anos 1950 e 1960, reafirmando a indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Como destacam Barreto e Schwartzman (1999) e Sampaio (2000), isto implica um aumento do custo relativo do ensino superior público, que impede as instituições federais e estaduais de absorver toda a nova demanda e abre espaço para o crescimento acelerado das faculdades e universidades particulares.

De acordo com Sampaio, a relação público-privado no ensino superior era impulsionada por dois fatores; “a existência de uma demanda reprimida (os excedentes do sistema público) e de outra, crescente,

resultante da própria ampliação da rede de segundo grau; e a expectativa de atendê-la mobilizando recursos privados” (2000, p. 68).

Assim foi estabelecida a divisão de tarefas entre as instituições públicas e as instituições privadas. Data desse período o fato de o ensino privado ocupar “o espaço complementar no sistema: atender a demanda de massa que o Estado não conseguia absorver” (SAMPAIO, 2000, p. 69). De um lado, o ensino superior privado brasileiro acomoda o grosso da demanda popular por ensino superior; de outro, o Estado atende segmentos de elite e a procura por certas carreiras de maior custo, como, por exemplo, engenharia, medicina e, especialmente, por pós-graduação. Como caracteriza Geiger (1986 *apud* Sampaio 2000, p. 70), o mass private sector é muito mais ágil e pode expandir-se rapidamente para absorver novas demandas, mobilizando para isso, sobretudo recursos privados. Este dinamismo, entretanto, se produz com o sacrifício da qualidade.

No Brasil, temos uma variedade de tipos de Instituição de Ensino Superior. Pela LDB/96, as Instituições Particulares de Ensino Superior se dividem, segundo a organização acadêmica, em: Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades, Escolas e Institutos Superiores e Centro de Educação Tecnológica.

É de grande importância para o ensino superior a classificação das instituições como universidades, centros universitários ou instituições isoladas, pois isso diz respeito à sua autonomia para a criação de novos cursos e decisões quanto à oferta de vagas nos diversos contextos. Existem fundamentalmente quatro tipos de instituições, classificadas com base na organização acadêmica: a) Universidades – que desempenham as missões tradicionais de ensino, pesquisa e extensão em nível de graduação e de pós-graduação; b) Centros Universitários – instituições

de ensino superior, cuja missão principal é o ensino de graduação; c) Faculdades múltiplas ou integradas – instituições não-universitárias que oferecem programa em mais de um campo de conhecimento, como ciências sociais e tecnologias; d) Faculdades ou Institutos de Educação Superiores – estabelecimentos únicos ou instituições isoladas, não-universitárias, que oferecem programas que incluem somente um campo de estudos, como, por exemplo, ciências sociais, medicina⁴.

O ensino superior no Brasil tanto se expandiu quanto se diversificou. Em virtude da expansão no número de concluintes do ensino médio, o MEC incentivou a diversificação do sistema de ensino superior nos anos de 1990 para o atendimento da demanda crescente por vagas no ensino superior. Por meio da diversificação dos modelos institucionais o governo federal visava atender aos interesses diferenciados daqueles que procuravam o ensino superior e, desse modo, associar a expansão à diversificação. Segundo Ximenes (2001), a criação dos centros universitários foi uma das medidas implementadas pelo governo federal na década supracitada e tais centros representaram uma modalidade intermediária entre as faculdades e as universidades.

A flexibilização do ensino superior caracteriza a gestão nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) cujas duas dimensões principais foram “de um lado a diversificação das modalidades de ensino⁵; e de outro, a diferenciação institucional, regulamentada por Decreto em 1997, que estabeleceu a existência de cinco tipos de Instituições Particulares de Ensino Superior, cada qual com atribuições próprias” (MINTO, 2005, p. 189).

Desse modo, dependendo do tipo de instituição de ensino superior em que o professor atua, seu trabalho sofrerá diferentes pressões, pois “a cultura da instituição e daí decorrente a política que ela desen-

volve terão os seus reflexos na docência universitária” (MOROSINI, 2000). Se ele integra um grupo de pesquisa em uma universidade, provavelmente sua visão de docência terá um forte condicionante de investigação. Se atua em uma instituição isolada ou em um centro universitário, a sua visão de docência terá um forte condicionante de ensino sem pesquisa, ou, quando muito, do ensino com a pesquisa. Segundo Morosini,

(...) nas instituições universitárias, a afirmação de que todos os docentes tenham a sua atividade relacionada à pesquisa não é verdadeira. As instituições têm diferentes graus de desenvolvimento de pesquisa em seu interior e mesmo entre as instituições (MOROSINI, 2000).

As Instituições Particulares de Ensino Superior, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, se dividem, segundo a dependência administrativa, em públicas e privadas. As públicas se dividem em federais, estaduais e municipais. Verifica-se que as Instituições Particulares de Ensino Superior constituem maioria e representam 88,9% do total. Destaca-se que do conjunto de 1.859 instituições de educação superior, 1.652 são privadas. De acordo com o Censo da Educação Superior 2003, este percentual⁶ coloca o sistema de educação superior brasileiro entre os mais privatizados do mundo.

A divisão pública e privada, segundo Morosini (2000, p. 14), é um fator condicionante importante sobre a docência universitária, tendo em vista que a pesquisa científica, em sua maioria, é desenvolvida nas instituições federais. Esta afirmação poderá sofrer alterações em virtude dos investimentos que as instituições privadas podem fazer para o desenvolvimento da pesquisa. Entretanto, a autora ressalta que a implantação da cultura da pesquisa na instituição não é uma ocorrência de fácil operacio-

nalização, pois implica o desenvolvimento de massa crítica (e o período de formação é longo) ou a contratação de docentes com linhas de pesquisa já em desenvolvimento. Por outro lado, implica também a implantação de infra-estrutura necessária, o fomento ao desenvolvimento das atividades de pesquisa, desde a implantação de bolsas até o apoio a projetos, concessão de horas na carga horária do professor para a atividade de pesquisa, entre outros aspectos relativos ao trabalho docente.

Outro fator da realidade brasileira condicionante do trabalho docente é a distribuição das Instituições Particulares de Ensino Superior segundo as regiões da federação e sua organização acadêmica. De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Superior-2003⁷, constata-se a alta concentração (50,5%) na região Sudeste, o que pode indicar maior facilidade de ingresso no ensino superior e maior possibilidade de acesso profissional, o que não se verifica em outras regiões: Sul (16,5%), Nordeste (16,3%), Centro-Oeste (11,3%) e Norte (5,4%).

O desenvolvimento da região vai implicar um número maior de instituições, o predomínio de um determinado tipo de instituição, segundo a modalidade acadêmica, um maior desenvolvimento da atividade de pesquisa, um maior número de pós-graduandos. A modalidade acadêmica de ensino superior e a qualificação implicam tipos diferenciados de inserção docente.

II. Trabalho e identidade

Conforme assinalado anteriormente, este artigo se propõe a responder quem são os docentes das Instituições Particulares de Ensino Superior, de Brasília. Neste sentido, no grupo pesquisado, verificou-se que são mestres e doutores, todos eles alunos egressos ou ex-professores (aposentados) da Uni-

versidade de Brasília, e concentram, em média, suas atividades em duas instituições. Na faixa etária entre 30 e 65 anos, predomina a de 40–48 anos. O ingresso nas Instituições Particulares de Ensino Superior foi decorrência, em sua maioria, de convites por amizade e/ou indicação de membros das Instituições. Os professores possuem, no geral, outros rendimentos (decorrentes da atuação em profissão liberal ou da condição de funcionário público). O exercício da docência está concentrado prioritariamente no ensino. Nenhum dos docentes entrevistados desenvolve pesquisa ou projeto de extensão nas Instituições Particulares de Ensino Superior onde trabalham. Os coordenadores não exercem docência.

A outra questão proposta foi saber como as transformações em curso no mundo do trabalho e a expansão do ensino superior privado têm afetado os docentes das Instituições Particulares de Ensino Superior. A resposta a esta formulação foi buscada dentro de um quadro de transformações que estão relacionadas tanto ao trabalho quanto à educação.

Procurou-se definir a docência universitária que emerge e se desenvolve em contextos e momentos históricos determinados como resposta às necessidades postas pela sociedade, mediante os principais elementos que compõem e/ou condicionam a definição do professor do ensino superior no Brasil; tais elementos estão relacionados a: a) estabelecimento onde o docente exerce a sua atividade; b) sua formação e organização acadêmica e c) regime de trabalho. A esse respeito, foi constatado que a definição de docência não é unívoca. Verificou-se que suas características são complexas, em virtude da complexidade e variedade que constituem o sistema brasileiro de educação, com instituições públicas e privadas, universidades e não-universidades. Portanto, para definir o docente do ensino superior é necessário conhecer a cul-

tura da instituição; sabendo-se que a política que esta desenvolve terá os seus reflexos na docência universitária (MOROSINI, 2000).

Em relação ao mundo do trabalho, a literatura especializada atesta que as três últimas décadas caracterizam-se por rápidas e radicais transformações cujos reflexos são sentidos até hoje. Essas transformações trouxeram novos significados relativos às formas de produção mediante o processo de reestruturação das atividades produtivas, sobretudo a partir dos anos 1970, com a inclusão de inovações tecnológicas e novas formas de gestão da força de trabalho, resultando em alterações significativas no relacionamento entre empresas e nas formas de organização da produção, interferindo nas relações de trabalho e no processo de negociação com as instituições de defesa dos trabalhadores.

Nesse contexto marcado por crises e/ou mudanças, surgem diagnósticos e avaliações das expectativas e (des)esperanças acerca do trabalho, pois essas alterações têm exigido novas compreensões sobre a categoria analítica trabalho que tem hoje um significado diferente daquele que possuía em épocas passadas, e o debate em torno desta contempla desde a negação de sua centralidade como categoria sociológica válida, até a sua reafirmação como instrumento analítico.

Mas, a despeito desse amplo debate, verificou-se, a partir das entrevistas realizadas com os professores das Instituições Particulares de Ensino Superior, em Brasília, que é no trabalho e nas expectativas em torno dele que esses atores sociais buscam construir seus projetos de auto-realização e de identidade no campo social. No entanto, as reverberações que têm afetado as mais diversas categorias de trabalhadores, no que diz respeito ao trabalho docente, sobretudo àquele desenvolvido nas Instituições de Ensino Superior Privado,

apresentam-se, por exemplo, por meio da angústia decorrente do sentimento de um futuro incerto, e da insatisfação no exercício da profissão.

A identidade vai se constituir na interseção das relações sociais, sendo que um dos elementos fundamentais para o processo de sua construção é o reconhecimento social. No entanto, constatou-se que variáveis como o desencantamento e o sofrimento são bastante comuns entre esses os entrevistados, no confronto do dia-a-dia das instituições e da gestão educacional que operam mediante critérios de mercado e impactam o trabalho desses docentes; e é nesse sentido que suas identidades vêm sendo construídas; tal construção é permeada pela angústia em torno da demissão, associada ao fracasso em relação à carreira ou ao exercício profissional. O espaço institucional no qual exercem suas atividades sinaliza a impossibilidade de edificação de uma carreira e de aproveitamento de um conjunto de qualificações.

O trabalho, nesse sentido, é um campo privilegiado na conquista da identidade pelos indivíduos. Portanto, como assinalou Heloani & Piolli (2005 apud Dejourns, 2000), o sofrimento em torno do trabalho é o que move esses atores sociais para o mundo, na busca por “alívio e quietude”, de reconhecimento do outro, de sentir-se útil e que, por isso, constitui-se em um debate que não pode ser secundarizado.

As exigências colocadas para esses docentes estão relacionadas a um novo ‘modo de ser professor’. A resistência em identificar-se com a atividade docente que desempenha nas Instituições Particulares de Ensino Superior está relacionada tanto à fragilidade do vínculo com a instituição concretizado na forma contratual (hora-aula), quanto ao não-reconhecimento profissional, por si mesmo, e pela instituição que alimenta e agrava a desvalorização do docente das Instituições Particulares de Ensino Superior pesquisadas.

O regime de trabalho horista não é uma modalidade contratual recente; mas, nesse contexto, ganha importância por um lado, quantitativa, pois de acordo com os dados do censo da educação superior de 2003, constatou-se que, do conjunto de 268.816 docentes do ensino superior no Brasil, 102.709 encontram-se nesse regime, nas Instituições Particulares de Ensino Superior; e, por outro lado, legitima um modelo de trabalho precarizado no sistema de ensino superior privado, mediante a aparente liberdade do docente na determinação do seu salário, em vista da quantidade de horas que consiga ministrar, sem levar em consideração a carga de trabalho além das aulas ministradas, bem como torna o docente o responsável pelo seu próprio ganho.

Outro elemento que exige um ‘novo modo de ser professor’ refere-se à imposição da relação na qual a educação é um bem comprado pelo cliente/aluno e o professor/trabalhador deve necessariamente pautar-se pela satisfação da ‘clientela’ sob risco de demissão. Nessa perspectiva, como educador nas Instituições Particulares de Ensino Superior, o professor parece não ter espaço diante da racionalidade econômica que impõe, cada vez mais, sua lógica e decide sobre seus custos e benefícios, por meio dos interesses e perspectivas da instituição e dos alunos/clientes no ‘novo mercado educacional’. Assim, no que concerne ao professor, o sentimento de satisfação ou de esgotamento moral com relação à profissão está fortemente ligado a essas condições.

Nesse sentido, a inserção do docente é percebida como algo desqualificante em que se conjugam a insatisfação com o trabalho e a insegurança do emprego. A insegurança no emprego ou a sua precarização, nos termos de Castel (1998), deve ser considerada como um aspecto muito importante como causa direta da vulnerabilidade social. Ou, nos termos de Hirata (2002), é nessa linha teórica que se inscreve

a conceitualização da precarização social como dupla institucionalização da instabilidade: precarização econômica (das estruturas produtivas e salariais) e precarização da proteção social (transformações das legislações relativas aos direitos do trabalho, das empresas e das situações externas ao trabalho).

De uma parte, a angústia presente – associada ao medo de perder o emprego e à situação (imposta) de decidir sobre horas-aulas para a composição salarial – é, de certo modo, utilizada pelas Instituições Particulares de Ensino Superior para fazer aceitar a intensificação do trabalho e a degradação das condições para o seu exercício.

Por fim, buscou-se, aqui, apresentar os dilemas, tensões e contradições presentes no ‘novo modo de ser’ ou de ‘estar’ professor nas Instituições Particulares de Ensino Superior, marcado pela instabilidade, pela provisoriedade e pela descartabilidade que resultam de, e também alimentam o processo de precarização no exercício dessa atividade. A heterogeneidade docente no mercado do ensino superior coloca questões para que se entendam a atuação e a formação dessa categoria profissional, bem como para que se pesem as possibilidades de organização e mudança, além de permitir a compreensão de situações presentes no novo contexto social do trabalho, no qual as certezas não constituem mais um elemento organizador dos vínculos e das formas de inserção sociais.

As condições precárias de trabalho, marcadas pela intensidade das horas trabalhadas, e a alta rotatividade não permitem um envolvimento adequado com a docência, a organização de suas atividades e o desenvolvimento de projetos de pesquisa.

Há críticas em relação às Instituições Particulares de Ensino Superior, quanto ao não-reconhecimento do trabalho do docente, mas há também certo conformismo na aceitação desse trabalho; seja por se configurar como provisório e descar-

tável, isto é, na linguagem popular, “um bico”, seja por não se legitimar como um espaço profissional que possa ser construído a partir das reivindicações como categoria.

Assim, a provisoriedade que marca o trabalho marca igualmente a identidade profissional do professor: docente, provisoriamente. Entretanto, se, por um lado, a construção dessa identidade é tarefa individual, por outro, ela é condicionada à estrutura social e histórica de cada contexto.

Notas

- 1 **Trabalho apresentado no 33º Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais), GT 17: Educação e Sociedade – 2ª sessão: *Ensino superior e trajetórias sociais*, Caxambu, MG – Outubro de 2009.** Este artigo apresenta parte das reflexões desenvolvidas em minha tese de doutorado intitulada *O Trabalho Docente nas Instituições de Ensino Superior Privado em Brasília*, defendida em dezembro de 2006, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), sob orientação da Professora Doutora Fernanda Antônia da Fonseca Sobral.
- 2 As transformações ocorridas no conjunto do ensino superior no país nas últimas três décadas e o impacto dessas mudanças têm pautado o debate mediante análises que, entre outros aspectos, discutem: manutenção e financiamento; limites da expansão do ensino superior; organização acadêmica e gestão universitária; acesso ao ensino superior e relação ensino-pesquisa (MARTINS, 2002).
- 3 “As instituições de ensino superior, tanto as públicas como as privadas, que estavam sendo criadas ao longo das décadas de 1940 e 1950, se tinham algum parentesco com o modelo de universidade concebido nos 20 e 30, este consistia no fato de oferecerem dois, no máximo três, cursos na área de formação de professores. A LDB de 1961 também voltava-se para os mecanismos de regulamentação da expansão do ensino superior. Nesse sentido, expressou a necessidade de instituir mecanismos de controle na relação do ensino superior com o mercado que, na época, já pressionava fortemente a sua expansão. Todavia, as exigências legais tinham caráter essencialmente burocrático e eram elas que embasavam a atuação do Conselho Federal da Educação. Pressionado pela pressão do mercado, o Conselho, criado também em 1961, mais

favoreceu do que cerceou a expansão do setor privado” (SAMPAIO, 1998a, p. 4).

- 4 Schwartzman (2002), para enfatizar a complexidade normativa do sistema de ensino superior privado, destaca: as Universidades e Centros Universitários estão dispensados de solicitar ao poder público autorização para abrir novos cursos superiores, em virtude das prerrogativas de autonomia de que gozam (Lei 9394, art. 53, inciso I) . Entretanto, esta autonomia não se estende aos cursos e *campus* fora de sede das universidades (Art. 10, § 2º Decreto n.º 3.860 de 9 de julho de 2001). A autonomia também não se estende aos cursos de Medicina, Odontologia, Psicologia e Direito. Nessas áreas, as corporações profissionais (Conselho Nacional de Saúde e Ordem dos Advogados do Brasil) têm que opinar, e a autorização é conferida pelo Ministro da Educação, em cada caso. Os Centros Universitários se diferenciam das universidades pela dispensa da obrigação de realizar atividades de pesquisa; sua autonomia, no entanto, é semelhante: pelo Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, Art. 11, Os centros universitários são instituições de ensino superior pluri-curriculares, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pelo desempenho de seus cursos nas avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. § 1º Fica estendida aos centros universitários credenciados autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes. As demais instituições – Faculdades Integradas, Faculdades Isoladas, Escolas Superiores, Institutos Superiores – não gozam de autonomia; devem ter seus cursos autorizados, um a um, pelo Ministério.
- 5 Cursos diferenciados, cursos seqüenciais previstos na LDB, os cursos de curta duração, o ensino à distância etc.
- 6 No Censo, essa afirmação pauta-se pelos dados do *World Education Indicators* (Censo da educação superior – resumo técnico, 2003, p. 6).
- 7 Informações obtidas no *site* do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/default.asp>.

Referências Bibliográficas

CASTEL, Robert. *L'Insécurité sociale – Qu'est-ce qu'être protégé?* Paris: La République des idées, Seuil, 2003.

_____. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

CUNHA, Luiz. A. O público e o privado na educação superior: fronteira em movimento? In: TRINDADE, Héglio. *Universidades em ruínas na república dos professores*. Porto Alegre: Cotez, 1999.

DEMAZIÈRE, D. & DUBAR, C. *Trajetórias profissionais e formas identitárias. Uma teorização*. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena (orgs.). *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo: USP/Cebrap, 2000.

DUBAR Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 62, 1998.

DURHAM, E. R. A responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior. Estudos Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Brasília, v. 23, n. 34, 2005, p. 59-61.

EMINET, Aurélien (s/d). *La sociologie des professions*. Institut Français de Gouvernement des Entreprises (I. F. G. E). Disponível em: http://www.ifge-online.org/fr/documents/CQDR_Prof.pdf

FRANZOI, N. L. (2003). *Da profissão como profissão de fé ao mercado em constante mutação*. Tese (Doutorado – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas). Campinas-São Paulo.

FREITAS, C. E. S. (2005). *Trabalho estranhado dos professores do ensino particular em salvador em um contexto neoliberal*. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília). Brasília.

HELOANI, Roberto & PIOLLI, Evaldo. *A falácia da qualificação: dilemas do (des)emprego dos profissionais de nível superior*. Revista USP, n. 64, 2005, p. 201-210.

HIRATA, Helena. *Trabalho, Exclusão e Precarização Econômica: o debate das ciências sociais na França*. Caderno CRH, n. 37, Salvador/BA, jul./dez. 2002, p. 47-80.

MARTINS, Carlos. B. *A formação de um sistema de ensino superior de massa*. Revista Brasileira de

Ciências Sociais – (Resenha), v. 17, n. 48, 2002, p. 197-203.

_____. *O ensino superior brasileiro nos anos 90*. São Paulo em Perspectiva, 14 (01), Revista da Fundação SEADE, 2000.

_____. O novo ensino superior privado no Brasil. In: MARTINS, C. B. (org.). *Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MINTO, Lalo Watanabe (2005). *O público e o privado nas reformas no ensino superior brasileiro: do Golpe de 1964 aos anos 90*. Dissertação (Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas).

MOROSINI, Marília C. Docência universitária e os desafios da realidade nacional. In: MOROSINI, M. C. (org.). *Professor do ensino superior: identidade, docência e formação*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília, 2000.

SAMPAIO, Helena. *Ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: Hucitec / FAPESP, 2000.

SAMPAIO, Helena & DURHAM, Eunice R. *O Setor privado na América Latina: uma análise comparativa*. São Paulo: Núcleo de pesquisas sobre ensino superior da USP. Nº. 3, 1998.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SCHWARTZMAN Simon; SCHWARTZMAN, Jacques. *O ensino superior privado como setor econômico*. (Trabalho realizado por solicitação do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), 2002. Disponível em: < <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/suppriv.pdf>.

_____. A Revolução Silenciosa do Ensino Superior. In: DURHAM, Eunice Ribeiro e SAMPAIO, Helena. *O Ensino Superior em Transformação*. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (NUPES/USP), 2000, p. 13-30.

SOUSA, José Vieira. *A recente expansão do ensino superior privado no Distrito Federal: uma análise de suas principais motivações no período 1995-2001*. In: *Gestão em ação*. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da UFBA; ISP/UFBA, vol. 7, n. 1, 2004, p. 65-85.

TARDIF, Maurice & LESSARD, Claude. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

THÉBAUD-MONY, Annie. Tenir ou être exclu: Les nouvelles “normes” de la santé au travail (postface). In: *Souffrances et précarités au travail: paroles de médecins de travail* (D. Huez, org.), p. 337-345, Paris, ed. Syros, 1994.

VELLOSO, J. *Mestres e doutores no país: destinos profissionais e políticas de pós-graduação*. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 123, p. 583-611, set./dez. 2004, p. 583-611.

XIMENES, Daniel A. *A modernidade reflexiva e avaliação no contexto das transformações do ensino superior*. Tese (Doutorado – Universidade de Brasília. Departamento de Sociologia). Brasília, 2001.

TERRAS LUSITANAS E GENTES DOS BRASIS: A NAÇÃO E O SEU RETRATO LITERÁRIO

A proposta de pensar e debater a lusofonia transporta consigo um conjunto de sinais diferentes, talvez mesmo contraditórios. Enquanto *conceito*, a ideia de lusofonia é suficientemente vaga para permitir leituras neutras e descomprometidas, mas, se a considerarmos como *projecto*, deparamo-nos com um terreno denso e mesmo traiçoeiro. Facilmente se pode ver na lusofonia a actualização da retórica luso-tropicalista e devemos até admitir que exista entre nós quem a veja como categoria redentora da história de Portugal, ocupando, a esse título, o lugar que já foi do Quinto Império ou da Idade do Espírito Santo, por exemplo. A um outro nível, talvez mais mundano, podemos, certamente, encontrar quem veja a lusofonia como forma de resistência à globalização, como se ela fosse, ou pudesse vir a ser, uma enseada tranqüila nessa espécie de mar revolto da massificação cultural. É nesse sentido que lusofonia parece configurar um território denso, excessivamente atravessado pela história e demasiado apelativo ao afecto.

Pela parte que me toca, não me vinculo a nenhum dos olhares que enunciei, nem a outro qual-

LUÍS CUNHA*

RESUMO

A partir da análise comparativa feita entre quatro textos literários (do Brasil e de Portugal), o autor examina o modo como as narrativas instituem identidades, rupturas e interações entre nações. Nesse sentido, trata da lusofonia como construção e representação cultural que remete a um espaço de disputas entre ideias e imaginários sociais. A lusofonia e seus discursos expressam uma "etnopaisagem" da qual fazem parte agentes de produção e recepção, sendo a literatura um espaço retórico importante para reflexão sobre o tema.

Palavras-chave: lusofonia; etnopaisagem; nação; representações culturais e literatura.

ABSTRACT

Starting from a comparative analysis of four literary texts (from Brazilian and Portuguese origin), the author examines how narratives set up identities, ruptures and interactions between nations. In this view, he treats lusophony as a cultural construct and representation which refers to a space of dispute between concepts and social imaginaries. Lusophony and its discourses express an "ethnolandscape" to which production and reception agents belong, literature constituting an important rhetorical field for reflexions on the theme.

Keywords: lusophony; "ethnolandscape"; nation; cultural representations and literature.

* Antropólogo, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal.

quer que veja na lusofonia um projecto substantivo, isto é, que pretenda definir um rumo e um ponto de chegada. Procurarei, se a imagem me é permitida, colocar-me do outro lado do espelho. O que me interessa, fundamentalmente, é a consideração do conceito enquanto *cosa mentale*, ou seja, como construção e representação, fenómeno cultural, portanto, que articula a palavra e o mundo. De alguma forma é o mundo imaginário da lusofonia que me interessa, sem que isto signifique qualquer despreendimento da realidade. Ao contrário, trata-se de um mundo tangível, na exacta medida em que a palavra constrói a coisa, quer dizer, na medida em que pela palavra se definem as fronteiras do mundo, sejam elas políticas, culturais ou económicas. Falar de fronteiras significa evocar a fluidez, mas também a negociação e a disputa. De facto, jus-

tamente na medida em que são fronteiras, ao mesmo tempo em que separam, unem e articulam, por elas passando discursos de legitimação da ordem social tanto quanto do conflito. A noção de lusofonia com que me proponho trabalhar remete, assim, para um

espaço de disputa, que sendo lugar de ideias e imaginários, não deixa de estar vinculado ao real, pois nele convergem diferentes projectos e objectivos. Se a metáfora do espelho serve, digamos então que é de um espelho fragmentado que se trata, não apenas porque no discurso e na prática política de cada país do universo lusófono se interpreta e se projecta de forma singular o conceito, mas também porque dentro de cada espaço nacional há que contar com distintas leituras, motivadas por diferenças étnicas, de classe, etc.

Uma interpretação dinâmica da ideia de lusofonia, como aquela que buscamos, apela à experiência do tempo. Podemos dizer de outra forma: a espessura histórica que a ideia de lusofonia transporta consigo torna pertinente, só por si, olhar a experiência do passado para perceber o presente. Porém, não se trata apenas de trazer ao debate propostas congregadoras como, cada uma a seu modo, foram as de Gilberto Freyre ou Agostinho da Silva. É necessário perceber também de que forma, dentro de cada um dos espaços nacionais abarcados pela ideia de lusofonia, se foi construindo a nação¹. Que dinâmicas geraram, que forças e discursos foram mobilizados para garantir a sua legitimidade política, ou então, de que forma se criaram espaços de convergência entre os grupos sociais de modo a fazer emergir a representação viável de uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1983)? Estas são apenas algumas das perguntas pelas quais deve passar o debate da lusofonia, sob pena de ficarmos prisioneiros de um presente demasiado plano. Sem espessura, tecido na retórica pragmática dos projectos económicos comuns ou das intenções desenvolvimentistas.

A realidade contemporânea, marcada pela fácil circulação de mercadorias, pessoas e ideias, configura uma situação na qual se cruzam sinais e sentidos distintos. Aquilo a que habitualmente se chama

globalização facilmente é apontado como ameaça de descaracterização das velhas identidades nacionais – que, ao fim de dois séculos de naturalização do seu sentido, se julgaria serem mais sólidas do que na verdade se revelam – e também, de outra forma, de qualquer projecto lusófono que tenha como pilar a partilha de valores culturais. Num mundo de fronteiras fluidas, homogeneização e heterogeneização cultural devem ser vistas como duas faces de uma mesma moeda. Se, por um lado, o mundo se vem transformando numa enorme metrópole que consome os mesmos produtos e ideias, por outro, a sua incorporação não se faz sem que eles se modifiquem. Ou seja, o processo hermenêutico não pode fazer-se senão com a cultura local e, desse ponto de vista, também a globalização implica heterogeneidade. O que sobra, então, num mundo em que o capital não conhece fronteiras, em que o acontecimento se tornou global, em que a circulação de pessoas – turistas, trabalhadores, refugiados – se tornou banal? Como pensar, num mundo como este, a experiência da localidade, entendendo por tal a experiência de vida num espaço e num tempo específicos, que nos pertencem e ao mesmo tempo nos transcendem? Entre a localidade e o mundo, tal como entre o indivíduo e instâncias colectivas amplas, como o Estado, existem outros patamares de referência. Se quisermos, outros mundos imaginários que dão sentido e consistência aos laços sociais, mundos onde se constrói a história, mas onde, também, se sedimentam as memórias colectivas. É neste ponto que reencontramos a lusofonia e os seus discursos.

Etnopaisagens e literatura lusófona

Arjun Appadurai, numa obra em que reflectiu sobre a modernidade e a globalização, utiliza a ideia de paisagem como sufixo para caracterizar os fluxos globais que marcam a contemporaneidade.

Fala, assim, de etnopaisagens, de mediapaisagens, de tecnopaisagens de financiopaisagens e de ideopaisagens (APPADURAI, 1996: 50), neologismos com os quais pretende dar conta da fluidez e da irregularidade desses fluxos. A ideia de paisagem a que recorre remete para uma espécie de visão caleidoscópica, pois as construções que analisa devem ser profundamente perspectivadas, ou seja, inflectidas pela localização histórica, lingüística e política dos diferentes actores sociais. Essa tentativa de dar conta da dinâmica social do mundo contemporâneo interessou-me particularmente quando reflectia sobre a lusofonia, por ver nela um instrumento capaz de possibilitar uma fuga à tentação de uma certa simplificação ou mesmo essencialização do objecto.

Neste artigo, não pretendo mais do que dar um pequeno contributo para deslindar dessa teia de significações em que vejo enredada a noção de lusofonia. Uma maior ambição seria aqui totalmente deslocada, pelo que considero útil sublinhar a ideia de que este trabalho deve ser entendido mais como começo do que como ponto de chegada. Em concreto, propus-me trabalhar em torno da ideia de etnopaisagem, desvirtuando, até certo ponto, a proposta de Appadurai, mas mantendo dela o que me parecia mais profícuo para uma abordagem antropológica do tema da lusofonia. O meu ponto de partida, pode se dizer, foi a inevitável dialéctica entre identidade e distinção, sem a qual não me parece possível pensarmos a lusofonia como categoria referencial. Ainda que remotamente, estava na minha cabeça o velhíssimo debate entre o universalismo racionalista das Luzes e o culto do particularismo dos românticos, sendo ambos os contributos, cada um a seu jeito, alicerces fundamentais do moderno Estado-Nação. Bem sei que estas são contas antigas, mas, na verdade, o balanceamento entre o que o nos une e o que o nos separa não deixou de ser um operador fun-

damental do nosso quotidiano, constituindo-se, por isso mesmo, em peça imprescindível também para o debate da lusofonia.

Encaro esse conceito de etnopaisagem que me seduziu, como um caminho para a compreensão dos mecanismos de afirmação de identidades e de distinções, quer dentro do espaço lusófono, quer deste em relação ao exterior. Dizendo de outra forma, o que motivava esta minha abordagem era perceber como se constrói uma etnopaisagem convincente, que nos faça acreditar, isto é, que configure as fronteiras culturais nas quais nos movemos. Evidentemente que para esta demanda existem vários caminhos e várias respostas. Nem podia ser de outra forma, já que aquilo a que podemos chamar de etnopaisagem tem várias instâncias, lugares e agentes de produção, tal como tem, de resto, diferentes receptores e diferentes condições de recepção. Da minha parte, quis apenas considerar uma fatia específica desse modo complexo e essa fatia foi a literatura. Quis deixar de lado, nesta ocasião, um conjunto de fontes extremamente relevantes, que têm sido trabalhadas de várias formas, às quais, noutras ocasiões, dediquei alguma atenção. Falo, concretamente, dos contributos ensaísticos de autores como Gilberto Freyre ou Jorge Dias, entre tantos outros. Desta vez quis seguir um caminho diferente, desde logo mais arriscado, até porque a minha relação com a literatura sempre foi, e continua a ser, uma relação mais de fruição que de trabalho.

Devo dizer, todavia, que esta não foi uma escolha accidental. Entendo que os territórios menos vigiados política e academicamente, como até certo ponto acontece com a literatura, são bastante promissores de um ponto de vista analítico². Não ignoro, naturalmente, que os chamados estudos culturais produziram uma espécie de esbatimento das fronteiras entre géneros e não me esqueço do fascínio

que as correntes pós-modernas descobriram no discurso e no texto. Apesar de tudo, parece-me que no campo científico em que me insiro, a antropologia, não vem sendo dada a devida atenção à literatura, como espaço de representação identitária, nomeadamente no que diz respeito à lusofonia. Tentando formular esta questão enquanto hipótese, pode dizer-se que tentei testar o seguinte: se a literatura constituiu ao longo dos anos um espaço que refletiu uma temporalidade específica, e com ela a dinâmica do discurso social e político, então podemos esperar encontrar aí configurações plásticas e retóricas identitárias que reflectam aquilo a que vimos chamando de etnopaísagem³.

A constituição de um *corpus* analítico consistente e coerente para objectivos tão amplos, como aqueles que anteriormente sugerimos, só pode ser conseguida gradualmente, procurando dar resposta, a cada momento, a questões específicas. Nesta fase, guiaram-me dois critérios fundamentais: trabalhar sobre obras que podem considerar-se indiscutíveis, como peças sedimentadas na história da literatura em língua portuguesa, ou pelo menos na dos respectivos países, e convocar textos que remetessem de forma clara para modos de leitura e interpretação das identidades nacionais. Importa deixar aqui uma nota que remeta para a espessura histórica do conceito de lusofonia. Para dizer que considero decisivo, pelo menos em relação a este projecto e ao modo como nele me posiciono, o desenvolvimento de uma forte articulação entre Antropologia e História. Bem sei que este intento não é coisa nova, mas a verdade é que falta aprofundar conexões que nos permitam esboçar uma genealogia do presente suficientemente sólida e consistente. O tempo da produção dos textos literários analisados e o contexto social e político que os enquadrava são, por isso, fundamentais, merecendo uma análise mais cuidada que aquela que lhe é dispensada

nesta ocasião. Do mesmo modo, será indispensável chamar à colação textos de outra natureza, diversificando dessa forma o corpus analítico. Estou consciente do carácter fragmentário da presente abordagem, que não pretende ser mais, afinal, que um texto exploratório, que exige seqüência e desenvolvimento.

Foram quatro os textos que trabalhei e dos quais me proponho agora dar conta. Eles são bastante diferentes entre si, embora estejam unidos pelo critério da relevância literária e também – mas isto era um pressuposto de partida – pelo que nos oferecem do ponto de vista da configuração de uma etnopaísagem. Ordenados cronologicamente, os textos são: *Iracema*, de José de Alencar (1865); *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (1902); *Macunaíma, o herói sem nenhum carácter*, de Mário de Andrade (1928) e *A Jangada de Pedra*, de José Saramago (1986)⁴. É bastante diferente a paisagem étnica que cada um desses trabalhos nos oferece⁵. O modo como nos textos brasileiros estudados se pensa o Brasil e a identidade do seu povo é particularmente sugestiva por remeter para o debate da integração racial, a partir da matriz mítica das três “raças” constituintes do Brasil (cf. DA MATTA, 2001: 149). O texto de Saramago, por seu turno, interessou-me aqui por uma outra razão, exactamente a da transfiguração utópica do espaço e da sociedade, através de uma espécie de reescrita do mito lusófono, no caso transformado em ibérico, da Lusitânia como centro de um mundo alternativo ao dominante.

“Iracema, a virgem dos lábios de mel”: o olhar romântico sobre o índio

Iracema – anagrama de América – é a expressão clara de um indianismo romântico⁶. A imagem do ín-

dio que nos é mostrada é bastante positiva, fazendo-o emergir como elemento referencial para se pensar a identidade brasileira. É justamente esta a matriz da literatura romântica, que procura “dar uma especificidade ao ser nacional, tomando como eixo central a figura do índio, ainda que idealizado” (OLIVEIRA, 2001: 192)⁷. Esta valorização do índio não depende sequer da sua associação aos colonizadores portugueses, pois os Tupinambá que em *Iracema* são apresentados como aliados dos franceses, não são “contaminados” pelo carácter negativo atribuído aos seus aliados⁸. Mas, quais são, afinal, os elementos fundamentais da imagem do índio, tal como é apresentado em *Iracema*? Fundamentalmente, um carácter recto e leal, alicerçado numa conduta rígida e na conformação a uma ética bem definida. De alguma forma, é como se o ideal medieval, tão do agrado do movimento romântico, se expressasse nos nativos daquelas terras tropicais recentemente independentes⁹. É graças a esta projecção, simultaneamente anacrónica e etnocêntrica, que os índios podem desempenhar o papel de catalizadores de uma identidade em formação. Até certo ponto, este é um caminho óbvio: o Brasil independente exige distanciamento em relação à matriz europeia da sua identidade e, permanecendo desvalorizada e incapaz de contribuir para uma identidade positiva a sua componente africana, só o índio, convenientemente idealizado, pode desempenhar um papel referencial.

Ao ideal romântico de *Iracema* não falta, naturalmente, um pungente caso de amor. Ele é mesmo o elemento central da história, sendo os dois jovens apaixonados que estabelecem as pontes entre os vários grupos envolvidos, marcando dessa forma o desenrolar da narrativa. Poti, um índio pitiguara¹⁰, um grupo inimigo dos Tabajara a que pertence Iracema, tem uma relação de grande proximidade com o português Martim, o apaixonado da jovem índia. Os conflitos entre os dois grupos eram já freqüentes,

mas naquela ocasião a motivação para um novo enfrentamento adveio da relação proibida entre Martim e Iracema. Do mesmo modo, a guerra entre os Pitiguara e os Tupinambá surge, também ela, mediada pela presença dos brancos: os segundos são aliados dos franceses e é nessa condição que enfrentam os Pitiguara, amigos do português Martim. Finalmente, no desenlace da história, já após a morte de Iracema, é de novo Martim a operar a relação entre brancos e índios, no caso através da implantação de uma missão em território pitiguara.

A distância cultural, bem como a possibilidade de assimilação e miscigenação, estruturam a narrativa de Alencar. O amor de Iracema pelo português Martim é um amor impossível, mas não propriamente pela diferença racial, nem sequer por um eventual sentimento de superioridade do europeu face ao índio. O que sucede é que Iracema, filha do pajé da tribo, conhece o segredo de uma bebida sagrada usada nos rituais, facto que lhe confere um estatuto particular e impede a sua relação com alguém estranho ao grupo. A força do amor acaba, todavia, por vencer as restrições e de tal forma isso ocorre que não só Iracema se entrega a Martim, como acaba mesmo por trair os seus, admitindo, inclusive, matar o seu irmão para proteger o português. Até certo ponto o movimento de assimilação é mútuo, pois se Iracema abdica do seu grupo quando escolhe Martim, também este cumpre os rituais que fazem dele um guerreiro pitiguara, participando, dessa forma, da identidade dos índios que o acolhem. O paralelismo é, porém, ilusório. O sentido daquela relação é inequívoco e nem o filho de Iracema e Martim pode reequilibrar as forças. As palavras do velho chefe pitiguara, Baturité, que Martim visita acompanhado do filho, são elucidativas: “Tupã quis que estes olhos vissem antes de se apagar, o gavião branco junto da narceja”. Na interpretação do próprio autor,

Martim é o gavião e o seu filho a narceja, ficando dessa forma profetizada a destruição da “raça” índia pelos brancos (cf. ALENCAR, 1865: 54).

A história de amor não tem um final feliz, antes soçobra à tragédia tão ao gosto do romantismo. Todavia, neste caso, tudo aquilo que separa culturalmente Iracema de Martim contribui para o desenlace. A jovem índia angustia-se quando percebe que Martim sente saudade da sua terra natal e dos seus iguais, mas a angústia chega também ao português quando percebe que não pode corresponder ao que Iracema pretende. A situação se resolve de uma forma trágica, mas, de certa forma, apaziguadora, pois vem repor ordem na desestabilização gerada pela chegada de Martim. Pouco depois de gerar um filho, Iracema morre e Martim acaba por regressar a Portugal. Já antes os franceses, aliados aos Tupinambá, haviam sido derrotados, pelo que a ordem nativa, chamemos-lhes assim, parece restaurada. Porém, já nada pode voltar a ser como fora. Não só porque existe um filho, como prova e expressão do contato, como Martim acaba por regressar, empreendendo, então, a inevitável obra civilizadora e evangélica:

Muitos guerreiros de sua raça acompanham o chefe branco para fundar com ele a mairi [cidade] dos cristãos: veio também um sacerdote, de negras vestes, para plantar a cruz na terra selvagem. Poti foi o primeiro que ajoelhou aos pés do sagrado lenho; não sofria ele que nada mais o separasse do seu irmão branco. Deviam ter ambos um só deus, como tinham um só coração (ALENCAR, 1865: 44).

Embora evocado na sua qualidade de habitante primitivo da América e, desse ponto de vista, como possuidor de uma identidade primordial e valorizada, em *Iracema* o estatuto do índio está eivado de ambigüidade. Martim, o único branco que tem uma

existência efectiva no romance, é apresentado num plano de igualdade com Poti, o guerreiro pitiguara: “Os dois irmãos encostaram a fronte na fronte e o peito no peito, para exprimir que não tinham mais que uma cabeça e um coração” (ALENCAR, 1865: 25). Apesar disso, as regras e o sentido daquele encontro de culturas são sempre claros: é Iracema quem deixa os seus, tal como é o cristianismo o espaço em que, no final, a integração pode ser feita. Quanto ao africano, tudo o que temos é uma ausência, como se simplesmente não fizesse parte da paisagem étnica brasileira¹¹.

Profetas, rebeldes e caboclos na guerra de Canudos

O livro de Euclides da Cunha (1866-1909) é mais complexo e merece uma análise profunda que não farei agora. Deve notar-se, desde logo, que não estamos aqui perante um romance, como *Iracema*, mas ante um relato realista, quase jornalístico¹², de uma campanha militar (1896-97) que coloca de um lado o exército regular e do outro uma população agitada pelas idéias messiânicas de Antônio Conselheiro, que puseram o sertão a ferro e fogo¹³. Deixarei de lado, nesta ocasião, a articulação entre acção política e messianismo, de resto muito interessante também do ponto de vista antropológico, para me centrar num ponto específico do trabalho de Euclides da Cunha, aquilo a que podemos chamar o olhar racialista¹⁴. Observe-se, antes de mais nada, que o enquadramento literário e político se tinha já modificado relativamente a *Iracema*. Do ponto de vista cultural, o romantismo dera lugar ao pré-modernismo, ou seja, a um conjunto de autores que, “não sendo ainda modernos, já promovem rupturas com o passado” (NICOLA, 2003: 248). Da perspectiva política, as quatro décadas que medeiam entre *Iracema* (1865) e *Os Sertões* (1902) transportaram consigo mudanças extre-

mamente significativas: “As batalhas simbólicas, após a proclamação da República, envolveram a mudança de símbolos nacionais, a criação de novos heróis e a elaboração de novos mitos de origem” (OLIVEIRA, 2001: 193). De alguma forma, esta revisão de símbolos e heróis está presente na interpretação dos acontecimentos de Canudos feita por Euclides da Cunha.

Se, em *Iracema*, José de Alencar ignora o negro, sugerindo uma identidade constituída pela junção, algo idealizado, de índios e brancos, *Os Sertões* colocam no centro do debate o Brasil das três “raças” e suas combinações. Para o autor, a questão da miscigenação apresenta-se como um problema grave e de difícil resolução: “Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca” (CUNHA, 1902: 149). É certo que o pessimismo ante o processo de miscigenação pode não ser absorvente, como defende Gilberto Freyre (cf. COUTINHO, vol. II, 1995: 56), conduzindo mesmo a alguma contradição no pensamento de Euclides da Cunha. Todavia, apesar das nuances, a rejeição do princípio parece inequívoca: “De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é quase sempre um desequilibrado” (CUNHA, 1902: 176). O seu espírito positivista encontrou, em autores como Raimundo Nina Rodrigues, argumentos acerca das “taras da mestiçagem”. E de como este processo era responsável por epidemias, gerando a “degradação das populações híbridas” (cf. BENNASSAR & MARIN, 2000: 481). Ainda assim, a realidade do sertão e as características do conflito que descreve levam-no a matizar o carácter genericamente negativo do processo de miscigenação. Se, por um lado, resulta daqui ambigüidade e contradição na sua argumentação, por outro, é-nos revelado um autor atento à realidade concreta e disponível para reformular convicções.

Na verdade, essa reformulação sucede também na interpretação política. Se no começo viu Canudos apenas como um foco monárquico, o conhecimento da realidade fê-lo perceber “que não se tratava de uma luta por um sistema de governo, mas sim contra uma estrutura que já se arrastava por três séculos” (NICOLA, 2003: 253). A nobreza que Alencar descobriu no índio parece transferir-se aqui para o sertanejo. Uma nobreza rude, mesmo embrutecida, mas feita de autenticidade e genuinidade:

Ora os nossos rudes patricios dos sertões do norte forraram-se a esta última [civilização]. O abandono em que jazeram teve função benéfica. Libertou-os da adaptação penosíssima a um estádio social superior, e, simultaneamente, evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos meios adiantados (CUNHA, 1902: 178).

Não podemos deixar de ver aqui a sombra dessa procura da “autenticidade nacional” empreendida pela etnografia oitocentista¹⁵. Evidentemente que os planos são bem diferentes. Se, a propósito de uma realidade social como a portuguesa, se pode projetar a idéia de homogeneidade cultural e, através dela, postular uma identidade nacional coesa, um artifício semelhante dificilmente é aplicável a um contexto como o Brasil. Para Euclides da Cunha, o sertanejo é a representação possível, não só de uma identidade nacional, mas de uma nação racialmente descaracterizada.

Aquilo a que por vezes se chama “visão derrotista” do Brasil (DA MATTA, 2001: 151), resultante do hibridismo ou mestiçagem¹⁶, está bem presente na leitura da realidade brasileira feita em *Os Sertões*. A paisagem étnica que Euclides da Cunha descobre é complexa e, sobretudo, problemática: “Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca”

(CUNHA, 1902: 149)¹⁷. A “mistura de raças” é vista como inevitável, mas prejudicial, pelo menos na maioria dos casos:

A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades proeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado (CUNHA, 1902: 176).

Dentro deste quadro, porém, existem nuances que é necessário considerar. Euclides da Cunha atribui grande importância ao meio natural em que os povos habitam e este factor é relevante para perceber a situação particular da mestiçagem no sertão: “O sertanejo é, antes de tudo um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral” (CUNHA, 1902: 179).

Numa paisagem étnica complexa, como a sertaneja, as suas componentes são diferentemente valorizadas. Se n’Os *Sertões* não encontramos o olhar romântico com que José de Alencar descreveu o índio, a verdade é que a componente nativa continua a ser valorizada relativamente ao africano. Voltemos à questão das ‘três raças’. Deve notar-se, em primeiro lugar, o modo como se atribuem características negativas ao ‘ramo africano’: “o atributos preponderantes do homo afer, filho das paragens adustas e bárbaras, onde a seleção natural, mais do que em quaisquer outras, se faz pelo exercício intensivo da ferocidade e da força” (CUNHA, 1902: 146). Em contraponto, aquilo a que chama o factor aristocrático da gens brasileira, o português, é valorizado, sobretudo pela

componente intelectual, a que atribui origem celta. Do terceiro vector, o autor sublinha a sua autonomia racial mas também cultural do homo americanus, face ao “grande viveiro da Ásia Central” (CUNHA, 1902: 146). A mistura destas três componentes não produziu uma unidade, mas, antes, um conjunto de variações complexas. Estas variações dependem de vários factores, entre os quais, as condições naturais; e é neste ponto que os sertões se tornam uma revelação para Euclides da Cunha. É que, segundo ele,

(...) no sertão a integridade orgânica do mestiço desponta inteiriça e robusta, imune de estranhas mesclas, capaz de envolver, diferenciando-se, acomodando-se a novos e mais altos destinos, porque é sólida a base física do desenvolvimento moral ulterior (CUNHA, 1902: 179).

Não vamos ao ponto de dizer que o caboclo surge em *Os Sertões* como o lugar de encontro da diversidade brasileira e, dessa forma, a “raça” mais viável num país sem unidade de “raça”. Ainda assim, é um mestiço prometedor, de modo que a guerra de Canudos deixa de ser vista apenas como imposição da razão republicana, para passar a ser encarada como um ataque “a fundo [à] rocha viva da nossa raça” (CUNHA, 1902: 594).

Macunaíma, “herói sem carácter”: modernismo e identidade brasileira

Em *Macunaíma*, Mário de Andrade (1893-1945) reconduz-nos à questão étnica e à discussão da especificidade brasileira. Num prefácio, que acabou por ficar inédito, escreveu:

O que me interessava no Macunaíma foi incontestavelmente a preocupação em que vivo de trabalhar e descobrir o mais que

possa a entidade nacional dos brasileiros. Ora depois de pelejar muito verifiquei uma coisa que parece ser certa: o brasileiro não tem carácter (...) e com a palavra carácter não determino apenas uma realidade moral não, em vez entendo a entidade psíquica permanente, se manifestando por tudo, nos costumes, na acção exterior no sentimento, na língua, na História, na andadura, tanto no bem como no mal (ANDRADE, 1928: 10).

Podemos discutir se esta “falta de carácter” é sobreponível à falta de unidade de raça denunciada por Euclides da Cunha. O ponto de partida é sem dúvida o mesmo, mas é bem diferente o modo de encarar a questão. Integrado no movimento modernista brasileiro, por alguns considerado mesmo o seu papa (NICOLA, 2003: 300), Mário de Andrade faz sobretudo o elogio da mestiçagem. As diferenças estilísticas e da intencionalidade da escrita são também relevantes para perceber Macunaíma. Não estamos perante uma visão idealizada do nativo brasileiro, como em *Iracema*, nem perante um livro-tese, como, em boa medida, acontece em *Os Sertões*. Na verdade, é mais um contraponto que se verifica. Se a índia Iracema é apresentada como “a virgem dos lábios de mel” (ALENCAR, 1865: 7), Macunaíma é caracterizado pela fealdade: “Era preto retinto e filho do medo da noite (...) uma criança feia” (ANDRADE, 1928: 17). Por outro lado, enquanto Euclides da Cunha se afadiga, procurando mostrar um problema e sugerir soluções, Mário de Andrade tem objectivos mais modestos: “porém nem tive intenção de fazer um livro importante de psicologia racial não. Fiz o que me vinha na cabeça, unicamente me divertindo e nada mais” (cf. in LOPES, 1988: 395).

Esta confissão de Mário de Andrade não obsta a um evidente interesse pela natureza do brasileiro: “O que procurei caracterizar mais ou menos foi a tal

falta de carácter do brasileiro” (cf. in LOPES, 1988: 395). Desta forma, o confronto com a diferença cultural torna-se a questão central em Macunaíma. De um lado, o mato virgem que viu nascer o herói, do outro, a cidade de São Paulo, domicílio da Máquina; de um lado, as Amazonas a quem Macunaíma escreve, do outro, o estilo extremamente rebuscado, mesmo pedante, dessa missiva. O tema da miscigenação não surge como um problema a que importaria dar resposta, mas como expressão de um Brasil à espera de realização¹⁸. A miscigenação apresenta-se, então, como uma espécie de qualidade intrínseca e surpreendente. Macunaíma nasce preto retinto, apesar de ser filho de índia e o seu próprio filho nasce encarnado e de cabeça achatada. Estas variações parecem mostrar que não existe uma barreira entre as “raças”, sendo a partir dessa ausência de barreiras que o brasileiro deve ser pensado. Em relação aos outros textos que aqui analisei, só em *Macunaíma* encontramos, verdadeiramente, a presença das “três raças” com que se pensa a identidade brasileira, pois em *Iracema* os negros são inexistentes e em *Os Sertões* é claramente apagada a sua contribuição para a mestiçagem sertaneja.

Existe um episódio em *Macunaíma* que ilustra simbolicamente a relativização da identidade “racial”. Trata-se do momento em que Macunaíma, o índio tapanhumas¹⁹, nascido preto retinto, vira branco. Sucedeu num dia de calor, em que ele foi tomar banho numa cova cheia de água encantada: “Quando o herói saiu do banho estava branco, loiro e de olhos azuizinhos, água lavara o pretume dele” (ANDRADE, 1928: 50). Os seus irmãos tentaram fazer o mesmo, mas com menos sorte: o primeiro apenas ficou “cor de bronze novo” e o outro, que apenas dispunha de uma réstia de água, conseguiu somente aclarar a planta dos pés e a palma das mãos. O ideal de unidade, cuja impossibilidade tanto preocupa-

ra Euclides da Cunha, é aqui subvertido, pois é da unidade que se parte para chegar à diversidade. Os três irmãos perdem a identidade de selvagens tapanhumas com que nasceram, para ficarem “um louro, um vermelho, outro negro” (ANDRADE, 1928: 51), dando expressão, dessa forma, às três raças fundadoras da identidade brasileira²⁰.

Existem dois outros níveis de leitura do texto *Macunaíma* que são relevantes para o que nos ocupa, ou seja, para o modo como o autor interpreta a etnopaisagem brasileira. Por um lado, a questão da modernidade *versus* tradição, que é um tema forte, direi mesmo central, em toda a obra. Sobre este tema não farei senão uma breve nota, para assinalar o permanente balanço entre aprendizagem e rejeição, talvez pudesse dizer-se entre assimilação e autenticidade, em que vive Macunaíma:

A inteligência do herói estava muito perturbada. As cunhas [mulheres jovens] rindo tinham ensinado pra ele que o sagüi-açu não sagüim, não, chamava elevador e era máquina. De-manhãzinha ensinaram que todos aqueles piados berros cuquiadas sopros roncoss esturros são eram nada disso não, eram mas cláxons campainhas apitos buzinas e tudo era máquina (ANDRADE, 1928: 53).

Porém, esta aprendizagem acelerada feita na cidade não o converte: “Os homens é que eram máquinas e as máquinas é que eram homens. Macunaíma deu uma grande gargalhada. Percebeu que estava livre outra vez e teve uma satisfação” (ANDRADE, 1928: 55).

O outro nível que reputo importante é o das fronteiras da identidade brasileira. Evocar as três “raças”, como Mário de Andrade faz, por exemplo, no episódio do branqueamento do herói de que já falei, não é suficiente para dar conta da complexi-

dade real do Brasil. Em Macunaíma avultam, por isso, as referências a vários povos que participaram da colonização brasileira – além dos portugueses, surge também a evocação dos italianos, polacos, holandeses, franceses, etc. Darei apenas um exemplo dessa complexidade de identidades. Grande parte da narrativa centra-se na procura de um muriaquitã, espécie de amuleto que Macunaíma recebera de Ci, a mãe do mato. Este amuleto fora parar às mãos de Venceslau Pietro Pietra, que afinal era o gigante Piaimã, comedor de gente. Gigante ou homem, o certo é que Venceslau foi tirado do “farniente” pelo barulho que faziam Macunaíma e seus irmãos (ANDRADE, 1928: 57), acabando por falecer num tacho de macarrão (ANDRADE, 1928: 168). É um Brasil simultaneamente cosmopolita e resguardado numa mitologia dispersa – onde cabem tanto as divindades amazônicas como a macumba carioca ou uma ninfa trazida pelos holandeses – que se mostra nas páginas de Mário de Andrade. Identidade fluida, aberta ao que é diferente, mas sem perder a reivindicação de singularidade. Basta ver como Macunaíma reage à possibilidade de partir para a Europa: “Paciência, manos! Não! Não vou na Europa não. Sou americano e meu lugar é na América. A civilização européia de-certo esculhamba a inteireza do nosso carácter” (ANDRADE, 1928: 142).

A idéia de lusofonia transporta consigo um princípio de congregação transnacional. Julgo poder dizer-se que a língua constitui o mínimo denominador comum, com base no qual se edificam discursos, mais ou menos efabulados, acerca da identidade cultural dos ‘povos lusófonos’. Em nenhum dos livros que acabamos de considerar se encontra a preocupação com a procura de uma identidade transnacional. São textos que se colocam, por assim dizer, a montante desta questão. O que os motiva é a discussão de uma identidade nacional particular,

a brasileira. As questões em que assentam, se não são comuns, são pelo menos convergentes: como se constrói uma unidade a partir da diferença? Que traços podem ser atribuídos ao ‘povo brasileiro’, de forma a garantir autenticidade e genuinidade? São diferentes as respostas encontradas e é nessa diferença que o tema da lusofonia deve ser recolocado.

Iracema vive da ruptura com a identidade europeia, mais especificamente portuguesa. Como atrás referi, a conquista da independência obriga ao distanciamento face à matriz colonial e não podendo esse distanciamento ser feito através da língua (cf. ANDERSON, 1983: 79)²¹, tornou-se necessário promover outros referenciais identitários. A idealização do índio dá resposta ao desejo de ruptura, ou pelo menos distanciamento, que, por exemplo, se pode também observar na adopção de nomes indígenas por parte de alguma aristocracia rural escravagista²². Em *Os Sertões*, a relação com a matriz lusófona tem outras características. Com Euclides da Cunha, não estamos perante a rejeição da civilização europeia, mas, antes, perante a impossibilidade da sua vitória. O medo de diluição dos caracteres positivos leva à desconfiança pela mestiçagem, surgindo, todavia, o sertanejo com excepção – expressão possível de autenticidade e genuinidade de um povo sem “unidade de raça”. Em *Iracema* e em *Os Sertões* temos um Brasil virado para si próprio, procurando ver no índio ou no caboclo singularidade suficiente para construir a nação.

A assumpção do carácter mestiço do brasileiro em *Macunaíma* propõe uma forma diferente de pensar a identidade brasileira. A singularidade não se encontra em nenhuma parte específica da nação, mas sim na mistura, na “falta de carácter”. O Brasil surge, nas páginas de Mário de Andrade, como uma realidade que balança entre o cosmopolitismo e a tradição. Pelo primeiro, o Brasil participa de um

todo que o transcende e que, diga-se, não se esgota nas fronteiras da lusofonia. Pela segunda, o Brasil convoca e integra práticas e representações dos vários povos que se cruzam no seu território. Concluirei esta análise com a abordagem de um quarto texto, *A Jangada de Pedra*, de José Saramago, que difere das anteriores obras em pontos fundamentais, mas que se encontra com elas na importância conferida aos processos de representação identitária²³.

A Ibéria à procura de si mesma

Os mecanismos retóricos usados por Saramago são bastante diferentes dos que encontramos nos textos anteriores. Neste caso, o autor serve-se de uma parábola para pensar não a natureza de um povo, o português, mas sim o lugar simbólico da Ibéria no mundo. É claro que, em última instância, a natureza de um lugar depende da natureza de quem o habita, mas o que queremos sublinhar é que, neste caso, a especificidade étnica não é colocada no centro da explicação. A Península navega sem que nenhuma vontade explícita a comande, como se tivesse vontade própria, mas correspondendo, ao mesmo tempo, a um desejo colectivo inconsciente:

Não se pode fugir à Natureza. Esta sentença, apesar de tão pouco original, caiu no goto, as pessoas europeias, quando falavam da antiga península ibérica, encolhiam os ombros e diziam umas para as outras, Que é que se há de fazer, eles são assim, não se pode fugir à natureza (SARAMAGO, 1986: 104).

A paisagem étnica é aqui representada de uma forma bem diferente da que observamos em qualquer dos autores brasileiros. Portugal não é um espaço fragmentado, mas, antes, uma entidade destacada de um todo a que pertence e com o qual se reencontra por força do milagre da separação das terras penin-

sulares. As fronteiras políticas reflectem essa situação. Portugal e Espanha estão juntos na mesma jangada, sem que a fronteira que os separa seja tida em conta. Porém, a ruptura que ocorreu nos Pirineus respeitou rigorosamente o traçado fronteiro e Gibraltar permaneceu como lugar-outro, sem lugar na aventura da navegação peninsular. Este tratamento diferenciado das fronteiras políticas revela, sobretudo, a fragilidade das alianças que os interesses tecem. A ligação da Ibéria à Europa depende da vontade do homem, mas isso não obsta a sua artificialidade. É por isso que, “Ainda que não seja lisonjeiro confessá-lo, para certos europeus, verem-se livres dos incompreensíveis povos ocidentais (...) foi, só por si, uma benfeitoria” (SARAMAGO, 1986: 163). Todavia, esta satisfação dos europeus não esgota só por si a relação entre a Ibéria e a Europa. Para lá daquilo que a diferente natureza define, a identidade pode ser também uma questão de vontade, pelo menos a um certo nível. Percebe-se assim a distinção, que afecta toda a Europa, entre os cidadãos política e socialmente dominantes e os jovens rebeldes e solidários, que sob o lema ‘somos todos ibéricos’, provocam desacatos nos seus países. Não se colocando aqui nenhuma questão racial – a esse nível a Península retratada é notavelmente homogénea²⁴ –, em *A Jangada de Pedra* são as distinções sociais que em boa medida operam as fronteiras identitárias. A mais relevante dessas distinções é, para dizer de uma forma clara mas um tanto simplista, a que separa ricos e pobres. Tanto os turistas estrangeiros como os portugueses mais abastados abandonam o país quando o processo de separação da Península se torna evidente. Como se fosse outro o seu compromisso identitário, deixando aos genuínos ibéricos aquele território dotado de vontade própria e gosto pela navegação.

A utopia a realizar, pois é disso que se trata, não passa pela descoberta de uma identidade para

a nação, definindo, em alternativa, dois planos narrativos distintos mas complementares. Por um lado, a reconfiguração da paisagem social, agregada ao projecto de um mundo novo, recomposto do ponto de vista político e social. A invasão dos hotéis algarvios, deixados sem ocupação pelos turistas em fuga, constitui expressão dessa utopia: “Guardas, soldados, amigos, abri bem esses ouvidos, virai para cá a vossa atenção, vós sois, e disso não vos esqueçais, filhos do povo como nós” (SARAMAGO, 1986: 101). A separação física da Península Ibérica significa também a quebra de amarras simbólicas, de tal forma que a partir daí tudo se torna pensável e possível. Sinal do que dizemos é o modo como as pessoas se dispuseram a abandonar tudo em nome dessa utopia que ganha forma com a navegação peninsular: “Mas, então, a sua casa, o seu trabalho, respondiam tranqüilamente. A casa ficou lá, o trabalho há de arranjar-se, são coisas do mundo velho que não devem atropelar o mundo novo” (SARAMAGO, 1986: 144). O segundo plano de realização utópica tem a ver com o sentido da própria navegação que a Península empreende. É que a separação não foi propriamente um acidente geológico, mas sim a manifestação de uma vontade – julgo que se pode dizer que uma vontade geral, ainda que inconsciente. A navegação parece indecisa e sem rumo no começo, mas finalmente encontra o seu lugar de ancoragem:

A península parou o seu movimento de rotação, desce agora a prumo, em direcção ao sul, entre a África e a América Central (...) e a sua forma, inesperadamente para quem ainda tiver nos olhos e no mapa a antiga posição, parece gêmea dos dois continentes que a ladeiam (SARAMAGO, 1986: 323).

Em *A Jangada de Pedra* é Espanha, sobretudo algumas das suas regiões, como Galiza e a Andaluzia, que se agrega a Portugal de modo a produzir

uma identidade alternativa àquela em que o país parece fortemente vinculado – a Europa comunitária do final do século XX. Do mesmo modo, também a África e a América Latina são espaços referenciais para uma Ibéria que se repensa fugindo da órbita e do domínio simbólico da Europa do norte²⁵. O livro de José Saramago, escrito mais de oitenta anos depois de *Os Sertões*, responde, de certa forma, às preocupações de Euclides da Cunha: a falta de “unidade de raça” pode afinal ser redimida. Não o será pela negação ou absorção de nenhuma das componentes étnicas que fundaram o Brasil, mas pelo equilíbrio e estabelecimento de pontes entre elas. À Península Ibérica coube, na narrativa de Saramago, essa tarefa. Faltaria discutir até que ponto essa mistificação traduz algum do espírito que, simultaneamente, assombra e fascina na idéia de lusofonia²⁶. Essa é, porém, uma questão para abordar noutra ocasião.

Notas

- 1 Emprego aqui a ideia de “nação” no sentido em que Anderson (1983: 23) fala de “factor nacional” e “nacionalismo”, ou seja, como um artefacto cultural de um tipo especial.
- 2 Entendimento que se assenta na ideia de que é possível “leer em la literatura, problemas que van más allá de la mera textualidad literaria. La literatura se convierte, así, solo em uno de los espacios em los que investigar la incidencia de movimientos culturales” (GARRAMUÑO, 1997: 20).
- 3 Na pluralidade de discursos que circulam numa sociedade, verificam-se diferentes tons na consideração de eventuais diferenças étnicas que a constituem. São estas diferenças que tornam a literatura um campo atractivo do ponto de vista analítico: “Há, por exemplo, diferenças marcantes entre os discursos que tentam sistematizar o racismo, como os da antropologia física, e os sem dúvida imprecisos, e muitas vezes contraditórios, que falam menos do racismo do que ‘o mostram’” (CRAPANZANO, 2002: 446).
- 4 Este primeiro *corpus* analítico não inclui nenhum autor africano ou timorense por razões que decorrem apenas da fase em que esta investigação se encontra.
- 5 Por *paisagem*, convém precisar, entendo aqui o material de construção de “mundos imaginados, isto é, os múltiplos universos que são constituídos por imaginações historicamente situadas de pessoas e grupos espalhados pelo globo” (APPADURAI, 1996: 51).
- 6 José de Alencar (1829-1877) é autor de uma trilogia de romances “indianistas”: além de *Iracema*, *O Guarani* e *Ubirajara – lenda tupi*. O olhar romântico, como veremos a partir de *Iracema*, é bem evidente neste autor, mas para lá deste aspecto, a sua obra parece ser “um retrato fiel da sua posição política e social: grande proprietário rural, político conservador, monarquista, nacionalista exagerado e escravocrata” (NICOLA, 203: 165).
- 7 A idealização fica bem evidente quando contrapomos esta valorização à realidade demográfica dos índios brasileiros: de cerca de 360 mil na altura da independência, restavam cerca de 100 mil em 1900 (cf. BENASSAR & MARIN, 2000: 479).
- 8 Note-se que a classificação de bons e maus indígenas pode, noutros contextos, depender fortemente das alianças. Por exemplo, este critério verifica-se com nitidez na representação do negro na banda desenhada portuguesa dos anos 60, na qual a fidelidade aos portugueses era condição de ‘civilização’, enquanto a aliança com estrangeiros conferia aos africanos o estigma do selvagismo (cf. CUNHA, L., 1995: 104).
- 9 Esta associação é notada também por Sérgio Buarque de Holanda (1936: 42): “escritores do século passado, como Gonçalves Dias e Alencar, iriam reservar ao índio virtudes convencionais de antigos fidalgos e cavaleiros, ao passo que o negro devia contentar-se, no melhor dos casos, com a posição de vítima submissa ou rebelde”. Também Gilberto Freyre (1933: 22), quando compara as índias às mouras encantadas do imaginário europeu, segue este caminho: “estas tinham também os olhos e os cabelos pretos, o corpo pardo pintado de vermelho, e, tanto quanto as nereidas mouriscas, eram doidas por um banho de rio onde se refrescasse a sua ardente nudez e por um pente para pentear o cabelo. Além de que, eram gordas como as mouras. Apenas menos ariscas: por qualquer bugiganga ou caco de espelho se estavam entregando de pernas abertas, aos ‘caraíbas’ gulosos de mulher”.
- 10 Uso a grafia empregue por José de Alencar, mas o termo que hoje prevalece é *potiguara*, reportado a um grupo indígena do litoral da Paraíba.
- 11 A luta pela independência nas colônias americanas deixou de lado, quase sempre, os escravos negros, ou mesmo aqueles que já se tinham libertado dessa condição (cf. ANDERSON, 1983: 80).
- 12 Foi na qualidade de correspondente do jornal *O Estado de São Paulo* que Euclides da Cunha conheceu a realidade de Canudos, local onde ocorrem os acontecimentos descritos.
- 13 Canudos não era senão uma fazenda abandonada no sertão da Bahia, mas, após a instalação de Antônio Conselheiro, tornou-se uma verdadeira cidade, chegando a albergar entre 15 a 20 mil habitantes. O discurso anti-republicano e, mais ainda, a visão messiânica e as propostas utópicas

- de Conselheiro suscitaram uma forte reacção do governo brasileiro, que se traduziu em quatro campanhas militares, a última das quais, a única vitoriosa, envolveu cerca de dez mil soldados e artilharia pesada.
- 14 Questão bastante central no Brasil da viragem do século: “No Brasil do fim do século XIX que mal acaba de sair da escravatura, por falta de um gesto colectivo que permita a identificação do povo e da nação, a questão da identidade nacional cristaliza-se sobre o tema da raça. E é através desta grelha exclusiva que muitos pensadores sociais se esforçam por interpretar a ‘nação em formação’” (BENNASSAR & MARIN, 2000: 479).
- 15 Veja-se, para o caso português, o que nos diz Pina Cabral (1991: 16): “Deverá ser entre ‘o povo’, e não entre as classes urbanas no poder, que se poderá encontrar a ‘autenticidade nacional’”.
- 16 Para a discussão destes conceitos, cf. Almeida, 2001.
- 17 Um outro texto de Euclides da Cunha é ainda mais claro: “Falta-nos integridade étnica que nos aparelhe de resistência diante dos caracteres de outros povos (...) o caso específico do Brasil exige ainda medidas que contrapesem ou equilibrem a nossa evidente fragilidade de raça, ainda incompleta, com a integridade absorvente das raças já constituídas” (cit. in COUTINHO, vol. I, 1995: 39).
- 18 É isso mesmo que Mário de Andrade afirma em carta que dirige a Manuel Bandeira: “Minha obra toda badala assim: Brasileiros, chegou a hora de realizar o Brasil” (cit. in NICOLA, 2003: 300).
- 19 O termo “tapanhuma” já contém em si uma forte ambigüidade, pois tanto designa uma tribo lendária pré-colombiana, como os negros africanos que se refugiavam na selva (cf. LOPES, 1988: 460). Todavia, a base etnográfica, ou pelo menos a fonte de inspiração a que recorre Mário de Andrade é bastante objectiva. Trata-se da descrição das lendas dos índios Taulipang e Arecuná feita pelo naturalista alemão Koch-Grünberg (ANDRADE, 1928: 11).
- 20 Sobre a relação entre negros e índios em regiões remotas do Brasil e correspondente miscigenação, que pode estar por detrás da cor da pele de Macunaíma (cf. GOMES, 2002).
- 21 Notar, todavia, que muito embora o estilo literário de Alencar seja bastante ‘clássico’, recorre permanentemente a um vocabulário ‘tropicalista’, usando muitos termos e expressões indígenas.
- 22 Por exemplo, Francisco Gomes Brandão, futuro visconde de Jequitinhonha, mudou o seu nome para Francisco Gê Acaiba Montezuma (BENNASSAR & MARIN, 2000: 478).
- 23 Minha intenção inicial, devo confessá-lo agora, era mais ambiciosa e passava pela constituição de um *corpus* analítico mais amplo, a partir do qual fosse possível confrontar, para diferentes tempos históricos, a expressão literária da identidade étnica portuguesa com a brasileira. Na impossibilidade de fazê-lo, o texto de Saramago serve apenas como sugestão de um rumo que não pôde ser seguido nesta ocasião.
- 24 Como nota Vale de Almeida (2001: 162), “raramente, a ‘nação portuguesa’ é, ela própria, discursada como miscigenada e mestiçada”.
- 25 Gilberto Freyre vê o português como pouco europeu, mas diferente do castelhano (cf. OLIVEIRA, 2001: 201). Mas, Sérgio Buarque de Holanda (1936: 14) encontra indecisão na identidade ibérica: “região indecisa entre a Europa e a África, que se estende dos Pirineus ao Gibraltar”.
- 26 Evoco aqui uma interpretação possível, mas não exclusiva da lusofonia. A interpretação que a vê “como conceito geoestratégico englobante [que] serviria para marcar a ‘cultura’. Ela ficaria para os ‘outros’, como algo que os portugueses deixaram ou deram” (ALMEIDA, 2001: 183).

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, José de (1865), *Iracema*. São Paulo: Editora Moderna, 1991.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (2001), “Saudades de si mesmo. Hibridismo/miscigenação/mestiçagem e identidade nacional”, in SANTOS, Boaventura Sousa; COHN, Amélia & CAMARGO, Aspásia (org.), *Brasil-Portugal. Entre o passado e o futuro, o diálogo dos 500 anos*. Rio de Janeiro: EMC edições, p. 161-190.
- ANDERSON, Benedict (1983), *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: edições 70, 2005.
- ANDRADE, Mário de (1928), *Macunaíma, o herói sem nenhum carácter*. Lisboa: Antígona, 1998.
- APPADURAI, Arjun (1996), *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema, 2004.
- BENNASSAR, Bartolomé & MARIN, Richard (2000), *História do Brasil*. Lisboa: Teorema.
- CABRAL, João de Pina (1991), *Os contextos da antropologia*. Lisboa: DIFEL.
- COUTINHO, Afrânio (ed.) (1995), *Euclides da Cunha. Obra completa*, 2 vol. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- CRAPANZANO, Vincent (2002), “Estilos de interpretação e a retórica de categorias sociais”, in MAGGIE, Yvonne & REZENDE, Claudia Barcellos (orgs.), *Raça como retórica. A construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 443-457.
- CUNHA, Euclides da (1902), Os Sertões (*Campanha de Canudos*), in COUTINHO, A. (ed.), Euclides da

Cunha. *Obra completa*, vol. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p.97-601.

CUNHA, Luís (1995), “A imagem do negro na banda desenhada do Estado Novo. Algumas propostas exploratórias”, *Cadernos do Noroeste*, vol. 8 (1), p. 89-112.

FREYRE, Gilberto (1933), *Casa-Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

GARRAMUÑO, Florência (1997), *Genealogias culturais. Argentina, Brasil y Uruguay en la novela contemporánea (1981-1991)*, Rosário: Beatriz Viterbo editora.

GOMES, Flávio dos Santos (2002), “Amostras humanas: índios, negros e relações no Brasil colonial”, in MAGGIÉ, Yvonne & REZENDE, Claudia Barcellos (orgs.), *Raça como retórica. A construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 29-81.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1936), *Raízes do Brasil*. Lisboa: Gradiva, 2000.

LOPES, Têlé Porto Ancona (1988) (coord.), *Macunaíma, o herói sem nenhum carácter*. Edição crítica. Florianópolis: Editora da UFSC.

MARTINS, Moisés (2004), “Lusofonia e lusotropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários”, comunicação apresentada no X Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa, São Paulo.

MATTA, Roberto da (2001), “Dilemas aculturativos e democracia na virada do milénio: considerações muito gerais e intuitivas sobre o caso do Brasil”, in SANTOS, Boaventura Sousa; COHN, Amélia & CAMARGO, Aspásia (org.), *Brasil-Portugal. Entre o passado e o futuro, o diálogo dos 500 anos*. Rio de Janeiro: EMC edições, p. 149-160.

NICOLA, José e (2003), *Literatura brasileira*. São Paulo: Scipione.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (2001), “Ordem e progresso”, in SANTOS, Boaventura Sousa; COHN, Amélia & CAMARGO, Aspásia (org.), *Brasil-Portugal. Entre o passado e o futuro, o diálogo dos 500 anos*. Rio de Janeiro: EMC edições, p. 191-214.

SARAMAGO, José (1986), *A Jangada de Pedra*. Lisboa: Caminho, 2002.

VERTENTES TEÓRICAS SOBRE EMPREENDEDORISMO EM SHUMPETER, WEBER E McCLELLAND: NOVAS REFERÊNCIAS PARA A SOCIOLOGIA DO TRABALHO

Introdução

É bastante diversificado o conjunto de definições do termo empreendedorismo. Grosso modo, é a capacidade de alguém que toma iniciativa, busca soluções inovadoras e age no sentido de resolver problemas econômicos ou sociais, pessoais ou dos outros, mediante a constituição de empreendimentos econômicos e sociais. Pode ser, também, o processo de criar algo com valor, dedicando o tempo e os estudos necessários, arcando com os custos financeiros, desgastes psíquicos e sociais e recebendo, eventualmente, as recompensas da satisfação e independência econômica das pessoas (SANDRONI, 2005; HIRICH e PETERS, 2004).

O ato de empreender não significa apenas criar propostas, inventar produtos ou processos, produzir teorias, engendrar melhores concepções e oferecer

valores positivos e construtivos para a sociedade. Significa concretizar maneiras de produzir e distribuir riquezas por meio de idéias, conhecimentos, teorias,

EDUARDO GIRÃO SANTIAGO*

RESUMO

O atributo de ser empreendedor, no final do século XX e início do século XXI tem sido um apelo muito forte no mundo do trabalho. Trata-se da senha que prepara os trabalhadores para assumirem a ação do auto-emprego e não mais a posição de serem empregados. Este artigo, adotando uma dinâmica interdisciplinar no campo da Sociologia do Trabalho, estabelece diálogos teóricos entre Schumpeter, Weber e McClelland, respectivamente, as vertentes econômica, sociológica e psicológica, que envolvem o tema do empreendedorismo no modelo de acumulação flexível de capital.

Palavras-chave: sociologia do trabalho, empreendedorismo, capitalismo.

ABSTRACT

The attribute of being entrepreneurial at the end of the twentieth century and the beginning of the XXI century has been a very strong appeal in the world of work. This is the password that prepares workers to take the action of creative self-employment rather than to employees. This paper, adopting a dynamic interdisciplinary field of Sociology of Work provides theoretical dialogues between Schumpeter, Weber and McClelland respectively the economic, sociological and psychological involving the issue of entrepreneurship in the model of flexible accumulation of capital.

Keywords: Sociology of Work, entrepreneurship, capitalism.

* Doutor em Sociologia. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará (UFC).

artes e filosofia. Nas palavras de Dolabela,

Empreender é um processo humano, com toda a carga que isso representa: ações dominadas por emoção, desejos, sonhos, valores, ousadia de enfrentar as incertezas e de construir a partir da ambigüidade e no indefinido; consciência da inevitabilidade do erro em caminhos não percorridos; rebeldia e inconformismo; crença na capacidade de mudar o mundo; indignação diante de iniquidades sociais. Empreender é, principalmente, um processo de construção do futuro (DOLABELA, 2003: 29).

Este autor extrapola o conceito de empreendedorismo (ação empreendedora) para todas as atividades, lucrativas ou não. Assim, no Governo e no Terceiro Setor são os empreendedores que, por meio da cooperação, imaginação criadora e ousadia, produzem valores a partir dos recursos escassos ou inexistentes. São empreendedores os pesquisadores

que, com visão diferente sobre o seu objeto de trabalho, transformam conhecimento em riquezas. Também são empreendedores os heróis anônimos

da economia que teimam em criar micro e pequenas empresas, originando valores humanos e econômicos para a coletividade.

A bibliografia que versa sobre o tema empreendedorismo refere-se um conjunto de atributos pessoais e psicológicos do ser empreendedor. Neles, incluem-se: a iniciativa, a autoconfiança, a aceitação do risco, o destemor perante o fracasso, a capacidade de decisão e de assumir responsabilidades, a energia, a automotivação e entusiasmo, o otimismo e a persistência. Parte dos autores garante que muitas pessoas já nascem com maior propensão para o empreendedorismo; outras não têm tantos talentos, mas isso não quer dizer que não possam aprender e desenvolver habilidades empreendedoras.

O termo empreendedorismo provém da palavra francesa “entrepreneur”. Entre os estudiosos, há quem considere Marco Pólo como o mais remoto empreendedor, pelo fato de ter se caracterizado como um aventureiro desbravador, correndo riscos físicos e emocionais (CARDOZO e BARBOSA, 2005). A bibliografia ainda registra que o emprego da palavra empreendedor, significando empresário, ocorreu no século XVII, por meio da história militar da França. O termo era usado como referência a pessoas encarregadas de liderar expedições militares (TOMECKO, 1992).

No século XVIII, o termo “empresário” foi concebido num contexto de negócios, referindo-se a alguém que compra mercadorias e serviços, pagando por eles um preço certo, objetivando vendê-los, no futuro, cobrando por eles preços incertos (RICHARD CANTILLON, 2002). Essa definição parece ter sido satisfatória durante algum tempo, até que no século XIX o pensador Jean Baptiste Say, autor do pressuposto de que a produção cria a sua demanda, descreveu a função empresarial, salientando o fato de os agentes produtivos conciliarem os

fatores de produção com os esforços voltados para o gerenciamento e para os riscos associados ao empreendimento (SAY, 1983).

No início do século XX, depois de o economista e sociólogo Joseph Schumpeter haver definido o empresário empreendedor como agente central no processo de mudanças socioeconômicas, é que os estudiosos se deram conta da importância desse elemento transformador, pelo fato de ser a inovação a função mais importante do empresário empreendedor, personagem que toma a iniciativa de mudar os modelos tecnológicos básicos e de demanda da economia para um ciclo efetivo de desenvolvimento.

O tema do empreendedorismo foi revalorizado nos anos 1980. Uma conjunção de fatores, com destaque para a automação e a aplicação intensiva dos avanços no campo da sociedade do conhecimento e nas formas de produção, favorece o aumento da produção, instalando-se, com efeito, um novo paradigma técnico-econômico que formata outro modelo de produção baseado no empreendedorismo. É, portanto, no final do século XX que começa a ganhar força o conceito de economia empreendedora, que, associado às demais determinações da Era do Conhecimento, criou uma valorização do profissional criativo, inovador e capaz de trabalhar para si mesmo, em pequenas unidades produtivas.

É indiscutível que a prática e a ideologia do empreendedorismo são disseminadas como base de sustentação da empregabilidade, na perspectiva do auto-emprego. Isto é próprio da acumulação flexível, que, segundo Harvey, se caracteriza

(...) Pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível

vel envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 2002: 140).

A bibliografia em torno do tema em apreciação registra a existência de três grandes vertentes teóricas que demarcam as discussões sobre o empreendedorismo. A primeira, representada pelo economista e sociólogo Schumpeter, que fundamenta o empreendedorismo e o espírito empreendedor como vetor essencial para constituir a empresa e o desenvolvimento. A este respeito, convém conhecer a interpretação de Celso Furtado sobre o “espírito empreendedor”, proposto por Schumpeter:

O espírito de empresa, elemento central no pensamento schumpeteriano, surge como uma categoria abstrata, independentemente do tempo e de toda ordem institucional. É, aparentemente, um dom do espírito humano, assim como a propensão para a troca de Adam Smith. O empresário seria fenômeno de todas as organizações sociais, da socialista à tribal (FURTADO, 1977: 47).

A segunda vertente, composta pelos comportamentalistas, como McClelland e Tomecko, que destacaram atributos humanos e psicológicos – como a criatividade, a intuição e a motivação –, para tentar compreender o porquê das pessoas empreendedoras. Esta demarcação, entretanto, não é assim tão precisa, uma vez que o próprio Schumpeter analisa os aspectos não econômicos do empresário empreendedor, ao destacar a importância de “compreender o comportamento humano, a saber, analisando os motivos característicos de sua conduta”. Mesmo

enveredando para este ângulo de análise, Schumpeter advertiu para a grande resistência de alguns autores que faziam objeções contra a intromissão do economista na Psicologia. (SCHUMPETER, 1982:63).

Na terceira vertente, destaca-se o historiador e sociólogo Max Weber, que buscou respostas nos traços pessoais e nas atitudes dos indivíduos, recorrendo aos sistemas de valores e ações econômicas para explicar o devotamento ao trabalho e à prática do empreendedorismo, aqui entendido como o “espírito do capitalismo”.

Abordagem schumpeteriana sobre empreendedorismo

A concepção de Schumpeter acerca do empreendedor diz respeito àquele que combina capital e trabalho como fatores de produção articulados; prevê a permanente criação de produtos e serviços; descobre fontes de matérias-primas e estabelece formas de organização.

O espírito empreendedor não é somente a coragem ou disposição para implantar um negócio. Está intimamente ligado à inovação a serviço do crescimento, à exploração de um nicho de mercado imperceptível para muitos. É esse ciclo renovável que alimenta as possibilidades de expansão da economia. Esse conjunto é que motiva o empresário empreendedor para a plena liberdade de ação culminando, freqüentemente, com a “destruição criativa”. Para melhor compreensão, eis a concepção schumpeteriana a respeito do desenvolvimento:

(...) Entendemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mu-

danças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica. (...) O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente (SCHUMPETER, 1982: 47).

Na compreensão de Schumpeter, toda a constituição do desenvolvimento (mudanças espontâneas e descontínuas no canal do fluxo circular, perturbações do centro de equilíbrio) aparece na esfera da vida industrial e comercial, e não na textura das necessidades dos consumidores de produtos finais.

Isto quer dizer que, “é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daqueles que tinham o hábito de usar” (SCHUMPETER, 1982: 48). O desenvolvimento, para Schumpeter é, sobretudo, a realização de novas combinações produtivas descontínuas. É o próprio autor em foco quem enu-

mera e qualifica as novas combinações produtivas, quais sejam:

1. a introdução de um novo produto ou melhoria da qualidade de um existente;
2. a introdução de novos métodos de produção (um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada em uma nova descoberta científica, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria);
3. a abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes ou não;
4. a conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, mais uma vez independentemente do fato de essa fonte já existir ou ter que ser criada; e
5. o estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio (SCHUMPETER, 1982: 48).

Entendo que, quando um empresário empreendedor põe em prática, em um determinado ciclo produtivo, uma ou várias das inovações há pouco descritas está dando à sociedade uma “resposta criadora”. Tal situação opõe-se à “resposta adaptativa”, aqui entendida como integrante de fase de pouco dinamismo do sistema produtivo, vale dizer, “quando uma economia reage a um aumento de população, simplesmente adicionando nos empregos já existentes novos braços à força de trabalho, ou uma indústria reage a uma medida protecionista” (SCHUMPETER, 1976:31). Para esse autor, a “resposta criadora” transforma situações econômicas definitivamente, ou, noutro

modo de entender, as situações que cria não se ligam àquelas que deveriam existir na sua ausência.

Outro aspecto essencial relacionado à inovação, no entendimento de Schumpeter, é que:

Produzir novas coisas não é apenas um processo distinto, mas é um processo que produz conseqüências, as quais formam uma parte essencial da realidade capitalista. A completa história econômica do capitalismo seria diferente do que é se novas idéias tivessem sido regular e correntemente adotadas, naturalmente por todas as firmas para cujos negócios elas fossem relevantes. Mas isso não aconteceu. Na maioria dos casos, apenas um homem ou alguns deles vêem as novas possibilidades e estão aptos a lutar contra as resistências e dificuldades com que a ação sempre se encontra, fora dos caminhos normais da prática (SCHUMPETER, 1976: 36).

A grande reputação de Schumpeter repousa na expressão de sua autoria denominada “destruição criativa”. Ora, as tecnologias inovadoras destroem produtos, e, ao mesmo tempo, criam outros. O novo produto ocupa o espaço do velho produto e novas estruturas de produção destroem antigas. Na concepção schumpeteriana, é perceptível a idéia de que o progresso decorre deste ato destruidor/criativo. Os empresários empreendedores são responsáveis pelo rompimento do fluxo circular da economia para uma economia dinâmica, competitiva e geradora de oportunidades. Esta dinâmica promove permanente estado de inovação, mudança, substituição de produtos e criação de hábitos de consumo. A destruição criativa, traduzida pelo próprio Schumpeter (1982: 64), significa também uma dinâmica calcada na ação empresarial cuja “tarefa característica – teórica e historicamente – consiste precisamente em demolir a velha tradição e criar uma nova”. Ela é res-

ponsável pelo crescimento econômico de um país (MENEZES: 2003).

Para Schumpeter, entretanto, a pressuposição segundo a qual empreendimento é “a realização de combinações novas”, conceitua os empresários como “indivíduos cujas funções é realizá-las” (SCHUMPETER, 1982: 54). Mais ainda, atribui a função de empresário

(...) Não apenas aos homens de negócios ‘independentes’ em uma economia de trocas, que de modo geral são assim designados, mas todos que de fato preenchem a função pela qual definimos o conceito, mesmo que sejam, como está se tornando regra, empregados ‘dependentes’ de uma companhia, como gerentes, membros da diretoria etc., ou mesmo se o seu poder real de cumprir a função empresarial tiver outros fundamentos, tais como o controle da maioria das ações (SCHUMPETER, 1982: 54).

O inusitado nessa discussão é o fato de que Schumpeter não utilizou o termo “empreendedor”. Atribuiu, contudo, o vocábulo “empresários” (empreendedores) para aqueles que põem em prática as combinações ou inovações.

O empreendedor pode, também, trabalhar por conta de outrem, principalmente por conta do empresário. Nesta gama de variações, podemos encontrar empresários pouco empreendedores, como empreendedores não-empresários e, até mesmo, funcionários públicos com vocação empreendedora. De todo modo, Schumpeter sentencia:

Alguém só é empresário quando efetivamente ‘levar a cabo novas combinações’, e perde esse caráter assim que tiver montado o seu negócio, quando se dedicar a dirigi-lo, como outras pessoas dirigem seus negócios. Essa é a regra, certamente, e assim é tão raro al-

guém permanecer sempre como empresário através de sua vida ativa, quanto é raro um homem de negócios nunca passar por um momento em que seja empresário, mesmo que seja em menor grau (SCHUMPETER, 1982: 56).

Na linha de compreensão acerca do conceito de empresário schumpeteriano, Cardoso se pronuncia, assinalando:

(...) O conceito de empreendedor na análise schumpeteriana é, pois, como ele mesmo diz mais lato e mais restrito que a noção corrente. Ao mesmo tempo que não se liga diretamente à categoria de capitalista, podendo abranger 'gentes', membros de 'juntas diretivas' e outros tipos de assalariados de uma companhia, não inclui todos os industriais ou administradores: depende da capacidade inovadora que efetivamente possuam. Em consequência, a função do empreendedor não pode ser herdada, nem é uma posição na empresa ou na sociedade, que possa exprimir-se como uma categoria profissional ou classe (CARDOSO, 1972: 24).

Em suma, é o próprio Schumpeter que acentua ser o funcionamento do sistema econômico um “fluxo circulatório”, aqui entendido como um quadro regular de combinações de fatores de produção dentro de “possibilidades naturais”. A alteração desse quadro regular, mediante a introdução de novas combinações, “é uma função especial e constitui privilégio de um tipo de pessoas muito menos numerosas que todos aqueles que têm a possibilidade objetiva de desempenhá-la”. Assim, assevera que “os empreendedores constituem um tipo especial e o seu comportamento um problema específico, a força motriz de um grande número de fenômenos importantes” (SCHUMPETER, 1982: 58-59).

Acredito que o perfil do empreendedor schumpeteriano está mais ou menos delineado. É o indivíduo que quebra a cadência da normalidade produtiva, introduzindo novos paradigmas (resposta criadora, destruição criativa, inovações radicais etc.) aos sistemas produtivos.

O empresário empreendedor estabelece processos revolucionários pelo fato de racionalizar todo e qualquer aspecto de sua empresa. A despeito dessas possíveis influências, Schumpeter advertiu: empresárias são pessoas que tomam a iniciativa de mudar os modelos tecnológicos básicos e de demanda da economia em um ciclo de destruição criativa.

A motivação do empresário corresponde à vontade de conquistar, ao impulso para lutar, para mostrar-se superior aos outros, para ter êxito pela simples razão de alcançar tal objetivo, e não apenas visando aos frutos do êxito em si.

Max Weber: ação econômica inovadora e o espírito do capitalismo

Max Weber, ao relacionar a filiação religiosa com a estratificação social, partiu de uma constatação basilar: na região por ele estudada no vale do Ruhr, na Alemanha, geralmente os filhos dos católicos foram levados a optar por carreiras profissionais no campo das ciências humanas, enquanto os protestantes escolhiam as carreiras e funções técnicas. Assim, Weber percebeu que os protestantes se destacavam como industriais dirigentes empresariais e técnicos de nível superior. A partir daí, baseado em pesquisa, concluiu que alguns ramos do protestantismo (calvinismo, pietismo, metodismo e seitas batistas), por causa de sua fé e da ética que proferiam, deram uma importante contribuição para a formação do espírito que impulsiona a economia ocidental moderna (WEBER, 2002: 38-41). A asserção

propugnada por Weber fundamenta-se, segundo as suas palavras:

A explicação desses casos é, sem dúvida, a de que as peculiaridades mentais e espirituais adquiridas do meio ambiente, especial do tipo de educação favorecido pela atmosfera religiosa da família e do lar, determinaram a escolha da ocupação, e por isso, da carreira. A menor participação dos católicos na vida moderna de negócios na Alemanha é tão notável justamente porque contraria a tendência observada em todos os tempos, até mesmo no presente (WEBER, 2002: 39).

Com a finalidade de determinar aquilo que Weber denominou “espírito do capitalismo organizado e racional”, vale conhecer algumas referências em seus estudos que refletem esse espírito. Refiro-me às famosas máximas de Benjamim Franklin que constituíram a seiva do desenvolvimento do capitalismo ocidental, a saber:

“Lembre-se que tempo é dinheiro”;

“Lembre-se do ditado: ‘O bom pagador é dono da bolsa alheia’”;

“Lembre-se que o dinheiro é de natureza prolífera e geradora. O dinheiro pode gerar dinheiro”;

“As menores ações que possam afetar o crédito de um homem devem ser levadas em conta. O som do teu martelo às cinco da manhã ou às oito da noite, ouvido por um credor, te tornará favorável por mais seis meses, mas se te vir à mesa de bilhar, ou ouvir tua voz na taverna quando deverias estar no trabalho, cobrará o dinheiro dele no dia seguinte, de uma vez, antes do tempo”;

“Aquele que mata uma porca prenhe destrói sua descendência até a milésima geração”;

“Aquele que desperdiça uma coroa destrói tudo aquilo que ela poderia ter produzido, até muitas libras” (WEBER, 2002: 46).

Os preceitos de Franklin, analisados por Weber, engendram a religião secular do trabalho. O primeiro e maior mandamento é o de trabalhar de modo mais árduo possível, durante o máximo de tempo possível para se ganhar o máximo de dinheiro possível. As predições de Franklin indicam que o pecado seminal é perder tempo e capital. A disciplina monástica e ascética estabelece que o dinheiro ganho pelo devotamento ao trabalho não deve ser gasto em divertimento, conforto e nos desvios mundanos, mas diretamente investido para produzir mais dinheiro.

Portanto, a interpretação weberiana acerca dos preceitos de Franklin aponta para virtudes como: a frugalidade, a laboriosidade, a pontualidade nos pagamentos e a fidelidade nos acordos, enfim, predicados que só aumentam a acumulação de capital (WEBER, 2002: 46-49).

A essência dessa filosofia da avareza, que deve ser praticada pelo indivíduo com crédito permanente e aumento contínuo de seu capital, não deve ser considerada um fim em si mesma. A este respeito, Weber nos diz:

De fato, o que nos é aqui pregado não é apenas um meio de fazer a própria vida, mas uma ética particular. A infração de suas regras não é tratada como uma tolice, mas como um esquecimento do dever. Essa é a essência do exposto. Não se trata de uma astúcia de negócios, o que seria algo comum, mas de um ethos. E essa é a qualidade que nos interessa (WEBER, 2002: 48).

Na perspectiva de estabelecer um diálogo entre Schumpeter e Weber, o *leitmotiv* teórico será em torno dos sujeitos que dão vida ao “espírito do capitalismo” weberiano e o “espírito de empresa” schumpeteriano, esse último já comentado neste artigo. Para melhor entender a ação social do sujeito que atua

no “espírito do capitalismo”, devo me reportar à referência feita por Weber ao quadro de transição das antigas relações de produção, nas quais o modo de vida era tradicional; a margem de lucro era tradicional; tradicional a quantidade de trabalho e tradicional o modo de regular as relações de trabalho. Esse “tradicional” significava acomodação, a vida prazenteira dessas relações descritas se desmoronando, pois surgira uma nova dinâmica instalada por um agente que Weber classifica como inovador, e, em alguns momentos, como empreendedor. Vejamos, pois, a sua descrição:

Algum jovem de família de produtores vindos de outra cidade escolheu com cuidado os tecelões para empregados, aumentou enormemente o rigor da supervisão sobre o trabalho e os transformou de camponeses em operários. Por outro lado, teve também de mudar seus métodos de comercialização final; além disso, assumiu os detalhes em suas mãos, cuidou pessoalmente dos clientes visitando-os anualmente e, acima de tudo adaptou a qualidade do produto diretamente às necessidades e gostos desses clientes. Começou, ao mesmo tempo, a introdução da política de preços baixos e alto giro. Repetiu-se aqui o ocorrido em todos os lugares e sempre como consequência do processo de racionalização: aqueles que não seguiram o mesmo processo tiveram que sair do negócio. O estado idílico desmoronou sob pressão de uma amarga e competitiva batalha, criaram-se fortunas consideráveis que não foram aplicadas a juros, mas sempre reaplicadas no negócio. A antiga atitude prazerosa e confortável para com a vida cedeu lugar a uma rígida frugalidade, da qual alguns participaram e chegaram ao topo, pois que eles não queriam consumir, mas ganhar, enquanto outros, que quiseram conservar o modo de vida antigo, foram forçados a cortar seu consumo (WEBER, 2002: 59).

É este o agente da transição para o capitalismo moderno que, segundo Weber, trabalhava para si mesmo, produzia o próprio capital e o suprimento monetário para os próprios fins; mas que, nem sempre, teve a sua entrada em cena de modo pacífico. Desconfiança, ódio e indignação moral foram atitudes dos homens de negócios tradicionais em relação aos primeiros “inovadores” (WEBER, 2002: 60).

O empreendedor, na visão weberiana é, ainda, aquele empresário que demonstra “a capacidade de se livrar da tradição comum, um tipo de iluminismo liberal”, fadado ao sucesso. Segundo ele, o tipo ideal do empreendedor capitalista que atuou na Alemanha

(...) Não tem qualquer relação com arrivismo mais ou menos refinado. Ele evita a ostentação e gastos desnecessários, assim como regozijo consciente do próprio poder, e fica embaraçado com as manifestações externas de reconhecimento social que recebe. Seu modo de vida, em outras palavras, distingue-se muitas vezes, e teremos de investigar o significado histórico desse fato importante por certa tendência ascética, como parece com bastante clareza na pregação de Franklin por nós citada (WEBER, 2002: 61).

David McClelland: motivação realizadora e iniciativa empresarial

Numa perspectiva interdisciplinar, a análise sobre a influência do comportamento humano nas relações de trabalho ajudou-me a entender melhor o complexo mundo do empreendedorismo. Assim, faz-se necessário conhecer o pensamento do psicólogo David McClelland, vigoroso defensor da motivação realizadora voltada para a iniciativa empresarial. Para ele,

O empresário é uma pessoa que organiza e mantém um negócio, arcando com os riscos

por visar lucros. É alguém que exerce algum controle sobre os meios de produção, produzindo mais do que pode consumir, a fim de vender ou trocar a sua produção por renda individual ou familiar (McCLELLAND, apud TOMECKO, 1992: 3).

McClelland contribuiu por demais no sentido de estabelecer um elo entre a iniciativa empresarial e o crescimento econômico. Em seu famoso livro *The Achieving Society* (1961), esse autor tentou estabelecer a relação entre o progresso econômico e a existência de uma “necessidade popular de realização”, em uma determinada cultura. Precisamente, McClelland dedicou-se ao estudo da relação entre as necessidades de realização, poder e afiliação e o comportamento humano.

A necessidade de realização é definida como “conseguir realizar algo difícil. Dominar, manipular ou organizar objetos físicos, seres humanos ou idéias. Superar obstáculos e atingir um alto padrão. Rivalizar e superar os outros” (SCHULTZ e SHULTZ, 2002: 188, apud MORALES, 2004: 39). O próprio McClelland, por sua vez, entendia que a necessidade de realização é “o desejo de fazer algo melhor ou mais eficientemente do que já tenha feito anteriormente” (McCLELLAND, 1976:100, apud MORALES, 2004: 39).

A necessidade de poder é definida como “necessidade de controlar o ambiente. Influenciar ou dirigir o comportamento de outros por sugestão, sedução, persuasão ou comando. Fazer os outros colaborarem. Convencê-los de que sua opinião é correta” (SCHULTZ e SCHULTZ, 2002: 188, apud MORALES, 2004: 40).

Por fim, a necessidade de afiliação é descrita como “aproximar-se e colaborar com prazer e retribuir a um aliado que se pareça com a própria pessoa, ou seja, alguém que goste dela. Aderir e permanecer

leal a um amigo” (SCHULTZ e SCHULTZ, 2002, apud MORALES, 2004: 40).

A partir do conceito de necessidade de realização (need of achievement ou “n ach”), McClelland identificou nos empreendedores e executivos bem-sucedidos uma alta “n ach”. Mais ainda, as sociedades que apresentam expressivos contingentes de pessoas com “n ach” tendem a apresentar, também, alto patamar de desenvolvimento econômico. Estas pessoas, em geral, correm riscos moderados nas suas decisões e têm desinteresse por trabalhos repetitivos e rotineiros (MCCLELLAND, 1962; 1967; 1970; 2000 apud MORALES, 2004: 40).

Morales adverte para a idéia de que empreendedores e gerentes, atuando em organizações complexas, devem liderar e persuadir outras pessoas para que façam as coisas de forma correta na organização. Assim, é de se esperar que os empreendedores e executivos denotem alta motivação pela necessidade de poder (“n power”). Ancorado em McClelland, informa que aqueles que tinham alta “n ach” e baixa “n power” concentravam o seu foco na melhoria das pessoas, em fazer melhor as coisas por si, vale dizer, queriam fazer as coisas, eles próprios (MORALES, 2004: 41).

A necessidade de afiliação (“n affiliation”) constituiu-se atributo relevante no comportamento dos empreendedores. Vejamos como Morales se pronuncia:

Segundo McClelland (2000), o desejo de atingir rapidamente as metas estabelecidas, presente nas pessoas com alta “n ach”, pode levá-las a valer-se da máxima ‘os fins justificam os meios’, trapaceando ou usando meios social ou eticamente condenáveis para atingir os resultados. A presença do ‘n affiliation’ refreia este impulso, pois o interesse em ser aceito e amado pelo grupo ou por determinadas pessoas com as quais se identifica ‘choca-se com a possibilidade de

rejeição com punição por atos condenáveis pelo grupo'. No caso dos gerentes, uma 'n affiliation' muito baixa pode significar um estilo 'institucional' de gerência, onde a lealdade é maior com a empresa do que com as pessoas (MORALES, 2002: 42).

McClelland fundamentou os seus princípios teóricos do comportamento dos empreendedores em percucientes estudos históricos e literários, produzidos em diferentes épocas, pinçando imagens relacionadas com a força realizadora dos povos. Segundo Tomecko,

As imagens relacionadas com a força realizadora encontrada em histórias populares foram classificadas de acordo com o número e a intensidade das referências feitas a realizações extraordinárias, a concorrência com padrões de excelência impostos pelo próprio indivíduo, ao envolvimento em longo prazo e ao desejo de obter êxito em concorrências com outras pessoas (TOMECKO, 1992: 5).

Esta citação me ajuda a compreender certa extravagância metodológica para fundamentar os estudos de McClelland sobre as sociedades realizadas. É sabido que esse autor empregou alguns indicadores, desde o controvertido método de registrar o crescimento do número de usuários de energia elétrica até o exame um tanto misterioso da qualidade e do conteúdo de urnas funerárias em cemitérios da civilização pré-incaica (TOMECKO, 1992: 6).

Seguramente, McClelland, Schumpeter e Weber prestaram significativas contribuições teóricas no campo da iniciativa empresarial e do fomento ao empreendedorismo como estratégias de crescimento econômico. Por exemplo, o conceito de “outra direcionalidade”, emitido por McClelland, tão propalado nas sociedades emergentes, consiste na evidência de que as forças que mantêm os sistemas tradicionais de

valores estão dando lugar e ensejando um novo sistema mais “popular” que favorece as pessoas à redefinição das suas relações pessoais. Nesse sentido,

McClelland afirmava que a quebra de tradições motiva uma abordagem mais liberada das relações tanto das pessoas quanto com o mercado. Esta liberdade fomenta a interação criativa e o comportamento empresarial, gerando novas idéias e novas normas no seio da sociedade, ao mesmo tempo em que modifica o ambiente, estimulando outras mudanças, inovações e conseqüente crescimento. A maior contribuição prestada por este trabalho foi a mudança radical ocorrida na teoria, uma vez que passou a pôr em evidência um modelo de comportamento empresarial mais dinâmico, no qual o empresário tanto era um produto da sociedade quanto um iniciador de normas sociais (TOMECKO, 1992: 6).

Tais observações são bastante relacionadas com os princípios básicos da “destruição criadora”, ou resposta criadora, de Schumpeter. Podem ser entendidas, como situações semelhantes: o indivíduo motivado para a iniciativa empresarial de Weber, o inovador schumpeteriano, que destrói sistemas convencionais, e as pessoas estimuladas a exercer a força realizadora de McClelland.

Este último autor ganhou notoriedade porque apresentou recomendações específicas para criar uma cultura favorável ao crescimento da iniciativa empresarial. Segundo Tomecko (1992), McClelland entendia ser necessário desenvolver um sentimento nacional voltado para a força realizadora, divulgar amplamente as realizações de vulto, envolvendo, inclusive, os meios de comunicação de massa.

Em segundo lugar, estimular o feminismo como um contrapeso em relação à figura autoritária do pai de família, considerando, sobretudo, o fato de

que a história não registra nenhum caso de progresso sem que tenha havido a emancipação da mulher. Por fim, sugere implantar treinamentos específicos voltados para a motivação realizadora de executivos. Isto, certamente, consolidou a fama de McClelland no tema do treinamento empresarial.

A fundamentação desse treinamento partia da premissa de que, para estimular o comportamento empresarial, era preciso entender no que consistem os motivos e que estes são aprendidos, e que nem mesmo desconfortos biológicos ou sentimentos de prazer ocorrem se não estiverem ligados a “estímulos” que provoquem um reconhecimento da presença ou ausência desses fenômenos. Assim, Tomecko alerta para o fato de que

A reação é quase que a mesma do cachorro na experiência de Pavlov, que salivava cada vez que ouvia o sinal que anunciava as suas refeições. Várias expectativas juntas vão-se desenvolvendo em torno de determinadas experiências até um ponto em que se tornam o motivo. Em cada indivíduo, os motivos são organizados obedecendo a uma hierarquia de força ou importância. Quanto mais uma pessoa pensa sobre determinado motivo, mais forte ele é. Com base nessa afirmação, a maneira de se mudar a motivação de alguém é alterar a hierarquia de motivos existentes. Os meios normalmente aceitos em treinamentos eram: a frequência da recompensa em troca do comportamento desejado, a significância dos materiais aprendidos, exercícios, calor humano e simpatia por parte do facilitador, uso de bom senso e do prestígio para sustentar um argumento e apoio a mudanças ocorridas através de afiliação a um grupo de referência (TOMECKO, 1992: 7).

McClelland foi um dos pioneiros na aplicação da teoria da iniciativa empresarial, objeti-

vando aparelhar programas públicos de fomento ao desenvolvimento de pequenos negócios como estratégia de potencialização do crescimento econômico. Talvez, por isso haja insistente disseminação da cultura empreendedora, da formação básica em técnicas da gestão de negócios, associada aos conhecimentos tecnológicos tradicionalmente ministrados por instituições educacionais e de fomento a microempresas.

O sentido desses cursos repousa na formação de profissionais mais bem preparados para o atual mercado de trabalho, seja como empreendedores conduzindo o próprio negócio, ou até mesmo funcionários inseridos no competitivo mercado de trabalho. Afinal, a visão contemporânea do empreendedorismo está vinculada ao conceito de competência, concebida esta como a capacidade pessoal para realizar eficientemente uma tarefa. São fatores de competência: saber (conhecimento); saber fazer (habilidade); e querer fazer (atividade ou valor). Competência pode ser entendida, também como empregabilidade (DUARTE, 2002), pois a formação do empreendedor significa a aquisição de conhecimentos, habilidades, experiências, capacidade criativa e inovadora.

Ser empreendedor: viés emancipatório ou compulsório para a inserção no mercado de trabalho contemporâneo?

O discurso e a apologia do empreendedorismo no Brasil começaram na década de 1990. Antes disso, pouco se falava em empreendedorismo, tampouco no termo microempreendedor.

Os diversos programas de apoio a negócios informais referiam-se aos “microprodutores”, às microunidades informais de produção e, finalmente, a expressão dos media “pequenas empresas, grandes

negócios”, título do programa do SEBRAE Nacional, veiculado na Rede Globo de Televisão.

A mudança no mercado de trabalho brasileiro, marcadamente a partir dos anos 1990, demonstrou que a retração do nível de emprego e a alteração do conceito de empregabilidade são os vetores que apontam para o empreendedorismo como forma de inserção no mercado de trabalho, fundamentalmente o de pequeno porte.

Nessa linha de pensamento, é cabível aqui apresentar as argumentações sobre o desenvolvimento do empreendedorismo de pequeno porte.

É nos territórios – urbanos ou rurais – que podem ser implantadas políticas voltadas a mobilizar as energias necessárias a que a pobreza seja significativamente reduzida, por meio do fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte. A vitória sobre a pobreza depende, antes de tudo, do aumento das capacidades produtivas e da inserção em mercados dinâmicos e competitivos dos milhões de famílias cuja reprodução social se origina em seu trabalho “por conta própria”. O alargamento dos horizontes contidos nesta proposição só pode vir de uma política nacional que estimule a ampliação dos vínculos sociais localizados dos que hoje estão em situação de pobreza e este é o sentido maior da noção de desenvolvimento territorial (ABRAMOVAY, 2003: 2).

Abramovay não entende que o empreendedorismo seja algo que aconteça isoladamente, de forma teleológica. Pelo contrário, para ele, o empreendedorismo de pequeno porte pressupõe ambientes locais que favoreçam a ampliação dos investimentos produtivos das famílias vivendo hoje em situação de pobreza. Em outras palavras, esse ambiente local é o território, “entendido como expressão de formas localizadas de interação social, cujo fundamento

não se encontra apenas em relações de mercado” (ABRAMOVAY, 2003: 2).

É interessante aqui buscar uma compreensão acerca da expressão “empreendedorismo de pequeno porte”, cunhada por Abramovay. Na perspectiva desse autor, parece estranho o uso do vocábulo empreendedorismo para denominar atividades da economia popular perto da linha de pobreza. Admitindo que a teoria shumpeteriana não contém o conceito de “empreendedorismo de pequeno porte”, reconhece, entretanto, que “mesmo se opondo à orientação shumpeteriana, a idéia de empreendedorismo de pequeno porte encontra respaldo em outras tradições teóricas”. Assim, esse tipo de empreendedorismo pode fundamentar-se em Say; este assinala que o empreendedor é aquele que compra por um preço certo e vende por um preço incerto; ou em Hayek, para quem o empreendedorismo envolve não apenas risco, mas, sobretudo, conduz a uma descoberta das condições produtivas, das oportunidades de mercado por parte dos próprios agentes sociais (ABRAMOVAY, 2003: 5).

Em estudo recente, a Organização das Nações Unidas conclama os países emergentes a desenvolverem programas e políticas de apoio aos empreendedores. Adverte para a realidade dos pequenos negócios como estratégia de combate à pobreza:

As ações do empresariado abrangem as diretrizes de gestores multinacionais e de grandes empresas nacionais, mas, também as de indivíduos que operam informalmente em pequenas comunidades (...) O pequeno empreendedor é um elemento tão importante do setor privado quanto uma corporação multinacional, fazendo-nos reconhecer que o setor privado já ocupa uma posição central na rotina das pessoas pobres, e que detém o poder de melhorar suas vidas. Orientamos a fazer uso das inovações tecnológicas,

organizacionais e gerenciais do setor privado, para melhorar as condições de vida dos pobres (...) As grandes empresas constituem uma parte indispensável da economia privada, mas os próprios pobres são igualmente importantes. Muitas vezes, eles mesmos são os empreendedores, frequentemente por necessidade, exercendo uma atividade informal e amarrados a negócios precários. Nós compartilhamos a visão de que ambientes empresariais orientados para o mercado abrangem diversas formas de empresas, que coexistem em relações simbióticas (...) O microempreendedorismo é uma forma comum de emprego em muitos países em desenvolvimento. Quase todas as microempresas trabalham fora do sistema legal, contribuindo para difundir a informalidade (...) Em muitos países em desenvolvimento, as mulheres constituem a maioria dos microempreendedores da economia informal, e um percentual significativo do setor formal. Muitas delas são analfabetas. Construir suas próprias empresas – geralmente microempresas – é a única possibilidade de obterem trabalho e auferirem renda (ONU, 2004: 7-15).

O que chama a atenção do relatório da ONU é o determinismo neoliberal eivado de soluções transplantadas de dinâmicas empresariais efetivadas noutras bases para corrigir uma situação socioeconômica dos países subdesenvolvidos. O que se observa nas políticas direcionadas para o segmento dos “empreendedores pobres” é que elas portam pacotes e conteúdos repletos de categorias simbólicas da atual acumulação capitalista flexível, tais como: empreendedorismo, empregabilidade, inovação, competitividade, competência, apologia ao mercado e ao setor privado etc. E o que é mais interessante é a aplicação desses treinamentos de iniciativa empresarial em realidades socioeconômicas distintas dos países de onde provêm, geralmente materializadas

por manuais de emancipação social fundados no livre empreendedorismo do setor privado, como a própria ONU reconhece ser a única saída. Esse discurso institucional não é apenas da ONU. Mais ou menos na mesma linha de pensamento, estudo recente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizado no leste asiático e na América Latina, assegura que as motivações pessoais mais importantes para a criação de pequenos empreendimentos econômicos são “a auto-realização”, “o desafio de enfrentar mudanças contínuas” e o de “contribuir para a sociedade”.

A análise do documento ora referido deixa claro que o BID estabelece forte relação entre empreendedorismo e desenvolvimento, ao propugnar a noção de que “novas empresas contribuem de forma significativa para o desenvolvimento econômico, mormente nos países em desenvolvimento”. E mais, continua a argumentação desta agência de desenvolvimento: “Ao ter sucesso, os novos empresários criam empregos, expandem segmentos de mercado, aumentam a produção de bens e serviços e dinamizam a economia das comunidades onde operam” (BID, 2002: 6-11).

Seguindo o mesmo diapasão da ONU e do BID, o Banco Mundial, lastreado na premissa de que as empresas da economia informal enfrentam as mesmas restrições que as outras empresas (direitos de propriedade, corrupção, imprevisibilidade de políticas, e acesso limitado a financiamentos), recomenda políticas que acarretem

Menos barreiras à divulgação de novas idéias, inclusive barreiras à importação de equipamentos modernos, e um ambiente que promova os processos competitivos que Joseph Schumpeter chamou de ‘destruição criativa’- um ambiente no qual as empresas têm oportunidades e incentivos para testar

suas idéias, esforçar-se para obter êxito, prosperar ou fracassar (BANCO MUNDIAL, 2005: 6).

Enfeixando o conjunto de agências internacionais de desenvolvimento que preceituam o fomento ao segmento das pequenas empresas informais empreendedoras, a GTZ (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), a partir de 1979, desenvolveu experiências metodológicas de treinamento empresarial para produtores informais no Nepal, fundamentadas no modelo de David MacClelland. A partir daí, estava constituída a famosa metodologia CEFE (Criação de Empresa e Formação de Empresários), testada em diversos países da África, Ásia e América Latina. O cerne dessa metodologia foi o Treinamento de Motivação de Realização (AMT), que buscava desenvolver e criar um conjunto mental no treinando, de forma que ele pense e atue nos caminhos da realização orientada (correr riscos, estabelecer metas, ter persistência e auto-confiança). (MACHADO, 1995). Essa metodologia se tornou popular na Índia, no Nepal e nas Filipinas, passando por algumas adaptações, de acordo com as circunstâncias culturais destes países.

No início da década de 1990, essa metodologia chega ao Brasil, robustecida pelo acúmulo de experiências aplicadas em cerca de 60 países. O método CEFE é um conjunto de instrumentos que utiliza uma abordagem voltada para a ação de aprendizagem experimental para desenvolver e intensificar o gerenciamento empresarial e as competências pessoais de um vasto conjunto de grupos-alvo, em sua maior parte no âmbito da geração de renda, empregos e desenvolvimento econômico (KOLSHORN e TOMECKO, 1995).

Essa metodologia foi desenvolvida e adotada pelos projetos denominados Pró-Renda Microempresa, nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Ge-

rais, Pernambuco e Ceará, com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação Técnica com a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ).

A disseminação dessa metodologia foi bastante exitosa e se incorporou aos programas de capacitação empresarial de organizações como: SEBRAE, secretarias estaduais e municipais de trabalho, organizações não-governamentais e até algumas faculdades. No Ceará, a metodologia em foco é aplicada, hoje, no programa de apoio ao microcrédito da FUNDESOL, na região do Grande Bom Jardim, na Fundação Caixa do Povo, no Programa Ceará Empreendedor, no programa Crediamigo, do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), dentre outros.

Na febre atual da disseminação empreendedora, via cursos intitulados como “gestão empreendedora”, “como montar o seu negócio”, “empreendedorismo”, “criação de empresa e formação de empresários (CEFE)”, Nascimento e Silva assevera que tais cursos converteram-se em modismo universitário. E mais: reconhece que os seus professores ou facilitadores acumulam fracassos na condução dos próprios empreendimentos, sendo, em geral, empregados em escalões inferiores de empresas que não conseguem interpretar tendências de mercado. O autor em destaque assim se pronuncia:

Uma vez que não consideramos que alguém deliberadamente desenhe um curso, conceba uma idéia ou defina um conceito de forma fraudulenta, estamos propensos a considerar que o empreendedorismo brasileiro é apenas um modismo. Afinal, na busca do novo fó-râneo, pode até valer qualquer coisa, mesmo que sejam idéias ainda incompreendidas e carentes de sólidas estruturas conceituais, de sistemáticas de implementação e modalidades de avaliação. Talvez, a busca incessante, daquilo que mais vende, daquilo que mais impressiona os olhos e inibe a mente, possa

nos trazer mais malefícios do que benefícios, mais frustrações do que satisfação nos faça mais próximos do passado do que qualquer idéia de futuro (NASCIMENTO e SILVA, 2005: 8).

As preocupações de Nascimento e Silva procedem. A cada dia, encontra-se nas livrarias especializadas uma vasta bibliografia de livros de “auto-ajuda”, associados a elementos da administração de empresas que entraram no atraente mercado da “capacitação empreendedora”. Verdadeiros exércitos de profetas do empreendedorismo estão se multiplicando, conquistando candidatos a auto-emprego, bombardeados, ora pelo credo do “empreendedorismo osmótico”, ora pelo apelo religioso dos evangélicos que, cada vez mais, propalam a “teologia da prosperidade”.

Em vista dos encadeamentos lógicos e os seus relacionamentos teóricos contidos neste texto, posso concluir, expressando que há um escopo estruturante que culmina com a mudança do fordismo para o regime de acumulação capitalista flexível, traduzido por conceitos como “destruição criadora”, “quebra de paradigma”, “inovações tecnológicas”, “auto-emprego”, “reengenharia”, “competência e competitividade” e demais atributos que dão consistência ao sistema econômico da modernização flexível, vale dizer, “o fim do capitalismo organizado”.

A essa situação de mudanças permanentes e de incerteza, Harvey expressa o vaticínio segundo o qual,

O movimento mais flexível do capital acen-tua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados no fordismo. Na medida em que a ação coletiva se tornou, em consequência disso, mais difícil – tendo essa dificuldade constituído, com efeito, a meta central do impulso de incremento

do controle do trabalho -, o individualismo exarcebado se encaixa no quadro geral como condição necessária, embora não suficiente, da transição do fordismo para a acumulação flexível (HARVEY, 2002: 161).

Os fundamentos teóricos que moldam a Nova Economia Política, lastreados nos padrões do “homem ideal schumpeteriano”, traem o desejo pessoal daqueles que, porventura, procuram aderir ao comportamento flexível como perspectiva de liberdade, porque a sua busca, fundamentada na repulsa à rotina burocrática, produziu novas estruturas de poder e controle, ao invés de criar as condições que liber-tam o ser humano.

Reinvenção descontínua de instituições, especialização flexível e concentração sem centralização compõem as forças que dobram as pessoas à mudança. Esta tríade de características do capitalismo flexível, muito mais funcional à potencialização da acumulação de capital do que a qualquer mudança emancipatória das relações trabalhistas, é enganadora, porquanto projeta falsa idéia de liberdade.

Ao se observarem os principais elementos constitutivos do pensamento schumpeteriano acerca do empreendedorismo, delineados ao longo deste trabalho, não será difícil estabelecer correspondências com os fundamentos do capitalismo flexível descrito por Sennett, vale dizer: reinvenção descontínua das instituições, especialização flexível e concentração sem centralização.

Isto tem relação estreita com destruição criadora, com as inovações tecnológicas permanentes, os novos hábitos de consumo, as novas formas de organização da produção e as novas maneiras da gestão. O grande apelo de hoje é o ser empreendedor no capitalismo flexível. É flutuar na vida e no trabalho, na incerteza, sempre correndo riscos, à deriva. De certa forma, os nossos antepassados sempre viveram

alguns contextos históricos marcados pela incerteza, como guerras, pestes, fome, descontroles econômicos e outros infortúnios temporários. O inusitado, agora, é estar à deriva, navegando na incerteza e, principalmente, considerar ser normal a instabilidade, decorrente da prática cotidiana de um vigoroso capitalismo (SENNETT, 2005: 33).

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo (2003). “Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte”. Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Relatório Final. Fortaleza: BNB / IICA / MDA / BANCO MUNDIAL. Mimeo.
- AZEVEDO, Belmiro Mendes de (2004). “Inovação e empreendedorismo”. Palestra proferida no Ciclo de Conferências – Empreender. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (2002). *Empreendedorismo em economias emergentes: criação e desenvolvimento de novas empresas na América Latina e no Leste Asiático*.
- BANCO MUNDIAL (2005). Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial – um melhor clima de investimentos para todos. Washington D. C.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1972). *Empresário industrial e o desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil.
- CARDOZO, Tavita Rosa; BARBOSA, Marilene Lobo (2005). “Políticas informacionais e práticas pedagógicas para a formação do bibliotecário empreendedor”. Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/v.anais>. Acesso em 26/9/2005.
- DOLABELA, Fernando (2003). *Pedagogia empreendedora*. São Paulo: Editora Cultura.
- DUARTE, G. (2002). *Dicionário de Administração*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC.
- FRANCO, Augusto de (2000). “Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável?”. Separata do número 3 da Revista Século XXI, Brasília: Millenium – Instituto de Política.
- FURTADO, Celso (2000). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra.
- GERANEGÓCIO (2005). “Empreendedorismo”. Disponível em: <http://www.geranegocio.com.br/html/geral/p15c.html>. Acesso em 23/9/2005.
- HARVEY, David (2002). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- HIRICH, Robert D. e PETERS, Michael P. (2004). *Empreendedorismo*. São Paulo: Bookman.
- KOLSHORN, Rainer; TOMECKO, James (1995). *Competência como base de economias, formação de empresa – CEFE*. Eschborn/Alemanha. Mimeo.
- LOURES, Rodrigo Costa da R. (2005). “Aprofundar a política industrial brasileira”. Disponível em: <http://www.fiepr.com.br/News>. Acesso em: 19/9/2005
- MACHADO, Tânia (1995). CEFE – Competência Econômica Através da Formação de Empresários. In: KLAUSMEYER, Alfons (org.). *Introdução a Metodologias Participativas – um guia prático*. Recife: SACTES/DED/ABONG.
- MENEZES, Roberto K. (2006) “Destruição criativa – a contribuição de Schumpeter para o empreendedorismo”. Disponível em: <http://www.cdvhs.org.br/>. Acesso em 18/01/2006.
- McCLELLAND, David (1961). *The Achieving Society*. New York: Free Press.
- _____, David (1962). Business drive and national achievement: Harvard business review. [S.l.:s.n.].
- McCLELLAND, D.; WINTER, D.G. (1970). *Como se motive el éxito econômico*. Ciudad de México: Centro Regional e Ayuda Técnica de la Agencia para el Desarrollo Internacional.

(2000).
Human motivacion. Cambridge: Cambridge
University Press 2000.

MORALES, Sandro Afonso (2004). Relações entre
competências e tipos psicológicos Junguianos nos
empreendedores. Tese de Mestrado – Universidade
Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

NASCIMENTO e SILVA, Daniel (2005). “O
Empreendedorismo como modismo universitário”.
Disponível em: [www.admbrasil.com.br/arti-
modismo.htm](http://www.admbrasil.com.br/arti-modismo.htm). Acesso em 23/9/2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)
(2004). “Desencadeando o empreendedorismo”.
Relatório para o Secretariado Geral das Nações
Unidas. New York

RICCA, José Luiz (2004). SEBRAE: o jovem
empreendedor. In: *Revista de Estudos Avançados*
(IEA) USP, n. 51.

SANDRONI, Paulo (1994). *Novo Dicionário de*
Economia. São Paulo: Editora Best Seller.

SAY, Jean Baptiste (1983). *Tratado de Economia*
Política. Prefácio de Georges Tapinos. São Paulo:
Abril Cultural (Coleção Os Economistas).

SCHUMPETER, Joseph A (1976). A resposta
criadora na história econômica. In: Lucas (org.).
Economia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar
Editores.

SCHUMPETER, Joseph A (1982). *Teoria do*
desenvolvimento econômico: uma investigação sobre
lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São
Paulo: Abril Cultural.

SENNETT, Richard (2005). *A corrosão do caráter*.
Rio de Janeiro: Record.

TOMECKO, Jim (1992). *Como entender e promover*
a iniciativa empresarial. Manual de treinamento
sobre a metodologia CEFE. Fortaleza: SINE/CE –
GTZ. Projeto Prorenda Microempresa.

WEBER, Max (2002). *A ética protestante e o espírito*
do capitalismo. São Paulo: Editora Martin Claret.

A AMÉRICA LATINA E A MODERNIDADE CONTEMPORÂNEA. UMA INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA

De: José Maurício Domingues

A América Latina e a Modernidade Contemporânea. Uma interpretação sociológica
Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 255p.

Por: MARCOS PAULO CAMPOS CAVALCANTI DE MELLO

Mestrando em Sociologia UFC - Bolsista do CNPq.

A experiência da modernidade ocidental configura-se como objeto de investigação sociológica desde o nascedouro da disciplina. Não seria exagero afirmar que o próprio surgimento da sociologia como ciência vincula-se às transformações engendradas pela modernização ao pensamento humano. Se o estudo do mundo moderno é central na sociologia, seus paradigmas de observação e os temas elencados como preocupação assumem diversas configurações na produção intelectual ao longo do tempo. Perspectivas analíticas diferenciadas também se encontram entre a observação da modernização nos territórios onde ela é fenômeno central e nos lugares em que se expressa como decorrência e experiência específica. A preocupação em compreender os processos particulares de constituição da modernidade na América Latina acompanha José Maurício Domingues na obra em foco.

Ao voltar seu interesse para a modernidade na América Latina, o autor elenca aquilo que compreende ser a terceira fase da experiência moderna no subcontinente como objeto de análise. A proposta, portanto, é a construção de uma interpretação da América Latina na recusa à referência reificada da modernidade que estabelece o modelo de sociedade a ser alcançado pelo subcontinente. Muito menos quer o autor

propor uma teoria da modernização no sentido de elaborar uma teleologia para a história latino-americana. José Maurício busca compreender os processos vivenciados pela região na condição de integrada ao centro do desenvolvimento moderno sem, contudo, dispor de poder para interferir na direção da modernização apontada pelo seu epicentro. Domingues recupera a distinção centro-periferia introduzida por Raúl Prebisch no estudo sociopolítico do subcontinente. Nesse sentido, o autor volta-se para o entendimento dos giros modernizadores que operam a constituição da América Latina, seja como projetos coletivos bem definidos e racionalizados (centrados), seja como ocorrência dispersa, mais ou menos intencional, de pontos de vista coletivos (descentrados). Isso decorre da postura adotada na obra sobre as especificidades da modernização nas regiões em que ela se faz na articulação de influências externas e arranjos locais, caso da América Latina. O capitalismo é entendido na condição de instituição-chave da análise, mas não como operador exclusivo do mundo social constituído no subcontinente desde a chegada do colonizador em 1942.

A compreensão geral da modernidade no subcontinente em análise é um projeto intelectual construído por Domingues sem desaguar numa

perspectiva latino-americanista. Em verdade, o trabalho do autor é uma teoria sociológica da modernidade com foco em seu desenvolvimento na América Latina. Com isso, espera auxiliar a renovação da sociologia sobre a modernidade, bem como, assume a postura de diálogo crítico com o pensamento moderno. Marx, Weber, Giddens e Habermas são interlocutores permanentes de José Domingues que se autodefine como integrante de um ramo da teoria crítica em um engajamento ambivalente com a modernidade.

O argumento desenvolvido pelo autor coloca-se em três capítulos. O primeiro trata dos direitos, da justiça e da institucionalidade jurídica forjada para dar respostas às questões postas pela demanda social da Região. Domingues aponta um jogo dialético entre instituições e imaginários, na conformação de blocos históricos atravessados por indivíduos e subjetividades coletivas. A cidadania como inspiração ou como prática social é analisada nesse jogo dialético. Instituições, para o autor, são os arranjos mais sedimentados da vida social, por conseguinte, menos sujeitos à contingência. Imaginários são idéias socialmente difundidas, capazes de influenciar a práxis social, apesar de possuírem caráter mais mutável e dinâmico. Os dois últimos séculos da América Latina representam um esforço incansável de giros modernizadores na perspectiva da cidadania em franca disputa com tentativas de impedimento advindas de forças sociais vinculadas à dominação e, portanto, democraticamente limitadas. O ímpeto liberal, quase utópico, presente nas independências pelas quais passou a Região no século XIX, é assumido pelo autor como marco da primeira fase de nossa modernidade organizada sob a forma do Estado nacional. O desafio da formação nacional não

deixou de conter as permanências não-progressistas da ordem social anterior, constituindo um modelo restrito de modernidade, no qual foi solapada a manifestação de indivíduos e grupos desejosos do aprofundamento da *liberdade igualitária* cuja tradução em cidadania e democratização encontra-se no cerne dos valores modernos.

Na América Latina, imposições oriundas da herança escravista, das formas de dominação pessoal e da ausência de tradição contratual se colocaram para o estabelecimento da justiça. As lutas políticas que sucederam às independências colocaram em questão o liberalismo e o revelaram demasiado estreito para dar conta da demanda social e dos direitos políticos cerceados pela disseminada oligarquização.

A segunda fase da modernização do subcontinente pode ser caracterizada pela inserção débil de direitos sociais, atuação desenvolvimentista do Estado na economia e incorporação dos trabalhadores na vida nacional por meio do corporativismo. Os direitos sociais surgem como forma de aplainar as tensões sociais e não como elemento substantivo para a coesão das formações nacionais. A integração das coletividades fora realizada pela ação econômica do Estado de cunho desenvolvimentista. Essa foi a expressão do keynesianismo – na Europa, nomeado Estado do Bem-estar – no subcontinente cuja parceria com o corporativismo permitiu o movimento ‘nacional-popular’ que atravessou a Região por todo o século passado. O corporativismo latino-americano implicava direitos tutelados e maior controle estatal sobre as organizações dos trabalhadores. Isso até a ascensão autoritária ocorrida no sentido de impedir o avanço de dimensões progressistas para além do ‘nacional-popular’ que complementou a modernização no plano econômico.

A crise da modernidade estatalmente organizada eclode no mundo europeu por conta do descompasso entre o Estado do Bem-estar e a produção fordista, em relação às mudanças ocorridas no padrão global de acumulação. Na América Latina, essas mudanças convergem com a redemocratização marcada pela retomada organizativa dos trabalhadores e o surgimento de novos atores na política, articulados fora do campo do trabalho. A cidadania afirmou-se e ganhou espaço no imaginário social em mobilizações que resultaram em avanços significativos no plano da institucionalização de direitos políticos e sociais. O caráter tardio da regulação social latino-americana, associado ao declínio da classe trabalhadora devido a mudanças na economia mundial, concorre na produção de uma formação social plural e fragmentada. A expressão progressista dessa caracterização seriam os movimentos sociais que permearam o tecido social e político de novas demandas por direitos, vinculadas estas a construções identitárias das mais diversas ordens. Ganham destaque as identidades produzidas pela politização de segmentos da população rural, configurando e atualizando a chamada questão agrária no subcontinente; embora sociedades historicamente violentas possam expressar descontentamento social por meio do crime e da violência gratuita ou organizada.

A modernidade não se atualiza, novamente, sem a persistência de relações clientelistas, apesar de sua burocratização. O *clientelismo burocratizado*, como diz o autor, não é remanescência do passado, mas sim uma modernização auspiciosa de velhas fórmulas comprometedoras da democratização, em longo prazo. Aí reside um aspecto pouco explorado na análise da vida mais recente da Região marcada pela experiência do neoliberalismo. Esse veio a

desmantelar o já débil Estado latino-americano. O pluralismo social mobilizador enveredou por uma maior institucionalização, com o surgimento de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e pela relação de parceria com o Estado que dela necessita, visto que desmontou sua estrutura de atenção social. A modernidade se fez mais complexa em sua terceira fase, apontando uma esfera pública complexa, marcadamente desigual e hierarquizada.

No plano especificamente jurídico, reformas dos judiciários nacionais processaram-se com o impulso de agências internacionais fortalecidas na última fase do mundo moderno. Avanços democráticos como o Ministério Público – um corpo estatal específico, com grande autonomia, e representativo dos interesses da sociedade, criado na Constituição brasileira de 1988 – e a defesa de maior pluralismo jurídico no subcontinente tensionam permanentemente com a privatização da justiça e os *giros modernizadores* que têm no jurídico o apoio para a manutenção de desigualdades. A cidadania, portanto, afirma-se como substância em conflitos e lutas sociais.

O foco da análise de Maurício Domingues volta-se, no segundo capítulo do livro, para a temática “desenvolvimento econômico latino-americano”. Para ele, a Região não tem sido bem sucedida na tarefa de integrar-se à nova economia globalizada. Claro está que não será possível reproduzir na América Latina os estágios atravessados pelos países centrais. A crise e o posterior abandono do desenvolvimentismo não foram sucedidos por outro projeto de fortalecimento das economias nacionais. Ao contrário, o neoliberalismo internacionalizou, subordinadamente, alguns setores das frágeis economias do subcontinente em mercados de competição estrangeira, aumentando o controle

e a dependência externos da economia latino-americana. O autor considera que desde seu início a América Latina esteve conectada ao fluxo global de *commodities* primárias e metais preciosos. A produção econômica voltada para o mercado externo deixou de lado a tarefa de estabelecer um mercado interno consumidor para a sustentabilidade econômica do subcontinente. Havia ainda a combinação entre domínio oligárquico, estrutura agrária desigual e escravismo.

A segunda fase de nossa modernidade assumiu a tarefa interna como condição da industrialização dependente ocorrida, sobretudo, por conta da ação estatal desenvolvimentista e da política de substituição de importações. As indústrias mecânica, química, elétrica e petroleira se constituíram núcleo da ofensiva modernizadora. O pensamento social também impulsionou a industrialização nas duas formulações do chamado 'estruturalismo histórico'; são elas: o estruturalismo cepalino e a teoria da dependência. Contudo, havia o problema do mercado interno. Esse se relaciona diretamente com os históricos baixos padrões de consumo das populações latino-americanas. O escravismo e a economia informal mantiveram boa parte das massas urbanas e rurais distantes de um consumo mínimo da produção interna. Esse processo retardou a acumulação necessária à industrialização e manteve a desigualdade social alta no subcontinente. A indústria estabeleceu-se centrada na exportação de produtos primários e na produção de bens de consumo leves. Para compreender a transformação da economia latino-americana, sobretudo a mudança pela qual passa devido às transformações do regime mundial de acumulação, Domingues aponta a perspectiva regulacionista. Essa põe em foco os arranjos

nacionais construídos para dirigir o regime de acumulação e garantir a compatibilidade do sistema e das decisões de política econômica.

A estratégia neoliberal opera como desregulamentação dos mercados, flexibilização das relações de trabalho e desautorização da regulação interna das economias nacionais. Na América Latina, soma-se ao exposto a existência de uma massa de mão-de-obra desqualificada que não se encaixa na categoria de 'exército de reserva', pois não está preparada para assumir postos de trabalho em curto prazo. O impasse da inovação tecnológica necessário ao avanço da modernização econômica da região, base da crise desenvolvimentista, foi solapado pela quase obrigatória 'reprimarização' do tecido econômico latino-americano como forma de participação no mercado mundial. Recoloca-se a questão agrária em novos marcos; ou seja, as relações sociais que envolvem o regime de propriedade necessário para a produção primária em larga escala num subcontinente internacionalizado por meio do agronegócio.

A ofensiva neoliberal, segundo Maurício Domingues, delinea a produção econômica latino-americana em três condições: industrialização da produção de commodities manufaturadas (Brasil e Argentina); regiões 'maquiladoras' onde a produção se faz com alta tecnologia de empresas transnacionais voltadas para o mercado externo (México e América Central) e economias agrárias no restante do continente. Há exceções, mas, em geral, a paisagem econômica expressa já um esgotamento do modelo neoliberal, pela incapacidade de sua desregulação atender às demandas sociais de trabalhadores informais, desempregados e formalmente precarizados não-integrados ao mercado interno, nem mesmo pelo consumo.

O terceiro e último capítulo da obra configura a contemporaneidade como construção democrática na qual três projetos sociais estão em disputa. Estes são nomeados de *autoritário*, *neoliberal* e *progressista*. Em relação aos tais projetos é que devem se posicionar as *subjetividades coletivas* de que fala Maurício Domingues.

A noção de *subjetividades coletivas* é construída pelo autor para fugir da dicotomia entre ação individual e ação coletiva. O conceito visa renovar as acepções de classe social, etnicidade, raça, geração e gênero porque fala de construções simbólicas do real cujos sentidos orientam as ações sociais de indivíduos e grupos, frente aos três projetos em disputa na terceira fase da modernidade na América Latina. As *subjetividades coletivas* se constroem no terreno fragmentado do tecido social resultante da mudança nos padrões de acumulação, da ampliação das escolhas e dos processos privados de construção identitária nessa última fase da modernidade. Assim, o autor afasta-se de uma leitura pós-modernista do momento contemporâneo e aproxima-se de Giddens na classificação do presente como uma fase particular da modernização.

As classes populares figuram na linha de frente da construção do projeto progressista, sobretudo após sua inserção no espaço público em que pesam os movimentos de gênero, de bairros e de luta pela terra. Mais recentemente, a questão ambiental e *subjetividades coletivas* como homossexuais e jovens também participam da produção política que luta pelo avanço da

democratização. Os autoritários em sua base agrária ou militar continuam a atuar como força de atraso, inclusive porque seu histórico na região vincula-se à supressão de liberdades e da própria democracia, bem como, à manutenção ou renovação de domínios pessoais. O neoliberalismo como projeto de internacionalização dos setores modernizáveis – elites empresariais, industriais e alguma fatia da classe média – disputa no subcontinente a direção do investimento público e a agenda das economias nacionais. Todos esses projetos enfrentam-se numa esfera pública midiaticizada e buscam a adesão do conjunto da sociedade para programas de coesão nacional reafirmadores da importância de uma instituição tipicamente moderna: o Estado nacional. Está na arena política o possível surgimento de novos blocos históricos capazes de produzir na América Latina uma modernização que dê conta da tarefa de produzir uma solidariedade complexa num subcontinente de tecido social tão heterogêneo.

O autor aposta na criatividade molecular gestada nos movimentos pela redemocratização latino-americana como *subjetividades coletivas* em que o novo pode surgir como *giro modernizador*, promotor de melhores condições de vida e desenvolvimento para a Região. A elaboração teórica e o material empírico articulado na construção do argumento de Maurício Domingues fazem de sua leitura uma tarefa indispensável aos que desejam compreender a contemporaneidade latino-americana.

CINISMO E FALÊNCIA DA CRÍTICA

De: Vladimir Safatle

Cinismo e Falência da Crítica. São Paulo: Boitempo, 2008.

Por: DAVID MORENO MONTENEGRO

Cientista Social, mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), bolsista do CNPQ. Pesquisador do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS). E-mail: david_careca@yahoo.com.br

O poder da dialética hegeliana aliada a uma sólida base teórica psicanalítica – de orientação lacaniana –, além de um rigoroso resgate das reflexões adornianas sobre a ideologia, constituem as armas duma poderosa crítica, elaborada por Vladimir Safatle, desferida contra os processos de racionalidade entendidos como estruturadores de valores e critérios normativos de julgamento, intersubjetivamente partilhados, nas sociedades capitalistas contemporâneas. Em *Cinismo e Falência da Crítica*, o autor ocupou-se em expor os impasses gerados pelas transformações capitalistas, quando da necessidade imperiosa do sistema em legitimar-se, nas mais variadas esferas da vida social, com a peculiaridade de promover uma ironização de seus próprios pressupostos legitimadores que se ancoram numa *racionalidade cínica*. O cinismo, portanto, é considerado pelo autor categoria fundamental para se compreender de que maneira, nas sociedades capitalistas “pós-ideológicas”, é possível perceber a legitimação de práticas e condutas que parecem subverter seus princípios normativos orientadores sem, contudo, implicar desagregação dos vários processos de socialização.

No primeiro ensaio, *Dialética, Ironia e Cinismo*, Safatle recupera discussão realizada por Hegel, em seu monumental *Fenomenologia do Espírito*,

a respeito do embate entre a dialética e a ironia romântica. Trata-se, inicialmente, de estabelecer os limites e zonas de interdeterminação conceitual entre estas noções que guardam relevantes momentos de aproximação e afastamento. Em épocas em que os sujeitos são confrontados com realidades históricas em crise de legitimação, ou seja, incapazes de responder às expectativas de validade com aspirações universalizantes, mas que não contam com uma nova estrutura de legalidade, estão dadas as condições materiais propícias ao aparecimento das formas irônicas.

Entretanto, apesar de a dialética e a ironia compartilharem a característica de serem modos de enunciação e apresentação da contradição entre efetividade e conceito, ação prática e enunciado valorativo, na condição de formas privilegiadas de estetização de sujeitos não-substanciais, afastam-se na medida em que a ironia, ao fim e ao cabo, apenas pode produzir uma certa *ironização geral das condutas*, figura mesmo da perpetuação da crise de legitimidade que conserva no interior das esferas sociais de valores aquilo que não mais possui legitimidade, promovendo uma redução da dimensão dos fenômenos a um *jogo negativo de aparências*. Ao contrário, a dialética deve comportar capacidade de negação que possa deslindar o

processo de não-adequação entre o ser do sujeito e os objetos da dimensão do empírico sem, contudo, saturar o ser do sujeito no interior do campo fenomenal. Assim, o jogo da “subjetividade irônica prenuncia o advento de uma subjetividade flexível, pensada fundamentalmente como jogo de máscaras e fragilização de identidades fixas” (SAFATLE, 2008, p. 41). Na esteira do que preconizou a recuperação da ironia pelo romantismo alemão, antevista por Hegel, como estetização de um processo mais geral de intersubjetividade das aspirações da modernidade, estariam lançadas as bases do que contemporaneamente Safatle compreende por racionalidade cínica, caracterizada pela intersubjetividade dos modos de indexação entre critérios normativos e conseqüências da ação. Desse modo, numa época caracterizada por uma consciência compartilhada da desagregação da substância normativa social, porém que impõe exigências de autenticidade ao agir individual dos sujeitos, torna-se mais claro um processo de indeterminação constante estetizada sob a forma da ironização.

Em *Was ist Zynismus?*, já pressupondo todo o percurso filosófico realizado no primeiro ensaio, o autor desenvolve argumento que subverte a noção clássica a respeito dos fenômenos da alienação e da falsa consciência, mormente, quando tomados como pressupostos para a compreensão dos significados objetivos da ação dos sujeitos, em um claro esforço em conjugar crítica social e crítica da razão. Numa perspectiva “clássica”, na medida em que o conhecimento mais profundo das reais estruturas que determinam a reprodução da vida material dos indivíduos não pode ser apreendido em sua complexidade prescrita nas várias esferas de valores da vida social num dado momento histórico, engendra-se uma situação de relações

sociais marcadas pela reificação, recobertas ainda por um véu ideológico que impediria os sujeitos de vislumbrarem uma estrutura marcada pela essencialidade, uma vez que a ideologia é pensada como recalçamento de seus próprios pressupostos, o que representaria um óbice ao movimento de passagem da aparência para a essência.

Entretanto, o processo de recalçamento operado pela ideologia, no sentido de encobrir seus pressupostos como forma de garantir a efetividade e legitimidade de suas postulações, estaria em declínio na sociedade contemporânea na medida em que “o poder não teme a crítica que desvela o mecanismo ideológico (...) porque aprendeu a rir de si mesmo” (SAFATLE, 2008, p. 69), procedimento que lhe permitiu, mesmo tendo seu segredo profanado, continuar a exercer seu domínio sobre os destinos das ações dos sujeitos. Desse modo, estaríamos diante de “sociedades que aparentemente não fariam mais apelos à reificação de metanarrativas teleológicas enquanto fundamento para processos de legitimação e validade de estruturas da ação racional” (SAFATLE, 2008, p. 69). Assim, o cinismo é apresentado como disposição de conduta e valoração capaz de promover significativa estabilidade e interação mesmo em situações de anomia, “uma contradição posta que é, ao mesmo tempo, contradição resolvida” (SAFATLE, 2008, p. 84).

Estaríamos, por assim dizer, diante de certa patologia social presente no interior de nossas formas de vida e ligada a um processo de generalização de estruturas normativas duais? Tentando encontrar resposta a esta indagação, nos diz Safatle:

Talvez estejamos tão acostumados a compreender racionalidade como normatividade que nos espantamos com situações nas quais o acordo intersubjetivo em relação a

critérios e valores não nos leve a um acordo em relação aos modos de aplicá-los ou, ao menos, a maneiras de retirar a ambigüidade de sua aplicação (2008, p. 79).

É nesse terreno em que a racionalidade cínica passa a constituir forma fundamental de exteriorização das estruturas normativas, que integram as dinâmicas de racionalização em operação nas múltiplas esferas de interação social no capitalismo contemporâneo. Assim, segundo o autor, o cinismo torna-se

(...) um problema geral referente à mutação nas estruturas de racionalidade em operação na dimensão da práxis. Há um modo cínico de funcionamento dessas estruturas que aparece normalmente em épocas e sociedades em processo de crise de legitimação, de erosão da substancialidade normativa da vida social (SAFATLE, 2008, p. 13).

Nesse sentido, o cinismo como elemento enunciativo que orienta a práxis age desestabilizando a tão buscada integração coerente entre os critérios normativos que aspiram à validade universal e as situações e casos concretos que pareceriam não se submeter a tais valores e critérios na dimensão concreta cotidiana. Com o cinismo tomado como estrutura racionalizadora de certa práxis social, vislumbra-se a possibilidade de demonstrar que condições transcendentais normativas de julgamento podem ser seguidas, mesmo quando suas designações “normais” possam ser invertidas sem, contudo, levar às últimas conseqüências a contradição entre julgamento e ato. Assim, o cinismo opera certa torção da lei, reduzindo drasticamente a força perlocucionária do enunciado da norma, sem que este processo inviabilize a aplicação, em última instância, de seu poder prescricionário.

Em “Sobre um riso que não reconcilia”, Safatle procede a uma discussão mais aprofundada a respeito dos contornos desta *nova* ideologia capaz de fornecer um instrumental teórico para se pensar as contemporâneas formas de legitimação da ação nas sociedades “pós-ideológicas”. Ora, tomando como pressuposto a fundamental *transformação* de um sistema socioeconômico, que se estruturava sobre um processo de encobrimento do caráter fetichista de determinação do valor, em todas as esferas da vida social – impossibilitado de assumir sua verdadeira natureza encoberta pelo véu da ideologia, responsável por recalcar seus próprios pressupostos – aponta para a necessidade de se pensar as novas formas de manifestação da ideologia, na medida em que o capitalismo se revela agora reprodutor de posturas orientadas por uma racionalidade cínica que, em suas práticas de conduta, passou a não exigir qualquer tipo de fidelidade a seus próprios conteúdos normativos apresentados. É em Adorno que Safatle encontra seu interlocutor privilegiado, por identificar em suas reflexões uma inclinação a perceber o fenômeno da ideologia, não a partir de uma investigação que buscasse refutar teses por meio de uma análise da coerência de enunciados ou mesmo pela identificação de contradições performativas, mas sim “através da análise das disposições de conduta que a ideologia pretende produzir nos sujeitos” (SAFATLE, 2008, p. 99), concluindo, dessa forma, pela necessidade imperiosa de se “compreender que forma de vida esse discurso ideológico pressupõe” (SAFATLE, 2008, p. 99).

Portanto, o autor reconhece as sociedades “pós-ideológicas” como espaços *per excellence* de difusão de construções ideológicas que, não obstante continuem sendo usadas de forma recorrente na legitimação e justificação de condutas e valores sociais, atuam,

contemporaneamente, como construções que se manifestam *sob a forma da ironia*. Não por outro motivo, ao analisar as formas hodiernas de identificação dos sujeitos com os vínculos sociais, atesta que esse processo é marcado pelo advento das *identificações irônicas*, na medida em que os indivíduos não mais são chamados a identificar-se com tipos ideais caracterizados por identidades fixas e determinadas, mas, ao contrário, a todo momento, são convocados a atestar sua distância em relação aos papéis sociais que representam ou mesmo às suas próprias ações que desempenham, rejeitando o que poderia vir a se constituir como engajamento ou certa ética da convicção.

Essa peculiar forma de identificação irônica dos sujeitos aos papéis sociais que representam chega, talvez, ao seu clímax no ensaio “Sexo, simulacro e políticas da paródia”. A partir de uma análise das práticas “subversivas” da norma, tematizadas por Deleuze (masoquismo, fetichismo), Butler (processos de desorientação da diferença binária de sexos) e Agamben (ação política profanadora), as dimensões do corpo e do sexual são discutidas como manifestações que vêm atestar como nossa época desenvolveu “dispositivos disciplinares que são subjetivados de maneira paródica por procurarem levar sujeitos a constituírem sexualidades e economias libidinais que absorvem, ao mesmo tempo, o código e sua negação, a norma e sua transgressão” (SAFATLE, 2008, p. 175), constituindo a paródia, neste íterim, a própria lógica de funcionamento dos dispositivos disciplinares da biopolítica contemporânea. A despeito, entretanto, das elaborações desses autores sobre um suposto poder disruptivo do desejo que nasce da possibilidade de ressignificação de seus fantasmas, como via de proporcionar ao campo político as forças que lhe faltam para romper com

os fantasmas que o colonizam, Safatle propõe a construção de uma política ascética, que exclua do centro de poder o corpo e o sexo, de modo a

(...) afirmar que o poder nada pode dizer sobre eles, que a política nada pode dizer sobre eles. Uma ausência de palavras que mostra como sexo e o corpo são liberados quando eles são postos em um regime de indiferença em relação à diferença. Quando essa indiferença for alcançada, a economia libidinal que hoje é a mola da política poderá ser desativada (SAFATLE, 2008, p. 177).

No capítulo “Por uma crítica da economia libidinal”, a partir de uma leitura psicanalítica, orientada pelas noções de individuação e socialização lacanianas, Safatle parte para uma análise em que identifica mudanças fundamentais em relação aos modos de inscrição contemporâneos da socialização do desejo e constituição das sexualidades que não mais ocorrem nos moldes prescritos pela teoria freudiana clássica do supereu, ancorada na noção de recalamento e repressão. Em seu lugar, a *incitação e administração do gozo* se transformariam na mola propulsora da economia libidinal da sociedade de consumo, que se caracterizaria por processos de socialização não mais vinculados aos desígnios da repressão, em virtude das profundas modificações operadas na função paterna e processos de identificação social. Isto tornou possível certa hegemonização de comportamentos perversos (não compreendidos somente como estruturas nosográficas, portadoras de certos desvios) que promoveriam socializações vinculadas de modo peculiar à lei, uma vez que não reconheceriam, nesta, fundamentos substanciais de suas expectativas normativas capazes de estruturação do campo da sexualidade e do núcleo familiar, comportando,

portanto, a conformação de estruturas duais, de orientação e estruturação dos desejos.

No campo do trabalho, temos um verdadeiro esgotamento da ética do trabalho (Weber) “com suas noções de ascetismo, repressão do prazer polimórfico e de estabilidade de funções, que produz uma fixidez identitária no interior do mundo do trabalho” (SAFATLE, 2008, p. 22). O advento da era da flexibilidade não altera apenas o comportamento dos indivíduos ao realizarem atividades de trabalho ou estabelecerem elos de organização. Também estende seus tentáculos sobre as formas contemporâneas de regulação e fruição do tempo de trabalho e tempo “livre” (ócio) e o estabelecimento de referências identificatórias (estas apresentando cada vez maior fragilidade), num contexto marcado por uma aceleração sem precedentes da produção e circulação de mercadorias. Consolida-se o famigerado “mundo do consumo”. Encontram-se, pois, instituições normativas próprias de uma sociedade disciplinar, mas trazendo em seu bojo dispositivos de controle que absorvem a multiplicidade e a flexibilização, pois “a aspiração à flexibilidade de identidade e à multiplicidade de atividades acopla-se perfeitamente à plasticidade dos modos de ser disponibilizados pela mercadoria” (SAFATLE, 2008, p. 24). Dessa forma, ao tempo em que se assistimos à construção de sujeitos cada vez mais comprometidos com uma racionalidade construída sob a ótica do trabalho, vemos, por outro lado, em curso, uma espécie de processo de anulação paradoxal de contradições e amaciamento de conflitos que se alinham a uma racionalidade dual, característica das sociedades capitalistas contemporâneas, uma espécie de “ontogênese das capacidades práticas dos sujeitos em formas de vida organizadas a partir de uma racionalidade cínica” (SAFATLE, 2008, p. 24).

No último ensaio, “O esgotamento da forma crítica como valor estético”, Safatle procura desvendar um processo em curso, interpretado como falência da forma crítica no plano estético, em função do advento de certa estetização da razão cínica. Partindo de uma análise que busca recuperar os fundamentos do esquema hegemônico de determinação da forma crítica, expoente maior do modernismo, apresenta como pilar do processo de constituição da estrutura da arte moderna sua capacidade de erguer-se através da “estetização da distância que devemos tomar em relação às organizações, aos processos, às representações e aos valores que aparecem de maneira naturalizada [mimetizada] na realidade social” (SAFATLE, 2008, p.180). A arte moderna deveria ser capaz de organizar-se a partir de um afastamento da realidade social naturalizada, negando a incidência de processos miméticos como forma de habilitação a postar-se de modo crítico aos processos de fetichização.

Identificando o campo musical como privilegiado, devido à significativa contribuição, no campo das artes, concernente à racionalização de seu material constitutivo e autonomização da forma e de suas expectativas construtivas legadas a outras esferas da estruturação estética, o autor discute os atuais processos de criação artística, marcados por reducionismos da variabilidade qualitativa dos gêneros sonoros a *imagens sonoras*, utilização de clichês e processos de colagem, reveladores de um ecletismo supostamente não-paradoxal (presentes nas obras de John Adams, Thomas Adès, entre outros), resíduos do que, na música, caracterizou-se por um revigoramento de noções criativas ancoradas no tonalismo e pulsação regular, fenômeno semelhante ao que ocorreu com as artes visuais, na segunda metade do século XX, com seu retorno à mimesis.

Desse modo, através do retorno a um tonalismo outrora virulentamente criticado, movimento chamado pelo autor de *novo tonalismo*, o que se vê é um processo de revitalização de um padrão de criação estético, no campo musical, que já deu provas de seu esgotamento sócio-histórico, frente à sua impotência em se legitimar como fundamento organizador de tonalidades funcionais e de progressão harmônica de maneira segura, uma vez consolidada a emancipação da dissonância nos processos de criação musical. A despeito dos elementos estruturadores duma racionalidade da forma crítica, *através de protocolos de autonomização reflexiva da forma* (SAFATLE, 2008, p.195), fornecidos pela música no século XX ao campo das artes, as evidências deste retorno material a formas esgotadas de representação estética revelariam os elementos denunciadores da falência

de tal racionalidade, por meio de um tratamento paródico do que se coloca como *aparência estética*.

A forma paródica seria sintoma de uma ideologia que se apresenta como ideologia da ironização, na medida em que, ao invés de se mostrar como uma crítica da aparência reificada por meio de uma visão da totalidade da estrutura, organiza-se de modo a submeter todo o seu material constitutivo a um *princípio de estilização*. Assim, valores que integrados ao ideário moderno seriam capazes de produzir obras em condição de criticar materiais e processos de produção artísticos reificados, abandonam esta possibilidade compondo-se destes mesmos materiais, através de sua ironização, produzindo, dessa maneira, uma paradoxal distorção performativa. Aqui, “mesmo o informe pode servir para sustentar uma ordem que vigora por meio de sua própria descrença” (SAFATLE, 2008, p. 200).

Dissertações e teses defendidas no programa de pós-graduação em sociologia, Universidade Federal do Ceará (UFC), entre agosto e dezembro de 2009

Introduzimos nesta edição uma seção informativa na qual passaremos a divulgar, a cada semestre, os títulos dos trabalhos de conclusão de Mestrado e Doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, a cada semestre. Além da autoria de cada tese ou dissertação, informamos o nome do(a) orientador(a), a data de defesa, os componentes da banca examinadora e instituição a que se vinculam. A orientação desses trabalhos cabe, sempre, a um docente do quadro efetivo do Programa.

20/07/2009

A sociologia na sala de aula do Ensino Médio: experiências e expectativas – Mestrado

Autora: **Patrícia Pereira Cunha**

Banca examinadora: Maria Neyára de Oliveira Araújo (orientadora), Danyelle Nillin Gonçalves (Universidade Estadual do Ceará) e André Haguette (UFC).

23/07/2009

O tempo como pena e o trabalho como “prêmio”: o cotidiano dos presos da Penitenciária Industrial Regional de Sobral (PIRS) – Mestrado

Autor: **Robson Augusto Mata de Carvalho**

Banca examinadora: Maria Neyára de Oliveira Araújo (orientadora), Geovani Jacó de Freitas (Universidade Estadual do Ceará) e César Barreira (UFC).

11/08/2009

Música e nacionalidade: a brasilidade de Pixinguinha – Mestrado

Autor: **Mateus Perdigão de Oliveira**

Banca examinadora: Manuel Domingos Neto (orientador), Alfredo Jacinto Barros (Universidade Estadual do Ceará) e Maria Sulamita de Almeida Vieira (UFC).

17/08/2009

Festa e conflito: visões do Brasil em Oswald de Andrade – Mestrado

Autora: **Maria Rosaete Pontes Lima**

Banca examinadora: Manuel Domingos Neto (orientador), Mônica Dias Martins (Universidade Estadual do Ceará) e Linda Maria de Pontes Gondim (UFC).

21/08/2009

Casa de Mani, mani oca, se tem farinha... De lá vem muito mais! – Mestrado

Autor: **René Gouveia Miranda Filho**

Banca examinadora: Peregrina F. Capelo Cavalcante (orientadora), José Expedito P. Lima (Universidade Estadual do Ceará) e Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes (UFC).

21/08/2009

Violência e academia: a construção político-intelectual do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP) – Mestrado

Autor: **Francisco Thiago Rocha Vasconcelos**

Banca examinadora: César Barreira (orientador), Renato Sérgio de Lima (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) e Domingos Sávio Abreu (UFC).

26/08/2009

A cidade em letras: uma análise da construção de Fortaleza no final do século XIX, no romance “A afilhada”, de Oliveira Paiva – Mestrado

Autor: **Tiago Coutinho Parente**

Banca examinadora: Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes (orientador), Erotilde Honório Silva (Universidade de Fortaleza), Rafael Sânzio de Azevedo (UFC) e Maria Sulamita de Almeida Vieira (UFC).

27/08/2009

Essa luz é da nossa conta: reforma do estado, privatização e participação na regulação da energia elétrica no Ceará – Mestrado

Autor: **Éden Jenklins Rabelo Silva**

Banca examinadora: Lea Carvalho Rodrigues (orientadora), Fco. Horácio da Silva Frota (Universidade Estadual do Ceará) e Maria Auxiliadora de Abreu Lima Lemenhe (UFC).

31/08/2009

Espaços da experiência como espaços de memória: narrativas e imagens entre os canoieiros no rio Acaraú – Mestrado

Autor: **Rubens Venâncio**

Banca examinadora: Peregrina F. Capelo Cavalcante (orientadora), Nilson Almino de Freitas (Universidade do Vale do Acaraú) e Antonio Cristian Saraiva Paiva (UFC).

31/08/2009

O Ceará moleque dá um show: da história de uma interpretação sobre o que faz ser cearense ao espetáculo de humor de madame Mastrogilda – Mestrado

Autor: **Francisco Secundo da Silva Neto**

Banca examinadora: Maria Sulamita de Almeida Vieira (orientadora), Ângela Julita Leitão de Carvalho (Universidade de Fortaleza) e Irllys Alencar Firmo Barreira (UFC).

03/09/2009

Masculinos em mutação: a performance drag queen em Fortaleza – Mestrado

Autor: **José Juliano Barbosa Gadelha**

Banca examinadora: Peregrina Fátima Capelo Cavalcante (orientadora), Elsjé Maria Lagrou (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Glória Maria dos Santos Diógenes (UFC) e Lea Carvalho Rodrigues (UFC).

16/09/2009

Macunaíma nas volutas do Barroco: contribuições da literatura para a compreensão da cultura brasileira – Mestrado

Autora: **Nahyara Estevam Marinho**

Banca examinadora: Eduardo Diatáhy Bezerra de Menezes (orientador), M^a Celeste Magalhães Cordeiro (Universidade Estadual do Ceará) e Peregrina Fátima Capelo Cavalcante (UFC).

18/09/2009

Bastidores e estréias: performers trans e boates gays abalando a cidade – Mestrado

Autora: **Juliana Frota da Justa Coelho**

Banca examinadora: Alexandre Fleming Câmara Vale (orientador), José Exedito Passos Lima (Universidade Estadual do Ceará), Ricardo Pimentel Mello (UFC) e Júlia Maria Pereira de Miranda Henriques (UFC).

25/09/2009

Pré-campanhas eleitorais: o oculto e o explícito em cena, contrapontos no cenário político – Mestrado

Autora: **Gilvanira Maria Xavier de Freitas**

Banca examinadora: Irllys Alencar Firmo Barreira (orientadora), Rosemary de Oliveira Almeida (Universidade Estadual do Ceará) e Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho (UFC).

28/09/2009

O desafio da construção da “cidade de todos”: a experiência do plano diretor de Pacatuba-CE – Mestrado

Autora: **Maria do Socorro Vieira Costa**

Banca examinadora: Linda Maria de Pontes Gondim (orientadora), Rosângela M^a Costa Fernandes (Universidade Estadual do Ceará) e Elza Maria Franco Braga (UFC).

28/09/2009

“Quem convida é a mulher”: experiências femininas e subversão nos bailes de dança de salão – Mestrado

Autora: **Monalisa Dias de Siqueira**

Banca examinadora: Alexandre Fleming Câmara Vale (orientador), Maria Inês Detsi de Andrade Santos (Universidade de Fortaleza) e Maria Sulamita de Almeida Vieira (UFC).

28/09/2009

Construção da identidade étnica entre os quilombolas de Alto Alegre – Mestrado

Autor: **Francisco Herbert Pimentel Monteiro**

Banca examinadora: Isabelle Braz Peixoto da Silva (orientadora), Franck Pierre Gilbert Ribard (UFC) e Alexandre Fleming Câmara Vale (UFC).

29/09/2009

*“Quem é filho de Gérson não deve temer a ninguém”:
trajetória de uma mãe de santo na Umbanda –*
Mestrado

Autor: **Jandson Ferreira da Silva**

Banca examinadora: Francisco Gilmar Cavalcante de Carvalho (UFC), presidente, substituindo Ismael de Andrade Pordeus Júnior (orientador), Carmen Luisa Chaves Cavalcante (Universidade de Fortaleza) e Antônio Wellington de Oliveira Júnior (UFC).

20/10/2009

*A cidade (pós)moderna e suas tramas espaciais,
temporais e afetivas nas narrativas literárias de
Daniel Galera e Daniel Pellizzari –* Mestrado

Autor: **Guilherme Linhares Neto**

Banca examinadora: Linda Maria de Pontes Gondim (orientadora), Roberta Manuela B. de Andrade (Universidade Estadual do Ceará) e Andréa Borges Leão (UFC).

30/11/2009

*Do lado de cá e do lado de lá: tempo e espaços da
política em Santana do Acaraú-CE –* Doutorado

Autor: **Clódsion dos Santos Silva**

Banca examinadora: Irlys Alencar Firmo Barreira (orientadora), Geovani Jacó de Freitas (Universidade Estadual do Ceará), Beatriz Maria Alasia de Herédia (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Marilde Loiloo de Menezes (Universidade de Brasília) e César Barreira (UFC).

15/10/2009

*La Confrérie de Notre Dame du Rosaire des Homes
Noirs de Quixeramobim (Ceará-Brasil)¹ –* Doutorado

Autora: **Analúcia Sulina Bezerra**

Banca examinadora: François Laplantine (orientador, Université Lumière Lyon 2), Ismael de Andrade Pordeus Júnior (orientador, UFC), Erwan Dianteill (Université Paris 5), Jorge Santiago (Université Lumière Lyon 2) e Ordep Serra (Universidade Federal da Bahia).

14/12/2009

*Quando a cultura entra na moda: a mercadologização
do artesanato e suas repercussões no cotidiano de
bordadeiras de Maranguape –* Mestrado

Autora: **Emanuelle Kelly Ribeiro da Silva**

Banca examinadora: Lea Carvalho Rodrigues (orientadora), Gérson Augusto de O. Júnior (Universidade Estadual do Ceará) e Alba Maria Pinho de Carvalho (UFC).

28/12/2009

*Religiosidade juvenil em movimento: um estudo de
caso batista regular –* Mestrado

Autor: **Valberth Veras da Silva**

Banca examinadora: Domingos Sávio Abreu (orientador), Antônio Pádua S. de Freitas (Universidade Estadual do Ceará) e Antonio Cristian Saraiva Paiva (UFC).

¹ Tese defendida, sob o sistema de co-tutela, na Université Lumière Lyon 2 (Lyon-França).

NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES

Por favor, envie sua contribuição em CD em programa Word for Windows, com cópia impressa em papel para:

Revista de Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais
Universidade Federal do Ceará
Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica) 60.020-181 Fortaleza, Ceará/BRASIL
Tel./Fax: (85) 3366.7416 ou (85)3366.7421

O texto deve ser digitado em espaço um e meio (1,5) e não ultrapassar 30 laudas (sete mil palavras).

Utilize letra *Times New Roman*, de tamanho 12 para todo o texto, inclusive para os títulos, os subtítulos e as notas.

Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo (máximo de sete linhas), de um *abstract* e informações sobre o autor (instituição, cargo, titulação acadêmica).

Os títulos e subtítulos devem ser ressaltados por meio de 2 espaços dentro do texto, sem utilização de formatação especial para destacá-los.

As citações que não ultrapassarem 3 linhas devem permanecer no corpo do texto. As citações de mais de 3 linhas devem ser separadas do texto por meio de 2 espaços; em itálico e 1,5 mm margem esquerda.

Palavras em outros idiomas, nomes de partidos, empresas etc. deverão ser escritos em itálico.

FORMAS DE CITAÇÃO

- A bibliografia, em ordem alfabética, e as notas e bibliografias, numeradas, deverão aparecer no final do texto.

- As referências bibliográficas no interior do texto deverão seguir a forma (Autor, data) ou (Autor, data: página). Exemplos: (BARBOSA, 1964) ou (BARBOSA, 1963: 35).

- Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, deve-se diferenciar por uma letra após a data: (CORREIA, 1993a), Correia, (1993b).

- Caso o autor citado faça parte da oração, a referência bibliográfica deve ser feita da seguinte maneira: Wolf (1959: 33-37) afirma que...

- Toda referência bibliográfica que venha acompanhada de comentário e informações complementares deve ser colocada como nota.

BIBLIOGRAFIA

A bibliografia deve conter todas as obras citadas e orientar-se pelos seguintes critérios:

Livro: Sobrenome em maiúsculas, Nome (Data entre parênteses). Título em itálico. Local: Editora.

Exemplo: HABERMAS, Jürgen (1987). *Dialética e hermenêutica: para a crítica da hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre: L&PM Editores.

Coletânea: Sobrenome em maiúsculas, Nome. (Data). Título do capítulo entre aspas, in (em itálico), iniciais do nome, seguidas do Sobrenome do(s) organizador(es), Título da coletânea em itálico. Local: Editora.

Exemplos: MATOS, Olgária. (1990). “Desejos de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin”, in A. Novaes (org.), *O Desejo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Artigo: Sobrenome em maiúsculas, Nome (Data). Título do artigo entre aspas. Nome do periódico em itálico, número da edição: numeração das páginas.

Exemplo: VILHENA, Luís Rodolfo. (1996). “Os intelectuais regionais. Os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32: 125-149.



EXPRESSÃO GRÁFICA

Rua João Cordeiro, 1285
(85) 3253.2222 • Fortaleza-CE
www.expressaografica.com.br

FILIADA À CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO

